

2018

RELATÓRIO & CONTAS



CMPEA - EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM

Pessoa Coletiva: 507 718 666

Capital Social: 80.000.000 Euros

Matriculada na 1ª Conservatória do Registo Comercial do Porto

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285 | 4300-367 Porto

geral@aguasdoporto.pt | www.aguasdoporto.pt

RELATÓRIO & CONTAS

2018

ÍNDICE

1 - EMPRESA

8-11	1 Principais Indicadores
12-13	2 Mensagem do Conselho de Administração
14-16	3 Sumário do Exercício
16-35	4 Principais Acontecimentos
20-31	4.1. Gestão Operacional
31-35	4.2. Gestão de Clientes
36-49	5 Investimentos
36	5.1. Execução do Plano de Investimentos
36-40	5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Externo
41-49	5.3. Obras e Projetos
50-51	6 Perspetivas Futuras

2 - GOVERNO DA SOCIEDADE

56	1. Governo da Sociedade
56	1.1. Objecto Social
57-58	1.2. Orientações Estratégicas
58-59	1.3. Estrutura de Capital
59-60	1.4. Órgãos Sociais
60-61	1.5. Estrutura Organizacional
61	1.6. Remunerações e Outros Encargos
61-62	1.7. Instrumentos de Gestão
62-63	1.8. Informação sobre Transações Relevantes
63-64	1.9. Conduta e Prevenção da Corrupção
64	1.10. Gestão de Conflitos de Interesse
64-66	1.11. Política de Recursos Humanos e Promoção da Igualdade
66	1.12. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

3 - ENQUADRAMENTO

70	1 Enquadramento Macroeconómico
70-71	1.1. Economia Mundial
71-72	1.2. Economia Europeia
72-73	1.3. Economia Portuguesa
74	2 Enquadramento do Setor
74-75	2.1. Introdução
75-78	2.2. Enquadramento Estratégico
78-79	2.3. Entidade Reguladora
79-83	2.4. Caracterização do Setor

4 - DESEMPENHO

88-91	1. Análise Económica e Financeira
92-95	2. Viabilidade Económica
96	3. Proposta de Aplicação de Resultados

5 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

100-126

6 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

130-132

7 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO & CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

136-139



EMPRESA

1 Principais Indicadores

2 Mensagem do Conselho de Administração

3 Sumário do Exercício

4 Principais Acontecimentos

4.1. Gestão Operacional

4.2. Gestão de Clientes

5 Investimentos

5.1. Execução do Plano de Investimentos

5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Externo

5.3. Obras e Projetos

6 Perspetivas Futuras

1. Principais Indicadores

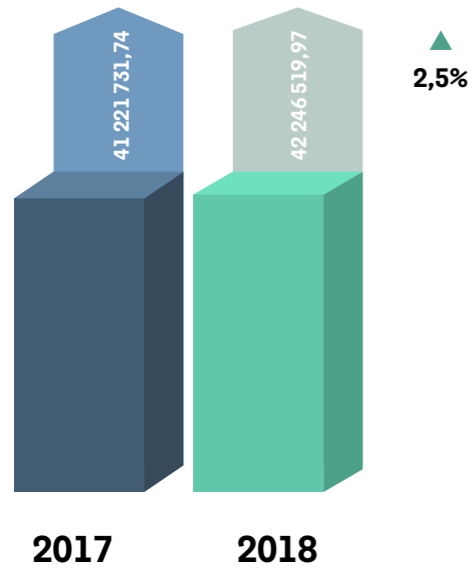
Áreas	Unidade	2018	2017
Operacional			
Clientes	N.º	156 920	155 667
Abastecimento de Água			
Acessibilidade física ao serviço	%	100	100
Adesão ao serviço	%	100	100
Ocorrência de falhas	N.º/1000 ramais	0,267	0,351
Ocorrência de avarias em condutas	N.º/100 km	33	41
Água segura	%	99,50	99,79
Água entrada no sistema	m ³	21 077 709	21 621 661
Água faturada	m ³	17 344 637	17 508 977
Água não faturada	m ³	3 733 072	4 112 684
Taxa de água não faturada	%	17,7	18,6
Saneamento de Águas Residuais			
Acessibilidade física ao serviço	%	99,53	99,48
Adesão ao serviço	%	99,51	99,50
Águas residuais tratadas	m ³	20 664 252	18 719 038
Cumprimento dos parâmetros de descarga	%	97,8	100
Ocorrência de inundações	N.º/1000 ramais	0,89	0,57
Ocorrência de colapsos em coletores	N.º/100 Km	1,2	2,3
Drenagem de Águas Pluviais			
Ocorrência de colapsos em coletores	N.º/100 Km	5,0	3,2
Recursos Humanos			
Colaboradores	N.º	470	459
Taxa de absentismo	%	7,30	6,12
Índice de frequência de acidentes de trabalho	%	51,91	42,62
Índice de participação em formação	%	75,5	76,2
Investimento			
Investimento realizado no período	Euros	12 955 342,22	10 229 842,51
Investimento em curso	Euros	17 460 997,14	11 122 773,85
Economia e Finanças			
Volume de negócios	Euros	42 246 519,97	41 221 731,74
EBITDA	Euros	14 301 304,64	14 555 668,15
Resultado operacional (EBIT)	Euros	7 652 798,10	7 910 786,12
Resultado líquido	Euros	5 878 844,55	6 025 810,06
Cash-Flow (Fluxo das Atividades Operacionais)	Euros	11 140 266,97	8 710 632,99
Margem EBITDA (1)	%	33,85	35,31
Autonomia financeira (2)	%	79,31	79,27
ROE (Rentabilidade dos capitais próprios) (3)	%	4,36	4,64
Prazo médio de pagamento	N.º de dias	44	30
Prazo médio de recebimento	N.º de dias	25	29

(1) EBITDA / Volume de Negócios | (2) Capital Próprio / Ativo Total Líquido | (3) Resultado Líquido / Capitais Próprios

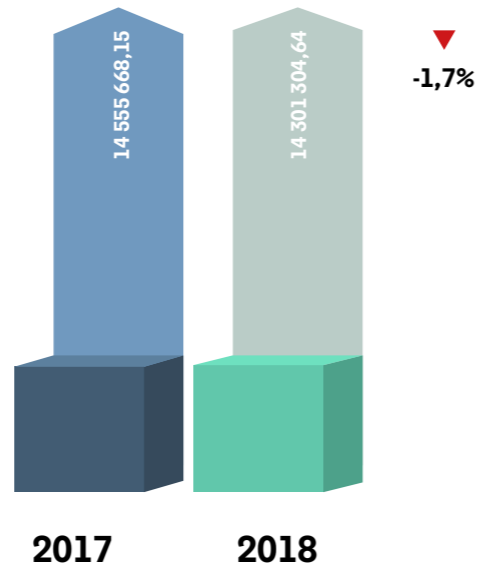


DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

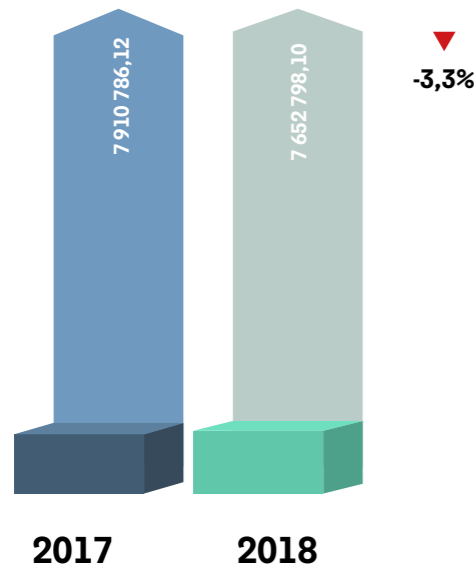
Volume de Negócios (Euros)



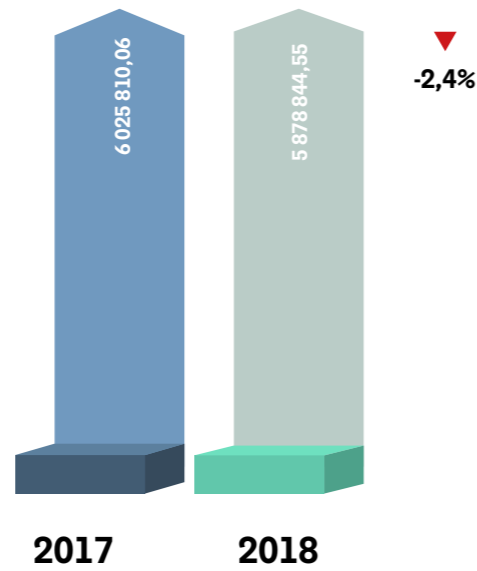
EBITDA (Euros)



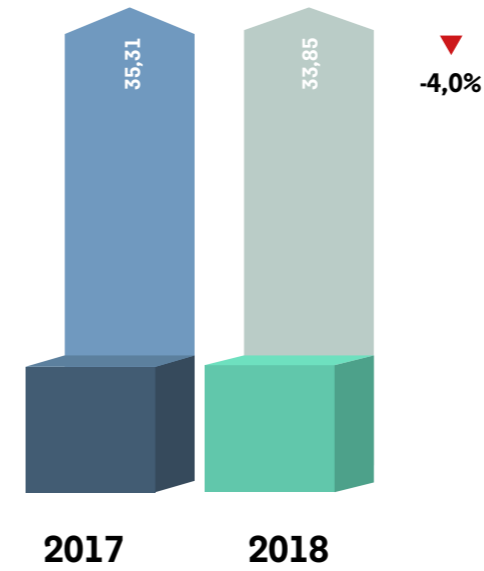
Resultado Operacional (Euros)



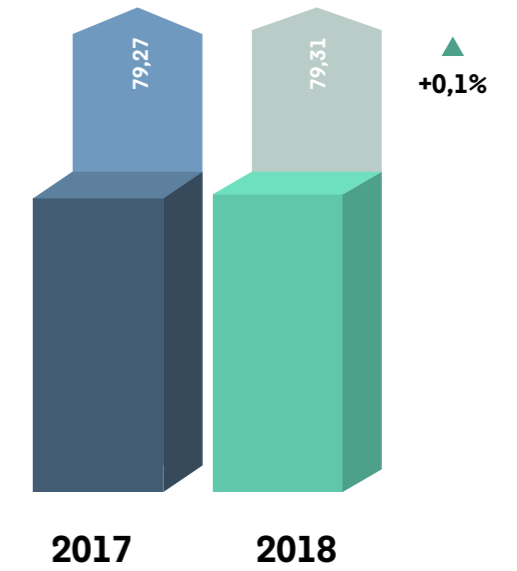
Resultado Líquido (Euros)



Margem EBITDA (%)

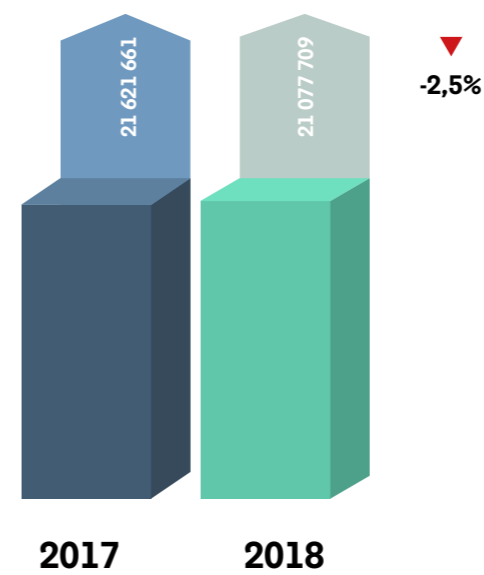


Autonomia Financeira (%)

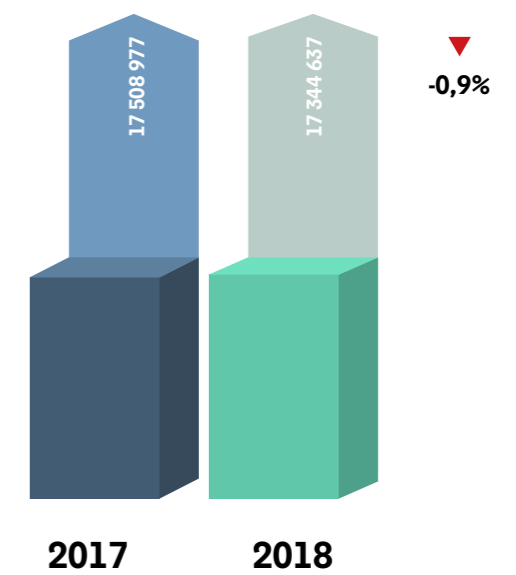


DESEMPENHO OPERACIONAL

Água Entrada no Sistema (m³)



Água Faturada (m³)



2. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2018 representou para a **Águas do Porto, EM**, o início de um novo quadriénio de gestão e, como tal, o presente relatório ilustra o arranque desse ciclo, em que as bases de vários projetos foram despoletadas.

Estes ciclos são marcados pela estabilidade da atividade e dos pressupostos em que a mesma opera, encerrando o ano de 2018 em si mesmo um novo paradigma no que respeita à gestão de recursos humanos. Primeiro, porque a assinatura do Acordo de Empresa desbloqueou um conjunto de benefícios anteriormente inacessíveis. Segundo, porque a implementação do novo Modelo de Carreiras na empresa, trouxe uma nova realidade na gestão das pessoas, baseada no mérito e na flexibilidade laboral. Ainda neste capítulo, no início de 2018 verificou-se estarem reunidas as condições para que a empresa pudesse aplicar o período normal de trabalho de 35 horas semanais a todos os trabalhadores, sendo que a publicação do Orçamento de Estado de 2018 diminuiu algumas das restrições relativamente à progressão de carreiras na função pública.

A combinação destes acontecimentos teve uma repercussão assinalável na **Águas do Porto, EM**, pelo que a grande conquista do ano, que aqui se assinala, foi a capacidade de mitigar as consequências financeiras destas alterações, aproveitando ao mesmo tempo os seus efeitos motivacionais nos colaboradores.

No domínio da concretização dos Planos de Investimentos, a **Águas do Porto, EM**, superou o ano anterior ao atingir quase o valor de 13 milhões de euros, correspondente a uma taxa de execução superior a 70%. Este volume de investimento destinou-se sobretudo à substituição de infraestruturas de abastecimento de água, águas residuais e águas pluviais, bem como aos investimentos de reabilitação do seu património e de projetos de inovação tecnológica.

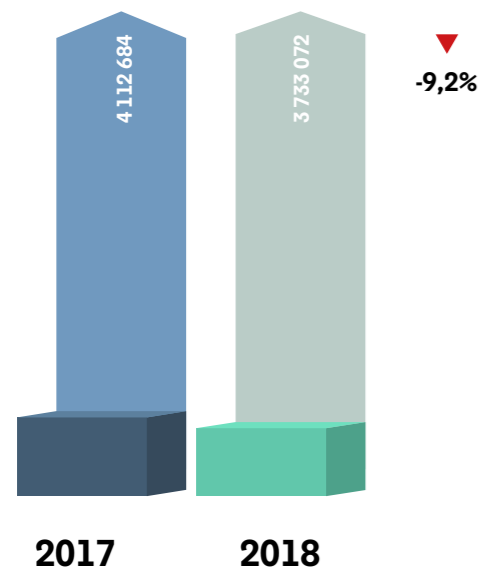
Nesta última vertente, e fruto da vontade de fazer da **Águas do Porto, EM**, uma empresa de referência na incorporação da inovação, o grande marco foi a conclusão da primeira fase da H2PORTO – Plataforma Tecnológica de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água, que representa um novo paradigma na operação e manutenção dos sistemas e infraestruturas geridas pela empresa, em que o seu carácter inovador e disruptivo mereceu uma marcante distinção, na categoria Best Digital Strategic Tools dos Portugal Digital Awards.

No domínio infraestrutural, realce para o início das obras de reformulação do Coletor Geral da Zona Norte, um projeto de enorme importância para a fiabilidade da gestão do principal coletor que abastece a ETAR de Sobreiras, e para a reabilitação de infraestruturas em diferentes zonas da cidade, nomeadamente no Bairro S. João de Deus, na Praça Nove de Abril e nas ruas de Monsanto, Nova do Regado, Sol, São Luís e Barão de Forrester. No âmbito das várias obras em acordo de entidades adjudicantes com a GO Porto (Gestão e Obras do Porto, EM), o destaque vai para o arranque da empreitada de requalificação da Avenida Fernão de Magalhães, em que a maioria do investimento se destina à substituição de 1,6 km de condutas de abastecimento, 2 km de coletores de águas residuais e 2,4 km de coletores de águas pluviais.

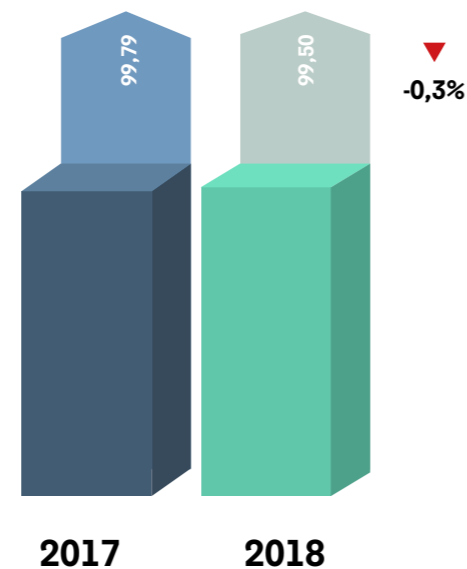
No que respeita à valorização do património, realce para o início da obra de musealização do rio de Vila, que irá oferecer à cidade um discurso interpretativo sobre a influência desta linha de água na gestão urbanística do Porto, através de tecnologia de realidade aumentada, e para a conclusão da requalificação dos jardins e mata da Quinta de Nova Sintra, cujas portas reabriram à cidade.

Ainda no que concerne aos investimentos da empresa, destaque para dois projetos com uma importante vertente de sustentabilidade ambiental. Numa altura em que tanto se discute a necessidade de uma economia circular, e percebendo que esta começa na eficiência e se estende à capacidade da reutilização de recursos, a **Águas do Porto, EM**, concluiu um projeto de produção de eletricidade a partir de energias renováveis, designadamente a instalação de uma central fotovoltaica na sua Sede. Com uma produção de energia maioritariamente para autoconsumo, e com um impacto relevante na redução das emissões de dióxido de carbono, este investimento terá um *payback* de sete anos. Ao mesmo tempo, tendo em vista a promoção da mobilidade elétrica, a **Águas do Porto, EM**, recebeu uma nova frota de viaturas ligeiras, em que 60% é totalmente elétrica, o que para além das vantagens inerentes à redução do consumo de combustíveis fósseis, permitirá uma rentabilização acrescida do parque fotovoltaico instalado.

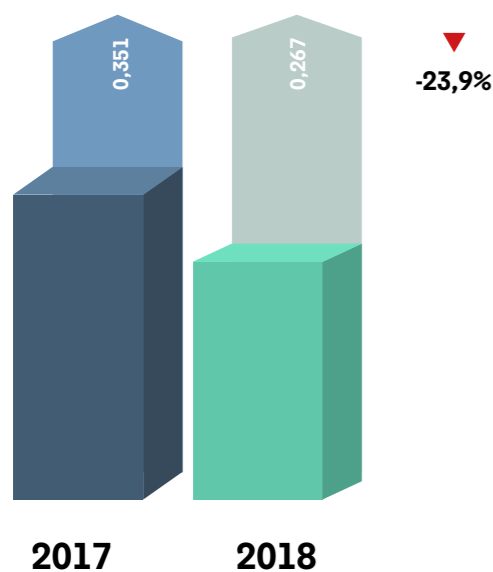
Água Não Faturada (m³)



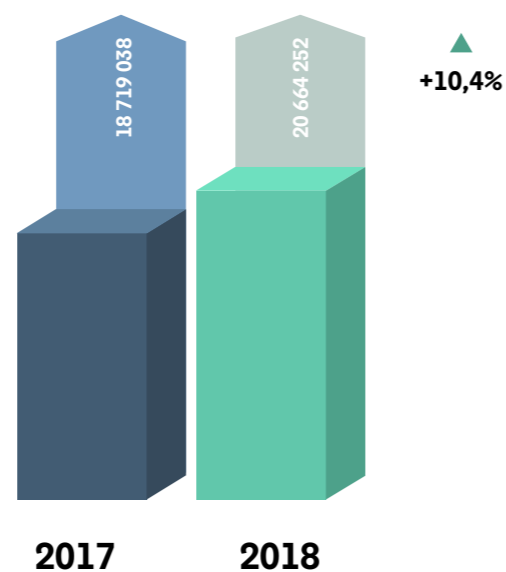
Água Segura (%)



Ocorrências de Falhas de Abastecimento (N.º/1000 ramais)



Águas Residuais Tratadas (m³)



Na gestão operacional, o índice de água não faturada desceu para um novo mínimo da empresa (17,7%), o que representa uma consolidação da qualidade de serviço boa, de acordo com os valores de referência da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Para este resultado muito contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores, bem como na pesquisa ativa de ilícitos.

Na gestão das ribeiras do Porto, a **Águas do Porto, EM**, aprovou o Plano de Despoluição das Linhas de Água, que define e concretiza um conjunto de medidas concretas e incisivas nesta matéria, e em que foram igualmente definidas as linhas de água prioritárias nesta atuação.

Ainda na vertente da gestão das ribeiras do Porto, o grande destaque vai para o sucesso da candidatura para o financiamento do Parque Central da Asprela através do Fundo Ambiental, num projeto que une o Município do Porto, a Universidade do Porto, o Instituto Politécnico do Porto e a **Águas do Porto, EM**. Este novo pulmão verde da cidade do Porto deverá estar concluído em 2020, e através da criação de um espaço paisagístico e de lazer que irá servir o centro de conhecimento da cidade, será contemplado um sistema de controlo de cheias na ribeira que o atravessa.

No domínio da gestão da frente marítima, o Porto manteve a Bandeira Azul e a “Qualidade de Ouro” em oito das suas praias, renovando ainda a distinção de “Praia Acessível” nas praias do Homem do Leme e do Carneiro, e criando condições para que, pela primeira vez, a zona balnear do Castelo do Queijo possa candidatar-se a essa distinção, em 2019.

A educação ambiental voltou a ser um dos pilares da atividade da empresa, quer pelas ações promovidas nas escolas da Área Metropolitana do Porto, quer pelo sucesso da quinta edição do Aquaporto, quer ainda pela campanha de comunicação e sensibilização ambiental desenvolvida durante a época balnear que conduziu à premiação, pelo terceiro ano consecutivo, do Porto como “Município Mais Azul”.

De referir que, não obstante a condução de todas estas atividades e projetos no âmbito do seu modelo de gestão integral do ciclo urbano da água, a **Águas do Porto, EM**, fechou o presente exercício com a sua situação económico-financeira consolidada, o que permitiu a proposta de redução em 2% da tarifa de base de abastecimento de água para 2019. Reforçaram-se assim os benefícios e as sinergias que este modelo permite obter, sublinhando a ideia de que, no Porto, as tarifas de água e saneamento são canalizadas para o reforço do investimento na cidade e para o aumento da eficiência na gestão de todo o ciclo urbano da água, partilhando, sempre que possível, essa eficiência com os seus clientes.

Reiterou-se assim, o nosso compromisso de nos assumirmos como uma entidade de referência do setor, mas sobretudo como um parceiro estratégico do Município do Porto para a prossecução da sua missão ambiental, terminando por isso, com um profundo agradecimento à Câmara Municipal do Porto, pela confiança em nós depositada.

Porto, 27 de Março de 2019

O Conselho de Administração

Frederico Vieira Martins Fernandes

Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto

Ana Catarina da Rocha Araújo

3. Sumário do Exercício

No cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2018 e a proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 27 de março de 2019. O presente Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k) do Artigo 19.º dos Estatutos da empresa.

Os documentos de prestação de contas, que agora se apresentam à Assembleia Geral, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios, segundo o qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

A **Águas do Porto, EM**, apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável, traduzida num volume de negócios de € 42 246 519,97, mais 2,5% quando comparado com 2017 (€ 41 221 731,74), e num resultado líquido de € 5 878 844,55, menos 2,4% relativamente (€ 6 025 810,06). Prova disso são também os resultados dos principais indicadores económico-financeiros: a margem EBITDA situou-se em 33,9% e a autonomia financeira cifrou-se em 79,3%.

No presente exercício, o investimento global da empresa ascendeu a quase 13 milhões de euros, representando 70,5% do valor total orçamentado para no Plano de Investimentos a executar no presente ano, de acordo com aquilo que se encontra previsto nos IGP 2018-2020. Em comparação com 2017, em que o investimento ascendeu a 10,2 milhões de euros, observa-se um aumento de 26,6% no volume global de investimento.

Está em causa o maior volume de investimento nos últimos cinco anos (2014-2018), tal como fica patente na Figura 1. Neste período, a soma dos investimentos anuais corresponde a um total de 43,2 milhões de euros.

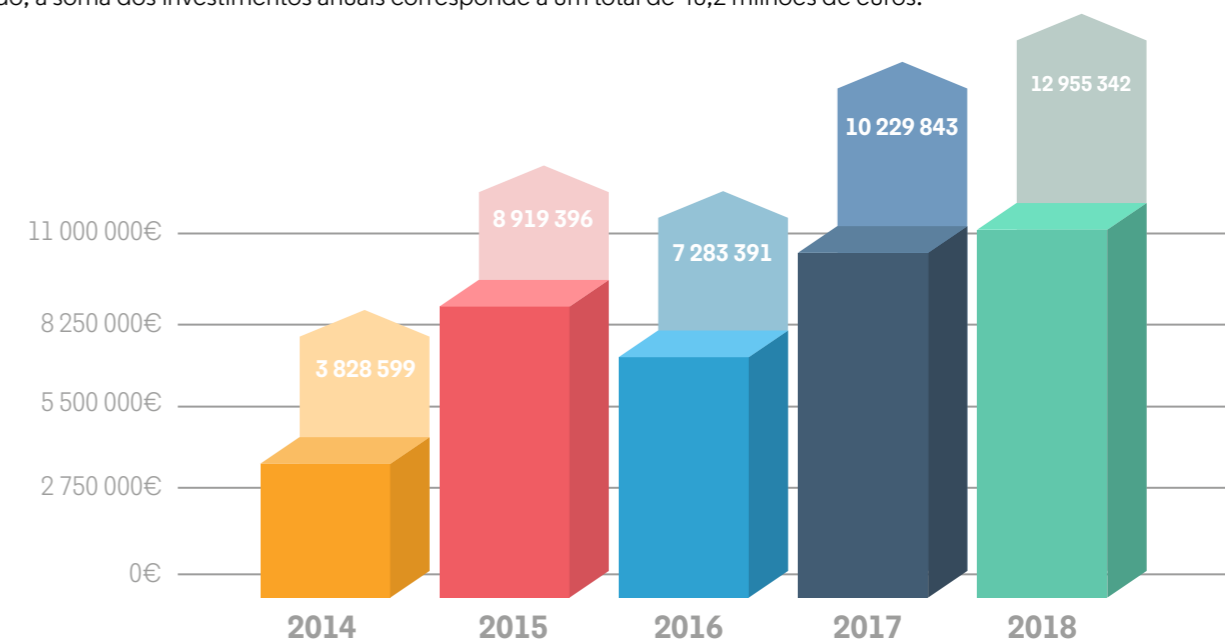


Figura 1 | Evolução do volume de investimentos entre 2014-2018

Verifica-se que a maioria do investimento concretizado em 2018 diz respeito ao setor do saneamento de águas residuais (36,2%), perfazendo um total de € 4 687 963,47. Na segunda posição encontram-se as empreitadas de abastecimento de água (30,5%), no valor € 3 951 698,27. Com valores de investimento próximos estão as áreas da drenagem de águas pluviais (13,1%) e dos edifícios e outras construções (11,5%), absorvendo € 1 699 393,92 e € 1 489 870,69, respetivamente. Sobram € 1 126 415,67 que se desdobram entre as rubricas “Outros Investimentos” (4,9%) e “Sistemas de Informação” (3,8%).

No final de 2018, a **Águas do Porto, EM**, contava com cinco candidaturas com financiamento externo, das quais quatro são suportadas por fundos comunitários e uma por fundos nacionais. Quatro destas candidaturas transitaram do ano anterior e uma foi

aprovada pelo Fundo Ambiental no ano em análise. A despesa elegível total inscrita nas referidas Operações perfaz 6,2 milhões de euros, o que representa um valor de comparticipação aprovada de 4 milhões de euros. A comparticipação total recebida pela empresa ascende a 1 milhão de euros.

Neste capítulo, é, ainda, de realçar que a **Águas do Porto, EM**, compatibiliza a sua sólida situação económico-financeira com uma política tarifária sustentável. A fatura de água e saneamento de uma família padrão, constituída por três a quatro elementos, a residir na cidade do Porto, para um consumo mensal de 10 m³ correspondeu a € 15,8 em 2018.

Tal como ilustrado na Figura 2, e tendo por base dados recolhidos pela DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor relativamente aos tarifários em vigor no ano transato, o Município do Porto apresenta a segunda fatura de água e águas residuais mais baixa entre as 16 autarquias que compõem a Área Metropolitana do Porto (AMP).

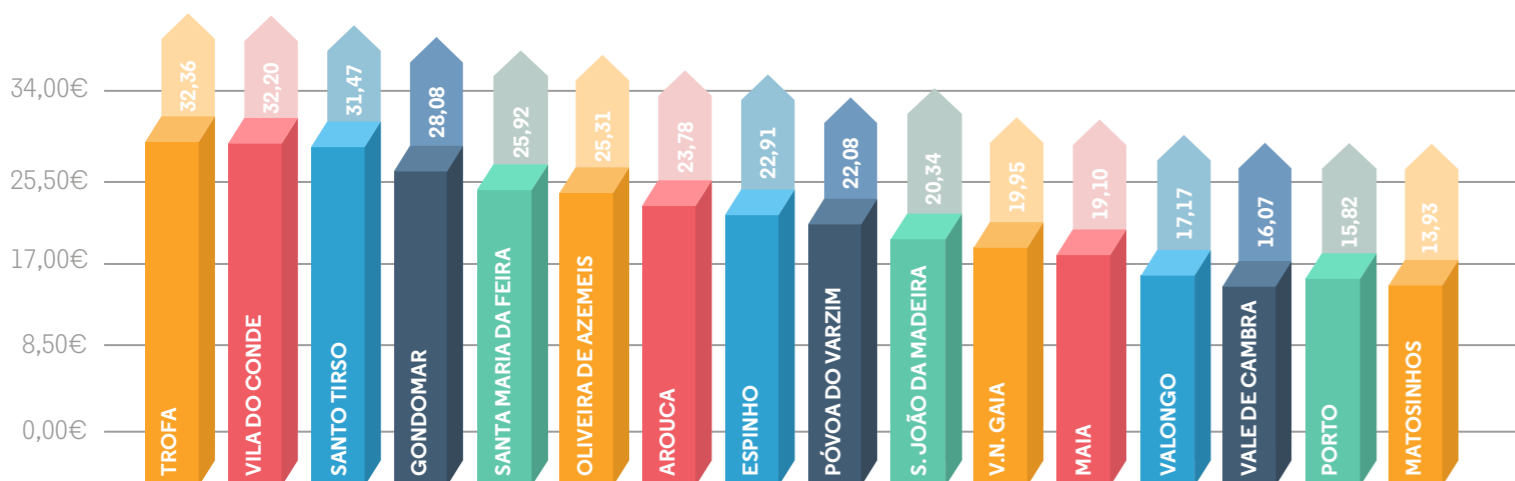


Figura 2 | Fatura de água e saneamento de uma família padrão (10 m³) nos municípios da AMP em 2018 | Fonte: DECO

No universo dos 20 concelhos mais populosos de Portugal, a cidade do Porto integra também o lote dos municípios com a fatura de água e águas residuais mais económica, ocupando a 3.ª posição, de acordo com a Figura 3.



Figura 3 | Fatura de água e saneamento de uma família padrão (10 m³) nos municípios mais populosos de Portugal em 2018 | Fonte: DECO

Nesta senda, o preço da água na cidade do Porto baixou 2% na tarifa base para todos os clientes em 2019, apesar de o preço da matéria-prima (água comprada à AdDP) ter aumentado 2,38%. Analisando a evolução tarifária entre 2014 e 2019, observa-se que, em termos acumulados, o valor da água em alta subiu 18,6%, tendo o preço ao consumidor diminuído 3,2% (ver Figura 4). Em cinco anos, o Executivo Municipal desceu a tarifa da água, que inclui também o saneamento, três vezes (2015, 2017 e 2019) e manteve-a em dois anos (2014 e 2018). Só em 2016 houve uma subida, tendo, porém, esse ano ficado marcado pelo maior aumento na matéria-prima (7,8%).

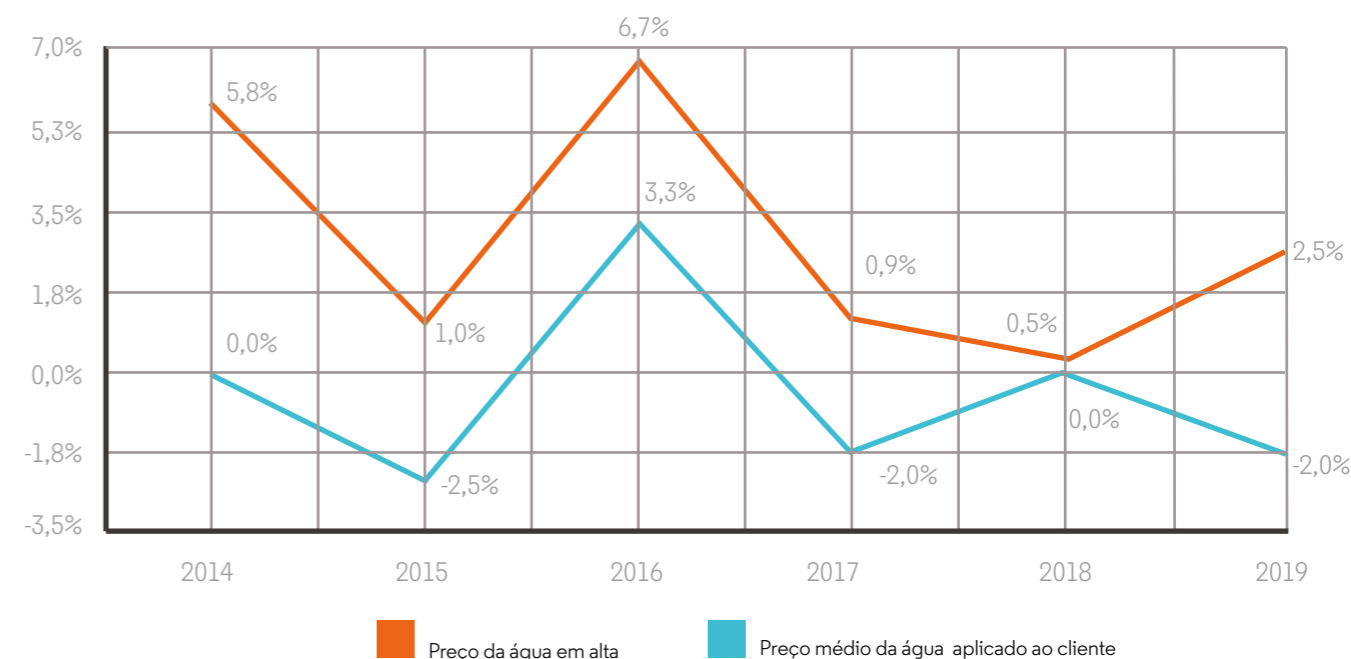


Figura 4 | Evolução percentual do preço da água comprada à AdDP e do preço da água cobrada aos clientes no Município do Porto (2014-2019)

Conclui-se, assim, que a **Águas do Porto, EM**, regista um bom desempenho no que concerne ao indicador da acessibilidade económica dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Este indicador da qualidade do serviço, definido pela ERSAR, avalia o nível de adequação da interface com o utilizador em termos de acessibilidade do serviço, no que respeita à capacidade económica das famílias suportarem o serviço prestado pela entidade gestora.

No presente exercício, e tendo em consideração o tarifário praticado no Porto, o encargo médio do serviço de abastecimento de água teve um peso de 0,27% no rendimento médio disponível por agregado familiar portuense, apresentando-se o serviço de saneamento de águas residuais com um peso inferior correspondente a 0,11%.

4. Principais Acontecimentos

Em 2018, a **Águas do Porto, EM**, registou progressos significativos nos projetos estratégicos que consubstanciam a gestão integrada e sustentável do ciclo urbano da água no Município do Porto, tendo por base os princípios da eficiência operacional, da responsabilidade social e ambiental e do equilíbrio económico-financeiro. A empresa fechou o presente exercício com a sua situação económico-financeira consolidada, o que permitiu reduzir em 2% a tarifa de base em vigor em 2019.

No domínio da concretização do Plano de Investimentos para 2018, a **Águas do Porto, EM**, executou uma carteira de empreitadas de reabilitação do seu património e edificado e de remodelação das suas infraestruturas de água, de águas residuais e de águas pluviais, assim como vários projetos de promoção da sustentabilidade ambiental e da cultura de inovação, tendo o valor global investido ascendido praticamente a 13 milhões de euros.

Assinalou-se a reta final da primeira fase da H2PORTO – Plataforma Tecnológica de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água, que

representa um novo paradigma na operação e manutenção dos sistemas e infraestruturas geridas pela empresa. Esta ferramenta tecnológica de apoio à gestão em tempo real é constituída pelos seguintes sistemas integrados: informação territorial, telesupervisão das infraestruturas, modelação numérica, controlo remoto e informação ao público. O seu carácter inovador e disruptivo foi distinguido pelos Portugal Digital Awards, na categoria Best Digital Strategic Tools, sendo estes atribuídos pelo Jornal de Negócios e pela IDC, em parceria com a Axians.



Figura 5 | Plataforma Tecnológica H2PORTO premiada pelos Portugal Digital Awards

A Plataforma Tecnológica H2PORTO recolhe informação de mais de 22 origens diferentes e apresenta-a de forma integrada e uniformizada para mais de 400 utilizadores, congregando numa mesma ferramenta a informação proveniente dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e de águas pluviais, bem como das ribeiras e das praias.

A sua origem teve como premissa base a implementação de um instrumento de gestão de informação, integrador de dados recolhidos a partir de diferentes fontes (nos quais se incluem os sensores, dados recolhidos na gestão operacional, sistemas geográficos e sinais de automatismos em equipamentos), bem como resultados de modelos de simulação numérica de redes hidráulicas, de dados provenientes de sistemas SCADA/telegestão, de sistemas de previsão meteorológica e de sistemas de operação.

A integração dos diferentes dados recolhidos permite antecipar comportamentos da rede de água relativamente a falhas no abastecimento e da rede de saneamento quanto a episódios de poluição e inundação, com recurso a instrumentos de modelação matemática, tendo em vista implementar um sistema de apoio à decisão de operação, de controlo remoto e informação ao público. O sistema de gestão operacional das várias equipas passou a ser feito com recurso a dispositivos *mobile*.

No âmbito da sua política de inovação, a empresa lançou também um concurso público internacional para o fornecimento contínuo de contadores munidos de sistema de telemetria e de concentradores para transmissão remota de dados, no valor de 2,3 milhões de euros. Este investimento permitirá que, até 2021, 44% do parque de contadores passe a ser constituído por equipamentos inteligentes, com leituras remotas e em tempo real, o que contribui para o aumento do rigor da faturação e do cálculo da água não faturada.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, a **Águas do Porto, EM**, concluiu em 2018 um projeto de produção de eletricidade a partir de energias renováveis no valor de 330 mil euros, designadamente a instalação de uma central fotovoltaica na cobertura do reservatório de Nova Sintra, situado na sua Sede. A produção anual estimada de energia é de 462 396 kWh, dos quais 72,7% serão utilizados para autoconsumo, sendo os restantes 159 162 kWh vendidos e injetados na rede. As emissões de dióxido de carbono (CO₂) evitadas representam 217 toneladas por ano.

Perspetiva-se uma diminuição de 50% dos custos associados à parcela de energia ativa consumida na Sede no primeiro ano de produção, o que permite amortizar o valor investido em apenas oito anos. Está em questão uma poupança anual de quase 38 mil euros na fatura energética, aproximando-se esta dos 67 mil euros. Em 25 anos, tempo útil de vida estimado para o parque fotovoltaico, no

atual cenário de consumo, a empresa espera poupar cerca de 740 mil euros nos custos com a energia elétrica.

Tendo em vista a promoção da mobilidade elétrica, e no âmbito do concurso público adjudicado em março de 2018 pelo Grupo Câmara Municipal do Porto, a **Águas do Porto, EM**, recebeu, em regime de *renting*, 84 viaturas, das quais 52 são totalmente elétricas, 8 híbridas e as restantes a combustão, totalizando mais de 1,5 milhões de euros. Estima-se uma redução de 30%, em litros, no consumo de combustíveis e, conseqüentemente, a queda significativa nas emissões de CO₂.



Figura 6 | Postos de carregamento temporário dos veículos elétricos

Adicionalmente, a empresa está a erguer um estacionamento automóvel parcialmente coberto dotado de postos de carregamento elétrico dos veículos, equivalendo a um investimento de 965 mil euros. Por enquanto encontram-se em funcionamento postos temporários de carregamento. A este soma-se outro investimento de 220 mil euros para aquisição dos equipamentos de carregamento de viaturas elétricas e *software* de gestão. Equipado com painéis fotovoltaicos, este parque contempla, no imediato, a instalação de 68 equipamentos para carregamento elétrico, ficando com uma capacidade máxima para 120 viaturas.

No domínio infraestrutural, é de salientar o arranque da empreitada de requalificação da Avenida Fernão de Magalhães, entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Campo 24 de Agosto, que inclui a remodelação das infraestruturas hidráulicas nesta artéria da cidade. Executada em parceria com a GO PORTO – Gestão e Obras do Porto, EM, esta intervenção de 7 milhões de euros canaliza perto de 4 milhões de euros para a substituição de 1,6 km de condutas, 2 km de coletores de águas residuais e 2,4 km de coletores de águas pluviais.

Também arrancaram em 2018 as obras de reformulação do Coletor Geral da Zona Norte e de reabilitação de infraestruturas em diferentes zonas da cidade, nomeadamente no Bairro S. João de Deus, na Praça Nove de Abril e nas ruas de Monsanto, Nova do Regado, Sol, São Luís e Barão de Forrester, entre outras. As empreitadas transitadas do ano anterior avançaram, igualmente, a bom ritmo, destacando-se a construção do interceptor de rio Tinto, a reabilitação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim e a remodelação do Pavilhão da Água.

No domínio da gestão dos bens patrimoniais, a **Águas do Porto, EM**, iniciou a obra de musealização do rio de Vila, um dos principais cursos de água da cidade que foi entubado no século XIX, adjudicada por 860 mil euros. Este projeto inclui a estruturação de um discurso interpretativo e de conteúdos para apoio à visita num troço de cerca de 350 metros entre a Estação de São Bento e o Largo de São Domingos, passando a integrar o Circuito Urbano da Água na cidade do Porto.

A musealização desta galeria subterrânea permitirá o reencontro da cidade com vestígios da ocupação desde os romanos até aos dias de hoje. Estes pedaços da história do Porto e as suas diversas curiosidades vão ficar à vista de todos os visitantes (habitantes e turistas). O museu enterrado, atualmente invisível e desconhecido pela maioria da população, tornar-se-á, assim, pela sua originalidade e cariz histórico, mais um fator de afirmação da água no contexto urbano, com a possibilidade de vir a agregar, mais tarde, outros percursos subterrâneos de tipologia idêntica a este.



Figura 7 | Musealização da galeria subterrânea do rio de Vila

Para além disso merece destaque a reabertura ao público dos jardins e mata da Quinta de Nova Sintra, representando um investimento de 700 mil euros. A devolução deste espaço verde aos portuenses, englobando a valorização artística e histórica de várias fontes e chafarizes antigos, constitui um contributo importante para a dinamização da zona oriental da cidade, eleita pela Câmara Municipal do Porto como prioritária na sua estratégia de planeamento e investimento.

Na gestão operacional, o índice de água não faturada desceu para 17,7%, o que representa uma qualidade de serviço boa, de acordo com os valores de referência da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Para este resultado contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores. Outro pilar fundamental da redução das perdas de água é a pesquisa ativa de ilícitos.

A **Águas do Porto, EM**, foi reconhecida como uma referência nacional na deteção e no combate aos ilícitos e na tramitação dos consequentes processos contraordenacionais. Esta atuação contribui para a sustentabilidade económico-financeira da empresa uma vez que a redução do uso de água não autorizada implica a faturação e cobrança efetivas de todos os serviços prestados. Paralelamente, é uma via de promoção da justiça tarifária, o que possibilita que, em conjunto com outras medidas, o Porto aplique a segunda e a terceira tarifa mais baixa entre os municípios da Área Metropolitana do Porto e os 20 concelhos mais populosos do País, respetivamente.

No exercício em análise, a qualidade da água distribuída na cidade do Porto foi novamente reconhecida pela sua excelência. A empresa foi uma das vencedoras do Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano, o que garante que 99,7% da água é controlada e de boa qualidade (água segura). Este galardão insere-se nos Prémios de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, promovidos pela ERSAR e pelo jornal Água&Ambiente.

A **Águas do Porto, EM**, aprovou, ainda, o Plano de Despoluição das Linhas de Água, que contempla a adoção de medidas mais concretas e incisivas, nomeadamente a intensificação da inspeção dos troços a céu aberto para deteção precoce de descargas indevidas, a identificação de interligações entre as redes de águas residuais e pluviais tendo em vista a sua eliminação e a monitorização em tempo real com alertas para a ocorrência de anomalias. As linhas de água com atuação prioritária correspondem ao rio de Vila e às ribeiras da Asprela, da Granja e de Aldoar. O objetivo é melhorar significativamente a qualidade da água, de modo a que seja atingida a classificação “Boa” até ao final de 2022.

O Parque Central da Asprela recebeu luz verde por parte do Fundo Ambiental, gerido pelo Ministério do Ambiente. O novo pulmão verde da cidade do Porto deverá estar concluído no primeiro semestre de 2020, contemplando o controlo de cheias na ribeira da Asprela e a criação de um espaço paisagístico único com vários espelhos de água e soluções de atravessamento pedonal e ciclável.

O projeto une o Município do Porto, através da **Águas do Porto, EM**, a Universidade do Porto, proprietária do terreno situado entre a UPTEC e a Faculdade de Desporto, e o Instituto Politécnico do Porto. No total, estima-se um custo de 1,9 milhões de euros, dos quais cerca de 60% serão financiados pelo Fundo Ambiental. A comunidade académica, constituída por alunos, docentes, investigadores e outros colaboradores, será a principal beneficiária do Parque Central da Asprela, abrangendo um total de 30 000 indivíduos. Acrescem os utentes do Centro Hospitalar São João e do IPO e os passageiros da Linha Amarela do Metro do Porto.

No domínio da gestão da frente marítima, e no período em análise, o Porto manteve a Bandeira Azul e a “Qualidade de Ouro” em oito das suas praias, renovando ainda a distinção de “Praia Acessível” nas praias do Homem do Leme e do Carneiro. Comemoraram-se, assim, onze anos consecutivos de atribuição da Bandeira Azul às praias da cidade na medida em que esta bandeira foi hasteada, pela primeira vez, na zona balnear do Homem do Leme em 2007.



Figura 8 | 11 anos de Bandeira Azul nas praias do Porto

Relativamente ao cumprimento dos critérios do programa Bandeira Azul, manteve-se o controlo analítico diário da qualidade da água das praias e a monitorização do estado de funcionamento e conservação dos equipamentos e serviços de apoio à prática balnear, assim como a prestação de informação ao público e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. “Lufada de Mar Fresco” foi o título da campanha de comunicação e sensibilização ambiental desenvolvida durante a época balnear de 2018, tendo o número recorde de ações desenvolvidas nas praias conduzido à premiação, pelo terceiro ano consecutivo, do Porto como “Município Mais Azul”.

O enfoque na educação ambiental foi reforçado com a realização da quinta edição do Aquaporto, o maior festival de água e ciência do País. Ao longo de três dias passaram pelo Parque da Cidade, na envolvente do Pavilhão da Água, mais de 20 mil participantes. Sob o lema “Pelo Planeta, Mãos à Água”, este evento lançou um alerta global em relação às alterações climáticas e aos seus impactos, através de um programa com 130 experiências científicas, pedagógicas e lúdicas de acesso gratuito.

4.1. Gestão Operacional

4.1.1. Aquisição e Venda de Água

Em 2018, a **Águas do Porto, EM**, adquiriu um volume total de 21 621 661 m³ de água tratada à empresa multimunicipal Águas do Douro e Paiva (AdDP), o que corresponde a uma média diária de 57 747 m³ e representa um decréscimo de 2,5% relativamente ao ano transato. Esta variação negativa reflete uma redução total de 543 952 m³, isto é, um declínio médio diário de 1 490 m³ comparando com 2017.

Embora no ano passado se tenha registado uma redução da água adquirida ao fornecedor em alta, esta tendência não foi constante ao longo dos últimos 12 anos. Desde 2006, ano de constituição da empresa, e até 2014, a água entrada no sistema (AES) registou um continuado decréscimo, tendo esta tendência sido invertida em 2015, 2016 e 2017 na medida em que nestes anos se verificaram ligeiras subidas deste valor. No ano de 2018, e tal como explicitado na figura seguinte, a evolução da AES voltou a ser decrescente.

No que respeita à venda de água, no presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, faturou um volume total de 17 344 637 m³ de água aos seus clientes, o que equivale a uma média diária de 47 520 m³. Este valor espelha uma diminuição de 0,94% de água faturada em relação ao ano de 2017 (17 508 977 m³). Esta variação negativa corresponde a uma queda total de 164 340 m³, isto é, uma redução média diária de 450 m³ relativamente a 2017.

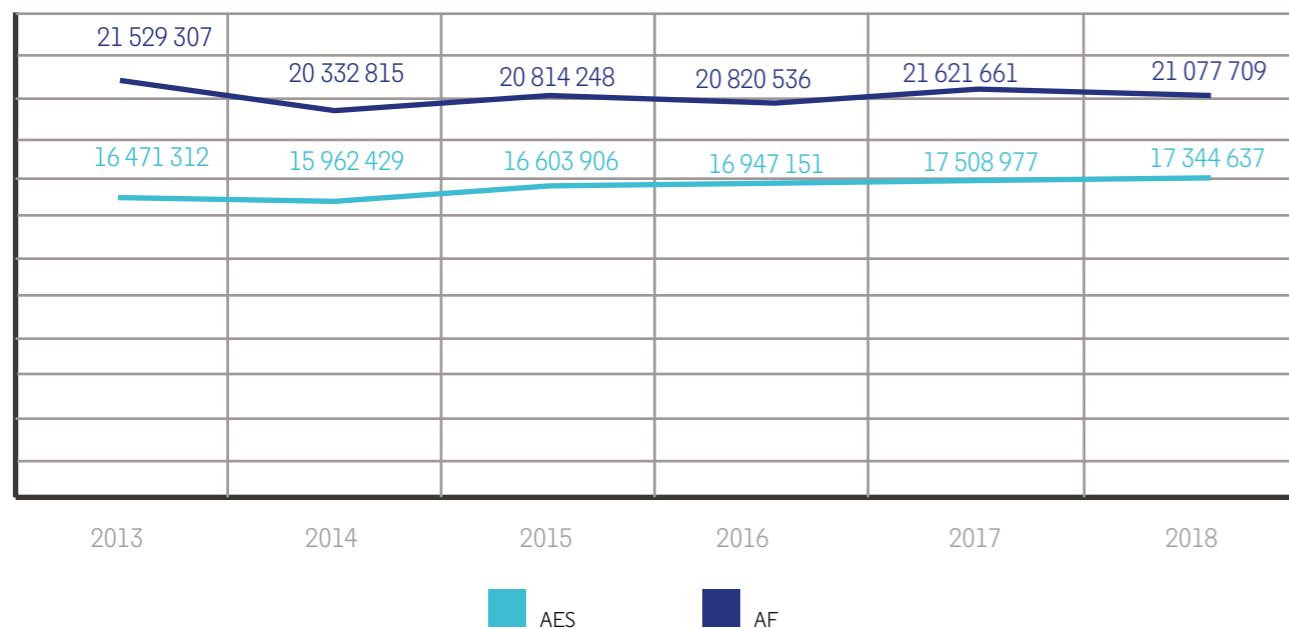


Figura 9 | Evolução da água entrada no sistema e da água faturada (m³/ano) – (2013-2018)

De acordo com a Figura 9, e tendo em consideração uma análise aos últimos cinco anos, observa-se, pela primeira vez, uma redução do consumo de água na cidade do Porto, contrariando a tendência de expansão gradual registada nos anos precedentes. Este cenário poderá ser explicado pelos efeitos das campanhas de sensibilização e informação desenvolvidas junto dos cidadãos sobre o uso eficiente da água, especialmente após a seca severa e extrema registada em Portugal durante o ano hidrológico de 2017/2018.

Nesse sentido, houve uma redução de 3% no consumo doméstico, tendo este um peso relativo 60,3% no volume total. Os agregados familiares portuenses consumiram menos 327 426 m³ de água entre 2017 e 2018. Mais expressiva foi a queda do consumo associada aos clientes autárquicos com uma variação negativa de 18,6%, ou seja, menos 160 959 m³. Contrária foi a tendência observada nos clientes empresariais, que, correspondendo a 26,8% da água vendida, gastaram mais 416 085 m³ (9,8%). O comportamento do consumo de água por tipologia de cliente é revelado na tabela seguinte.

Tabela 1 | Evolução da água consumida por tipologia de cliente (m³)

Tipo de Cliente	2018	2017	Δ % 2018/2017
Doméstico	10 457 998	10 785 424	-3,04%
Social	908 683	893 667	1,68%
Empresarial	4 650 999	4 234 914	9,83%
Público	529 608	585 457	-9,54%
Autárquico	705 913	866 872	-18,57%
Próprios	91 436	142 643	-35,90%
Total	17 344 637	17 508 977	-0,94%

No final de 2018, e tal como explanado na Tabela 2, o número total de clientes da **Águas do Porto, EM**, ascendia a 156 920, ou seja, mais 1 253 clientes relativamente ao ano precedente (0,8%). Os consumidores domésticos representavam 81% do universo total de clientes, seguindo-se os consumidores do setor empresarial com um peso de 17,8%. Assistiu-se a um claro reforço dos clientes empresariais, que, em termos absolutos, se traduziu em mais 2 657. As restantes tipologias apresentaram um peso residual na estrutura de clientes da empresa (1,2%).

Tabela 2 | Evolução do n.º de clientes por tipologia de consumo

Tipo de Cliente	2018	2017	Δ % 2018/2017
Doméstico	127 103	128 498	-1,09%
Social	440	467	-5,78%
Empresarial	27 908	25 251	10,52%
Público	341	346	-1,45%
Autárquico	1 081	1 081	0,00%
Próprios	47	24	95,83%
Total	156 920	155 667	0,80%

Uma das grandes apostas da **Águas do Porto, EM**, no ano de 2018 incidiu na recolha e registo de leituras reais, o que culminou num aumento de 5,6%. Assim, a empresa conseguiu mais 73 321 leituras reais do que em 2017. Quanto aos contadores sem leitura há mais de seis meses, o valor diminuiu 24,4% como resultado, em grande medida, da aposta na recuperação das leituras em atraso e no aumento da fiabilidade da faturação. Do ponto de vista evolutivo, os resultados destes dois indicadores encontram-se espelhados na Figura 10.

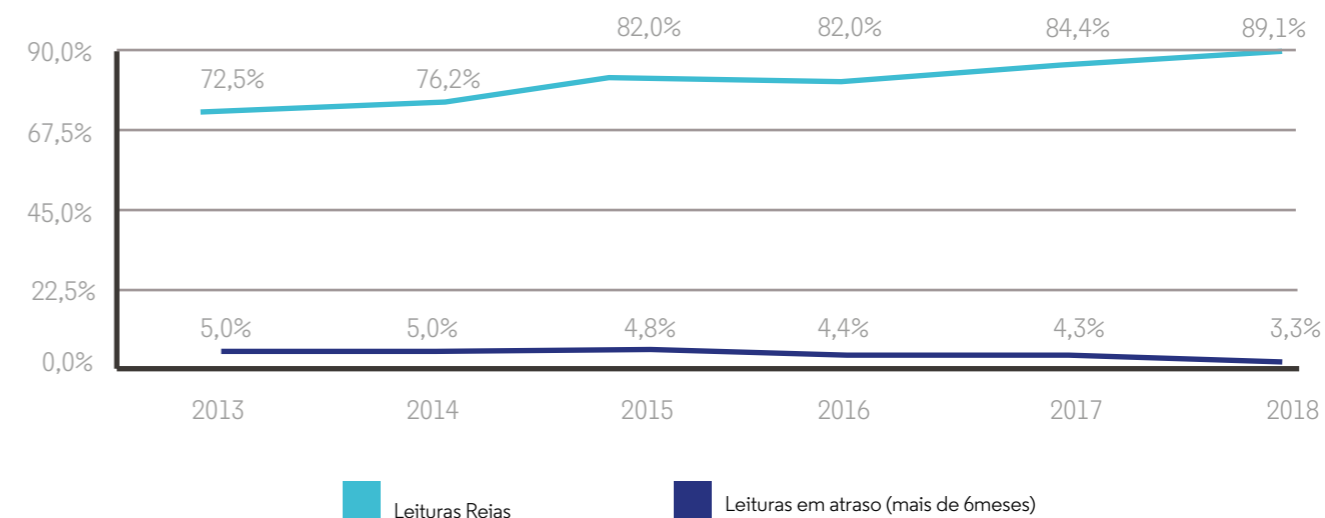


Figura 10 | Evolução das leituras reais e das leituras em atraso (2013-2018)

4.1.2. Água Não Faturada

Deste modo, no presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, registou um decréscimo do índice de água não faturada (ANF), cujo valor anual se cifrou em 17,7%, correspondendo a uma qualidade de serviço boa, de acordo com os intervalos de referência da ERSAR. Este resultado corresponde a um volume anual de 3 733 072 m³ de água, o que equivale a uma média diária de 10 228 m³. A Figura 11 ilustra a evolução do índice de ANF da empresa entre 2014 e 2018, comparando-a com a água adquirida e vendida.

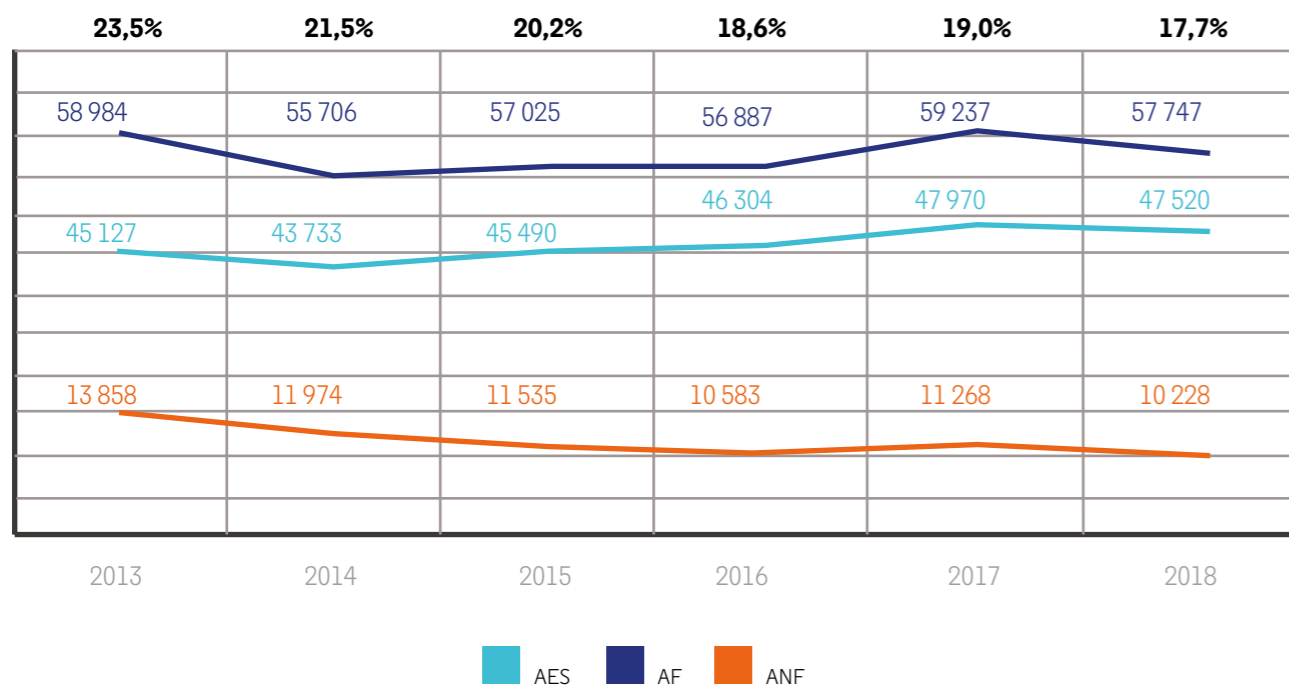


Figura 11 | Evolução da água não faturada (m³/dia) - (2013-2018)

Este desempenho é fruto do reforço da estratégia da **Águas do Porto, EM**, focada na deteção de roturas e avarias na rede de distribuição de água através do trabalho diário das equipas de controlo ativo de perdas (CAP) e da rápida intervenção na reparação das anomalias detetadas, assim como na remodelação da rede (condutas problemáticas e com materiais obsoletos) e na renovação do parque de contadores, nomeadamente os equipamentos avariados e em submedição.

No decurso de 2018 foram registadas 1 455 ocorrências no sistema de abastecimento de água, designadamente 643 roturas e avarias em condutas, 453 roturas e avarias em ramais domiciliários e 359 avarias em acessórios de rede. Comparativamente com o exercício anterior, observa-se um decréscimo de 2,3% nas anomalias detetadas, tendo a maioria destas sido reportada pelos técnicos especializados afetos ao CAP. No indicador da ERSAR relativo às avarias em condutas (não CAP), a empresa registou 33 ocorrências por cada 100 km de rede.

O tempo médio de reparação de roturas e avarias cifrou-se em 2 horas e 2 minutos, o que representa uma melhoria de 11 minutos relativamente a 2017. Para além disso, verifica-se que 80% destas anomalias foram reparadas num período inferior a 24 horas.

No presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, deu continuidade à implementação do Plano de Remodelação da Rede de Distribuição de Água, o que se traduziu na substituição de 8,74 km de condutas, 1 036 ramais domiciliários e 60 hidrantes. O valor da reabilitação de condutas em 2018 fixou-se em 1,22%.

No domínio do combate às perdas aparentes, a empresa prosseguiu também a campanha de renovação do parque de contadores, através da substituição criteriosa e seletiva de 15 642 aparelhos. A taxa de substituição de contadores situou-se em 10,1% em 2018, o que representa um aumento de 48,5% relativamente a 2017. Adicionalmente, a política de instalação de contadores inteligentes conduziu à colocação de 2 837 equipamentos munidos de sistema de telemetria, mais 152% do que o valor alcançado no ano anterior, correspondendo a 18,1% dos novos contadores instalados na rede. Atualmente, existem 29 841 contadores desta tipologia em funcionamento, perfazendo 18,7% do global do sistema.

Outro eixo da estratégia da empresa está associado à deteção e controlo de consumos não autorizados na cidade do Porto, particularmente ligações ilícitas (doméstico e comércio), contadores manipulados, *by-passes*, aberturas abusivas, violação do selo de corte, entre outros, em correlação com a diminuição da dívida e o aumento da receita. Contabilizam-se 1525 participações em 2018, que deram origem ao processo contraordenacional através da acusação ao arguido.

Relativamente às falhas no abastecimento, isto é, as suspensões do serviço durante um período igual ou superior a seis horas consecutivas e com afetação de clientes em que não houve aviso prévio (ocorrências não programadas), a **Águas do Porto, EM**, registou 0,267 falhas por cada 1000 ramais domiciliários, o que corresponde, em termos absolutos, a 19 falhas nestas condições.

4.1.3. Qualidade da Água

O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) constitui um programa de controlo analítico cujo objetivo é verificar o cumprimento dos valores paramétricos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e das alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, relativos à qualidade da água para consumo humano. Obedecendo a este plano aprovado pela ERSAR, o Laboratório da empresa, acreditado segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005, desde junho de 2000, realizou 7 135 análises correspondentes a 1 200 amostras colhidas na torneira dos consumidores.

Quanto ao cumprimento dos valores paramétricos, os dados apontam para 99,5% de análises realizadas em conformidade com esses valores de referência fixados na legislação. Deste modo, a **Águas do Porto, EM**, continuou a registar um desempenho excelente no que respeita ao indicador “Água Segura”, definido como a percentagem de água controlada e de boa qualidade na rede predial, apesar de ter sido obtido um valor ligeiramente inferior ao de 2017.

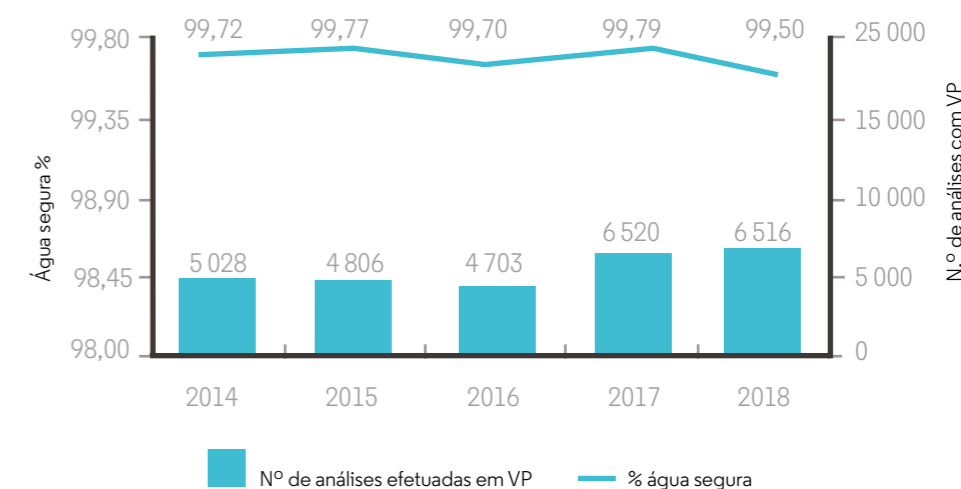


Figura 12 | Evolução do indicador Água Segura (2014-2018)

Salienta-se que empresa executou também o Plano de Controlo Operacional (PCO), que reforça o controlo da qualidade da água que é introduzida na rede de distribuição pública. Em 2018, o Laboratório colheu 2 759 amostras nas condutas adutoras, fontes, fontanários, fins de rede e condutas de ligação dos reservatórios à rede, tendo efetuado um total de 33 536 análises contra 42 929 no exercício anterior.

Esta redução significativa do número de análises efetuadas decorre da conjugação de três fatores: a avaria irreparável do GC/ECD (Cromatografia Gasosa/Detector de Captura Eletrónica) que não permitiu que fossem realizadas cerca de 7380 análises; a avaria do analisador de fluxo segmentado; e colheitas não efetuadas devido a obras/limpeza dos reservatórios. Ainda assim, observou-se que 99,71% das análises efetuadas respeitavam os valores paramétricos legais.

A excelente qualidade da água distribuída é, precisamente, um dos pilares do Programa de Alteração Comportamental para Incentivo ao Consumo de Água da Torneira, sob o mote “Beba Água do Porto: É boa todos os dias!”. A mensagem é simples: a água da torneira é segura, faz bem à saúde e é barata. Em 2018, a empresa esteve presente em diversos eventos de massas que tiveram como palco a cidade do Porto, com o intuito de informar os consumidores e reforçar a sua confiança na qualidade da água da rede pública.

4.1.4. Risco Operacional Relacionado com a Qualidade da Água

A **Águas do Porto, EM**, tem como um dos seus principais focos de atuação garantir permanentemente a qualidade da água que distribui e obter dos cidadãos o reconhecimento dos elevados padrões de qualidade da água que lhes é fornecida. Para tal, segue

um rigoroso controlo da qualidade da água fornecida diariamente aos consumidores do município, garantindo uma elevada segurança do produto com um excelente serviço associado. Num mapa urbano com mais de 800km de condutas adutoras e distribuidoras e seis reservatórios municipais com gamas etárias muito variáveis, o sistema de abastecimento de água do Porto está articulado por forma a que a água distribuída seja distribuída com a máxima qualidade. Desde o controlo analítico e organolético da água que é comprada ao sistema em alta, controlada inicialmente nos pontos de entrega do sistema, ao controlo nos órgãos da rede pública (condutas, ramais e acessórios), ao controlo individual da água que se encontra em reserva em cada célula de cada reservatório da rede, até, por fim, ao controlo na torneira do consumidor. Isto, cumprindo meticulosamente o Plano de Controlo Operacional (PCO), que incide na rede pública e infraestruturas associadas, e o Plano de Controlo da Qualidade de Água (PCQA) que incide diretamente na torneira do consumidor, e é reportado obrigatoriamente à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Paralelamente e por forma a garantir a excelente qualidade da água, a **Águas do Porto, EM**, possui um conjunto de procedimento internos ativos, desde a limpeza e desinfecção das novas infraestruturas instaladas e a entrar em serviço no sistema, a higienização interior anual (e extraordinária, quando se revelar necessário) dos reservatórios municipais, o controlo da retoma em serviço das infraestruturas que sofrem anomalias (roturas e avarias) através da sua limpeza e descarga inicial de água, a higienização dos acessórios públicos com água potável disponível tais como fontes, fontanários e bebedouros, a existente de descargas de água programadas em determinados pontos da rede para controlo da qualidade em locais com menos solicitação, a instalação de filtros em determinados equipamentos como contadores e válvulas para prevenção, a manutenção das condições de escoamento na rede de distribuição para impedimento de precipitação de partículas e de destacamento de biofilme, a identificação e o planeamento de intervenções e empreitadas para renovação e substituição de infraestruturas problemáticas e com materiais obsoletos, entre outras medidas consideradas de valor acrescentado.

Por último, importa referir que a **Águas do Porto, EM**, possui um Plano de Segurança da Água implementado e em operação, com um conjunto de perigos e eventos perigosos que, combinados de acordo com a probabilidade de ocorrência e a respetiva severidade, identificam um conjunto de pontos críticos do sistema para uma maior incidência da aplicação das medidas de controlo preventivas e corretivas. Neste sentido, o objetivo estratégico é assegurar sistematicamente a Segurança e a Aceitabilidade do abastecimento de água para consumo humano, em termos de Quantidade e Qualidade na cidade do Porto.

4.1.5. Drenagem Urbana

4.1.5.1. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

No que concerne à drenagem de águas residuais, a acessibilidade física ao serviço fixou-se em 99,53% no final de 2018, prevenindo-se que a rede fique concluída em 2019. No corrente exercício, as empreitadas de saneamento incluíram 4,66 km de coletores (0,36 km novos e 4,30 km substituídos). A taxa de reabilitação de coletores fixou-se em 0,84%. Foram, ainda, executados 414 ramais (111 novos e 303 substituídos) e 326 CRL (20 novas e 306 substituídas).

Os técnicos da **Águas do Porto, EM**, prosseguiram durante o ano de 2018 com a realização de visitas às instalações dos clientes sem ligação à rede pública de saneamento ou com ligações desadequadas (interligações de redes de águas residuais e de águas pluviais) e com necessidade de adaptação das redes prediais. Com este trabalho, atingiu-se um nível de adesão da população ao serviço de saneamento de 99,51%.

Concluída a verificação de ligações prediais na bacia hidrográfica da ribeira de Aldoar com vista à despoluição dessa linha de água, as equipas iniciaram o mesmo processo na bacia do rio de Vila, considerada prioritária e estratégica para a empresa na sequência das obras destinadas à musealização de um troço da galeria subterrânea existente.

No período em análise, e tal como detalhado na Tabela 3, o volume de efluentes tratados nas duas ETAR existentes (Sobreiras e Freixo) totalizou 20 664 252 m³, o que equivale a um aumento de 10,4% em comparação com o ano precedente. Esta variação no volume total de águas residuais tratadas deveu-se ao aumento de pluviosidade, mais sentida na ETAR do Freixo, e das aflúncias indevidas.

Tabela 3| Evolução das águas residuais tratadas nas ETAR (m³) – (2017-2018)

	2018	2017	Δ% 2018/2017
ETAR do Freixo	8 563 552	6 647 462	28,8
ETAR de Sobreiras	12 100 700	12 071 576	0,2
Total	20 664 252	18 719 038	10,4

A ETAR de Sobreiras tratou 12 100 700 m³ de águas residuais em 2018, mais 0,2% relativamente a 2017, o que corresponde a 59% dos efluentes recolhidos na cidade do Porto. Por sua vez, o volume de águas residuais tratado na ETAR do Freixo fixou-se em 8 563 552 m³, assinalando uma variação positiva de 28,8% quando comparada com o ano anterior.

Quanto à qualidade do efluente final, constata-se que o cumprimento dos parâmetros de descarga foi de 97,8% relativamente aos 100% alcançados nos anos anteriores de funcionamento de ambas as estações de tratamento. Este indicador da ERSAR corresponde à percentagem do equivalente de população que é servido com estações de tratamento que asseguram o cumprimento das licenças de descarga.

Esta situação derivou do facto de a Ambiporto, consórcio empresarial responsável pela operação e manutenção das ETAR após concurso público internacional, não ter conseguido assegurar a qualidade necessária no âmbito dos serviços prestados. Os fundamentos invocados prendem-se com questões financeiras, tendo a **Águas do Porto, EM**, considerado não ser passível qualquer reajuste ou equilíbrio económico-financeiro. Assim, já após o fecho do exercício em análise, foi celebrado um acordo entre as partes e, a partir do dia 1 de março de 2019, a empresa assumiu a gestão direta das estações de tratamento.

4.1.5.2. Risco Operacional relacionado com Questões Ambientais

No que diz respeito à área de drenagem e tratamento das águas residuais, o impacto do seu correto funcionamento na melhoria da qualidade do Ambiente é notório. Qualquer falha/anomalia na rede terá consequências negativas no ambiente como p.e. contaminação das linhas de água e mar.

De modo a evitar, ou minorar, a ocorrência destas descargas, a Unidade Orgânica respetiva executa diariamente várias medidas com objetivo de proporcionar um futuro mais ambiental. Desde o início do ciclo urbano, iniciando-se pela recolha das águas residuais, até à sua conclusão, devolução ao meio hídrico recetor, existem várias equipas com funções distintas mas com o mesmo objetivo – assegurar qualidade do Ambiente.

Destaca-se como principais medidas que contribuem para isso a:

- Deteção e desativação das ligações prediais indevidas responsáveis pelo excesso de caudal e conseqüente descarga e poluição das linhas de água;
- Manutenção preventiva à rede de coletores de águas residuais através do cumprimento do plano de varejamento, reduzindo a ocorrência de obstruções;
- Constante manutenção dos Ejetores Shones de modo a reduzir a probabilidade de paragem destes equipamentos;
- Instalação de sistemas de alarmes via GSM nas nossas infraestruturas permitindo monitorizar qualquer anomalia dando uma eficiente resposta;
- Monitorização do estabelecido no Título de Utilização de Recursos Hídrico, para cada ETAR, através da realização por entidade acreditada do número tipo e frequência das análises aí exigidas
- Operação das ETAR, através de tarefas de controlo analítico das várias fases do processo de tratamento, com realização de amostragens diárias de 24 horas e respetiva análise crítica dos resultados, e manutenção dos equipamentos existentes garantindo a qualidade da água devolvida ao meio hídrico;
- Controlo dos serviços prestados por entidades externas obrigando a envio de comprovativo de Guias de encaminhamento de resíduos produzidos.

4.1.5.3. Drenagem de Águas Pluviais

A **Águas do Porto, EM**, iniciou em 2018 a prestação de serviços que visa o reconhecimento cadastral da rede de águas pluviais e das linhas de água, cobrindo dois terços da área do Município (zonas central e oriental), bem como a delimitação de bacias hidrográficas e de drenagem de águas pluviais. No âmbito deste procedimento foi estabelecido um *datum* topográfico para todo o município em ETRS 89, o qual permite a regularização e normalização de dados topográficos e altimétricos das várias redes registadas em SIG.

Uma das exigências principais do presente procedimento prende-se com a altimetria, parâmetro este essencial para a modelação matemática (atualização dos modelos), nomeadamente para a determinação e/ou validação da capacidade de transporte instalada e sua análise à luz das condições de dimensionamento e do efeito subjacente às alterações climáticas, evidenciadas em chuvadas mais intensas e mais curtas, assim como localizadas.

De modo a não sobrecarregar a rede existente, a empresa pretende reforçar a sensibilização dos diversos interlocutores - públicos e privados - no sentido de implementarem soluções que permitam o aproveitamento e reintegração das águas pluviais no subsolo, melhorando as condições de fruição do próprio espaço e minimizando o efeito das variações de temperatura. Pretende-se, igualmente, convergir para a diminuição das afluências indevidas na rede de águas pluviais, bem como na rede de águas residuais.

Do ponto de vista operacional, outro objetivo importante nesta área de atividade prende-se com a renovação dos pontos de recolha de águas pluviais (sarjetas, sumidouros, canais e valetas), com o intuito de contrariar a formação de lençóis de água e a ocorrência de inundações em períodos de intensa pluviosidade, assim como com a reformulação de ramais de descarga de uso exclusivo dos prédios a fim de impedir descargas para os passeios dos arruamentos.

4.1.6. Gestão de Ribeiras

As ribeiras do Porto são um exemplo da gradual artificialidade dos ecossistemas fluviais que atravessam uma área urbana de génese secular. Dos cerca de 66 km de linhas de água que cruzam a cidade verifica-se que 75% encontram-se entubados.

Reconhecendo a importância dos recursos hídricos como fator de desenvolvimento sustentável da cidade, contribuindo para a qualidade de vida urbana e valorização do património natural e paisagístico, a **Águas do Porto, EM**, promove a sua gestão sustentável e integrada assente em três eixos estratégicos: despoluir, desentubar e reabilitar. A empresa tem vindo a desenvolver projetos de requalificação das ribeiras da cidade, em especial nos troços a céu aberto e naqueles que, encontrando-se entubados, podem ser reconvertidos em áreas verdes.

A implementação de projetos de requalificação das linhas de água, o desenvolvimento de ações de manutenção do leito e margens e a eliminação das fontes de poluição são fundamentais para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos da cidade. As ações desenvolvidas são igualmente importantes para a valorização do ecossistema ribeirinho e mitigação de inundações, em alturas de maior precipitação, contribuindo, deste modo, para a proteção de pessoas e bens.

Ao longo do ano de 2018, a **Águas do Porto, EM** deu continuidade ao trabalho desenvolvido no passado, continuando a apostar na monitorização das linhas de água e na inspeção de infraestruturas. Este ano iniciou-se a implementação do Plano de Ação para a Despoluição das Linhas de Água da cidade, assumindo-se o rio de Vila como a principal prioridade.

A sua implementação teve como mote as inspeções realizadas a todas as infraestruturas do rio de Vila e campanhas complementares de monitorização da qualidade da água. Estas ações permitiram identificar várias anomalias nas redes de águas residuais, interligações entre redes de drenagem e descargas de origem predial que constituem focos de poluição do rio. Todas estas situações têm vindo a ser eliminadas, encontrando-se ainda algumas em fase de resolução.

A monitorização das linhas de água, em termos de qualidade e quantidade, continua a ser um pilar fundamental na gestão das ribeiras. Para além da monitorização habitual da qualidade da água, foram acrescentados mais caudalímetros nas ribeiras, com especial enfoque no rio de Vila, permitindo efetuar uma análise conjunta da qualidade e caudal registado.

Em 2018 teve início a implementação do roteiro de acompanhamento ambiental (inspeção visual) aos troços a céu aberto das linhas de água. Este acompanhamento pressupõe visitas periódicas a todos os troços a céu aberto e o registo dos resultados dessas inspeções na Plataforma Tecnológica H2PORTO. No âmbito destas ações preventivas, para além de se promover uma monitorização mais eficaz nas linhas de água e se efetuar a identificação mais célere de descargas e problemas na rede de drenagem de águas residuais, é efetuada a remoção de resíduos das margens e leito.

Os leitos e margens necessitam de um conjunto de cuidados específicos, de forma a garantir as boas condições hidrológicas e ecológicas, evitando erosão das margens e obstrução das infraestruturas entubadas. Neste sentido, a **Águas do Porto, EM**, tem uma prestação de serviços especializada, responsável pela realização de trabalhos de limpeza e manutenção de vegetação e árvores, assim como a manutenção e desassoreamento dos leitos.



Figura 13 | Limpeza e manutenção de leito e margens das linhas de água

4.1.7. Gestão da Frente Marítima

Tendo em conta a importância da valorização do património marítimo, a **Águas do Porto, EM**, definiu a atribuição do galardão Bandeira Azul às praias do Porto como uma das suas prioridades de intervenção. Atualmente, todas as águas balneares designadas do Município do Porto possuem classificação “Excelente” no que concerne à qualidade da água, ficando a evolução patente na figura seguinte.

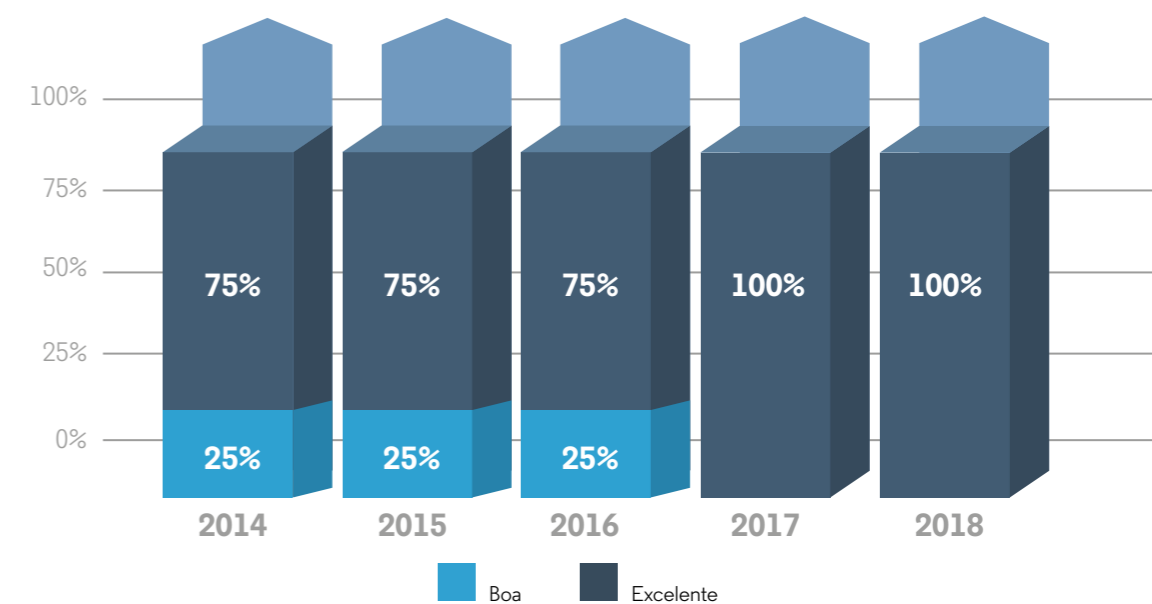


Figura 14 | Evolução da qualidade das águas balneares (2014-2018)

Para além da monitorização efetuada mensalmente pela Agência Portuguesa do Ambiente, o Laboratório da **Águas do Porto, EM**, mantém, durante a época balnear, um programa de monitorização diária da qualidade microbiológica das águas balneares, de modo a garantir as condições adequadas para a prática balnear, o que permite adotar medidas de gestão em tempo útil tendo em vista a salvaguarda da saúde pública. Fora da época balnear procede-se a um controlo mensal. Neste contexto, o Laboratório da empresa efetuou um total de 375 colheitas, correspondente a um total de 1 127 análises.

Com o propósito de detetar e prevenir possíveis alterações na qualidade da água balnear, procede-se também ao controlo analítico na foz das linhas de água que afluem às praias da cidade, para que possam ser tomadas eventuais medidas preventivas e corretivas em tempo útil. Durante o ano em análise, com reforço na época balnear, foram realizadas 172 análises em 87 amostras de água colhidas na foz das ribeiras com potencial impacto na qualidade das águas balneares.

A somar à qualidade da água, enquanto critério fundamental para a atribuição da Bandeira Azul, a **Águas do Porto, EM**, assegura o cumprimento das exigências inerentes a mais três critérios que influem diretamente na qualidade da prática balnear, a saber: informação e educação ambiental, gestão ambiental e segurança e serviços.

Neste sentido, a empresa tem vindo a promover ações conducentes à requalificação das zonas balneares e da sua envolvente e à valorização dos ecossistemas marítimos. Por outro lado, privilegia-se o reforço de infraestruturas de apoio aos banhistas (postos médicos, chuveiros, sanitários, parques infantis, entre outras), a promoção de ações de educação ambiental e de participação pública e a criação de condições de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida.

Na época balnear 2018, para além do galardão Bandeira Azul, as zonas balneares da Foz, Gondarém e Homem do Leme foram também distinguidas com a classificação de praia com “Qualidade de Ouro” devido à excelente qualidade das águas balneares nos últimos cinco anos. Para receber esta classificação, as oito praias do Porto demonstraram ter respeitado os seguintes critérios:

- Qualidade da água Excelente nas cinco últimas épocas balneares (2012 a 2017);
- Todas as análises realizadas na última época balnear (2017) sem exceção, deverão ter apresentado resultados melhores que os valores definidos para o percentil 95 do Anexo I da Diretiva relativa às águas balneares.

A **Águas do Porto, EM**, manteve, ainda, a aposta no desenvolvimento de ações de responsabilidade social nas praias do Porto destinadas a permitir o usufruto desses locais por todas as pessoas independentemente da sua idade ou de eventuais dificuldades de locomoção. De entre as ações efetuadas em 2018, destacam-se a aquisição de uma cadeira anfíbia, a criação de uma zona de descanso para pessoas com mobilidade condicionada e o reforço na prestação de informação ao público relativamente às praias acessíveis.

Com a implementação destas medidas, o Município do Porto conservou a atribuição do galardão “Praia Acessível - Praia para Todos!” às praias do Homem do Leme e do Carneiro. De sublinhar, no domínio da responsabilidade social, a implementação do código ColorADD nas bandeiras de praia e equipamentos de recolha seletiva de resíduos. O ColorADD é um sistema de identificação das cores que permite a integração do público daltónico, evitando que a cor seja utilizada na comunicação como fator de identificação, orientação e escolha.

4.1.8. Promoção da Educação Ambiental

No período em análise, por não estarem ainda concluídas as obras de ampliação e requalificação do Pavilhão da Água, a equipa da Educação Ambiental focou-se no plano de atividades externas, incluindo oficinas temáticas, laboratórios *hands-on*, saídas de campo, conferências, *workshops* participativos e deslocações às escolas.

Salienta-se o Programa H2Out, direcionado para a realização de atividades fora de portas, nomeadamente laboratórios *hands-on* nos estabelecimentos do ensino pré-escolar e nas escolas do ensino básico e secundário da Área Metropolitana do Porto. As nove oficinas desenvolvidas correspondem a sessões experimentais sobre a temática dos recursos hídricos semelhantes às realizadas num laboratório de investigação científica.

O Plano de Atividades foi fortalecido com a assinatura de um protocolo entre a **Águas do Porto, EM**, e a Câmara Municipal de Gondomar para dar continuidade ao projeto “O Pavilhão da Água sobre Rodas”, iniciado no ano letivo de 2016/2017. Ao longo de três meses foram visitados 11 agrupamentos escolares, correspondentes a 42 escolas e a 3 901 alunos e professores.

No cômputo geral, o Programa H2Out envolveu 6 988 participantes, de diferentes faixas etárias, durante o ano de 2018, o que representa um crescimento de 7,5% quando comparado com 2017. Acrescem as atividades de sensibilização e informação ambiental realizadas no âmbito do Programa Bandeira Azul, em parceria com diversas entidades, que contaram com a participação de 700 crianças.

Estas ações debruçaram-se sobre a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros, a biodiversidade na orla costeira e o lixo marinho e os microplásticos. “Lufada de Mar Fresco” foi o título da campanha de comunicação e sensibilização ambiental desenvolvida para esta época balnear, tendo como fonte de inspiração o tema anual do Programa Bandeira Azul: “O Mar que Respiramos”. Pretendeu-se, em termos práticos, chamar a atenção dos banhistas para a importância das florestas marinhas e o seu papel na qualidade do ar.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Município do Porto foi considerado pela Associação Bandeira Azul da Europa como o “Município mais Azul” da região Norte devido à obtenção da classificação mais elevada na avaliação das atividades de educação ambiental (critério imperativo n.º 1 do programa Bandeira Azul). Obteve uma classificação de 4,62 valores numa escala de 0 a 5 valores. O enfoque na educação ambiental foi fortalecido com a realização da quinta edição do Aquaporto, o maior festival de água e ciência do País. Ao longo de três dias (28, 29 e 30 de setembro) passaram pelo Parque da Cidade, na envolvente do Pavilhão da Água, mais de 20 mil participantes. Sob o lema “Pelo Planeta, Mãos à Água”, este evento lançou um alerta global em relação às alterações climáticas e aos seus impactos, através de um programa com 130 experiências científicas, pedagógicas e lúdicas de acesso gratuito.



Figura 15 | Aquaporto 2018 sob o lema das alterações climáticas: “Pelo Planeta, Mãos à Água”

4.1.9. Sistemas de Informação

O ano 2018 caracterizou-se pela afirmação da empresa em termos tecnológicos, através da entrada em funcionamento das bases da Plataforma Tecnológica H2PORTO, tendo esta ferramenta sido distinguida com o prémio para Best Digital Strategic Tools, no âmbito da atribuição dos galardões Portugal Digital Award para as organizações nacionais no contexto da transformação digital.

Adicionalmente foram desenvolvidas soluções aplicacionais internas tendo como base as diferentes camadas agregadoras de dados e de informação, que permitem criar soluções mais ágeis e que dão resposta às solicitações das diferentes Unidades Orgânicas. Assim, após ter sido terminada a terceira fase do Sourcing para a Logística, foram desenvolvidas aplicações internas que passam por soluções que vão desde a gestão de informação para o DPO e para os Recursos Humanos (RH+) até soluções de mobilidade para campanhas de contacto com o cliente, como é o exemplo da interface móvel para a adesão à fatura eletrónica e ao débito direto e respetivo interface de gestão. Nota também para a melhoria da automatização de processos de integração de dados através do desenvolvimento de novos ETL e de disponibilização de informação com base em dados em tempo real em *dashboards* que transmitem informação relevante para a gestão.

No que respeita à infraestrutura física tecnológica, a **Águas do Porto, EM**, adotou soluções atuais de segurança informática de redes através da implementação de sistemas de deteção de comportamentos anómalos na infraestrutura de rede e *endpoints* e

controles de acesso a sistemas, ficheiros e bases de dados. Atualizaram-se, igualmente, os equipamentos de proteção de rede e também de armazenamento de dados, para fazer face ao aumento do volume de dados recolhidos. No que respeita aos equipamentos informáticos estão a ser implementadas interfaces móveis nas equipas operacionais.

A acompanhar a redefinição dos processos que tem estado muito presente nos últimos anos na empresa, têm sido implementadas novas soluções, que refletem, por um lado, a digitalização dos processos e, por outro, a redefinição das tarefas e do espaço de trabalho. Exemplo disto é a adoção de soluções de impressão integradas com os perfis dos utilizadores e o uso de Inteligência Artificial para o reconhecimento automático de documentos e posterior integração com a gestão documental, em que se verifica um aumento na agilidade do processo e na fiabilidade da informação produzida.

Foram, ainda, introduzidos no site da **Águas do Porto, EM**, soluções de apoio interativo ao cliente nos processos de registo web de leituras e de validação remota de identidade no âmbito da contratação de novos serviços, de forma a melhorar a experiência dos clientes com a empresa, nas interfaces digitais que são disponibilizados.

O novo Balcão Digital, agnóstico aos sistemas de gestão comercial da empresa e com imagem coerente com a marca "Porto.", foi lançado no final de 2018, utilizando uma arquitetura flexível para permitir futuras integrações de novos serviços, de acordo com as necessidades de serviço a fornecer aos clientes. Em consequência disso foi também iniciado o processo de redefinição da app móvel da **Águas do Porto, EM**, tanto a nível gráfico como de estrutura de dados, para haver maior coerência com o balcão digital. Estima-se que a nova app seja lançada no primeiro semestre de 2019.

A terminar 2018 foi, ainda, realizado o *kick-off* do projeto DROP (Disruptive Opportunities Center), que consiste na construção colaborativa de um roadmap de inovação para o futuro da empresa, em que participaram mais de 100 colaboradores e *stakeholders* externos.

4.2. Gestão de Clientes

No presente exercício 376 668 clientes entraram em contacto com a **Águas do Porto, EM**, quer para apoio comercial, quer para apoio geral e técnico (Sala de Comando). Em termos médios, cada cliente contactou a empresa 2,4 vezes durante o ano. Estão incluídos pedidos de informação, solicitação de serviços, reclamações e também elogios.

A maioria dos contactos dos clientes é feita por telefone (61,2%), o que relega o atendimento presencial para segundo plano (24%). Os meios digitais de contacto (correio eletrónico, Balcão Digital, plataforma de contratação e App) ainda se posicionam no fundo da tabela (14,8%). Esta repartição encontra-se ilustrada na figura seguinte.

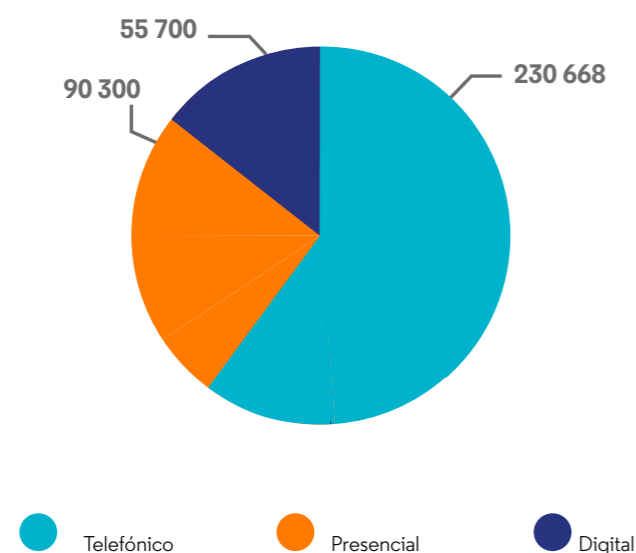


Figura 16 | Meios de contacto utilizados pelos clientes em 2018

4.2.1. Atendimento Comercial

Tal como demonstra a Tabela 4, foram atendidos 193 091 clientes, por via telefónica (Call Center) e presencial (Sede e Gabinete do Município). Este valor contraria a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos. Em 2018, houve uma subida de 7,7% no número total de clientes atendidos em comparação com 2017, que foi, em grande parte, influenciada pelo aumento do contacto telefónico.

Tabela 4 | Evolução do atendimento aos clientes (telefónico e presencial)

Tipo de Atendimento	2018	2017	Δ% 2018/2017
Atendimento Telefónico			
Call Center	102 791	88 563	16,07%
Subtotal	102 791	88 563	16,07%
Atendimento Presencial			
Sede	57 059	53 638	6,38%
Gabinete do Município	33 241	37 138	-10,49%
Subtotal	90 300	90 776	-0,52%
Total	193 091	179 339	7,67%

Um dos objetivos da empresa para 2018 passava, precisamente, pela transferência de clientes do atendimento presencial para o atendimento telefónico. Com efeito, constata-se que as chamadas telefónicas no Call Center passaram de 88 563 em 2017 para 102 791 em 2018, o que equivale a um incremento de 16,1%. Esta situação não se refletiu negativamente nos indicadores relativos ao tempo médio de espera (TME) e ao tempo médio de atendimento (TMA) dos clientes. Pelo contrário, e de acordo com o exposto na tabela seguinte, o TME caiu 36,7%.

Tabela 5 | Evolução do TME e do TMA no Call Center

Atendimento Telefónico	2018	2017	Δ% 2018/2017
Tempo médio de espera (TME)	00:00:38	00:01:00	-36,67%
Tempo médio de atendimento (TMA)	00:03:10	00:03:20	-5,00%

Quanto ao atendimento presencial, a afluência de clientes manteve-se praticamente inalterada, embora os dois locais de atendimento em funcionamento tenham registado uma evolução distinta: os clientes que se dirigiram à Sede da empresa cresceram 6,4% relativamente a 2017, ao passo que a afluência aos balcões no Gabinete do Município desceu 10,5%.

A Tabela 6 demonstra os tempos médios de espera e de atendimento nos balcões da Sede e do Gabinete do Município nos dois anos em análise. O TME subiu 15,6% relativamente ao ano anterior, enquanto o TMA cresceu apenas 0,6% em comparação com o período homólogo.

Tabela 6 | Evolução do TME e do TMA nos balcões de atendimento

Atendimento Presencial	2018	2017	Δ% 2018/2017
Tempo médio de espera (TME)			
Sede	00:12:08	00:09:51	23,18%
Gabinete	00:20:44	00:17:56	15,61%
Total	00:15:14	00:13:05	15,61%
Tempo médio de atendimento (TMA)			
Sede	00:08:16	00:08:26	-1,98%
Gabinete	00:06:20	00:06:15	1,33%
Total	00:07:35	00:07:32	0,66%

O aumento do TME nos balcões de atendimento é explicado, em parte, pela introdução de novos serviços no atendimento ao público, nomeadamente quanto aos processos de licenciamento. O objetivo desta alteração esteve relacionado com a melhoria do serviço prestado ao cliente, fazendo com que ficassem agregados numa única área da empresa todos os assuntos que implicam um contacto presencial por parte do cliente.

4.2.2. Interação Digital com os Clientes

Todavia, o principal propósito da **Águas do Porto, EM**, na relação com os clientes é privilegiar a interação através de meios digitais. Por isso, em novembro de 2018, entrou em funcionamento a interface eletrónica de contratação, deixando de ser necessária a deslocação aos balcões de atendimento. Neste curto período foram celebrados cerca de 100 contratos por esta via.

Atualmente, a validação do titular do contrato é feita através da fotografia do Cartão de Cidadão e da imagem do cliente (reconhecimento facial). A empresa tenciona introduzir formas adicionais de validação em 2019, como a chave móvel digital.

É, ainda, disponibilizada ao cliente a opção de remeter o pedido de celebração de contrato e a informação necessária através de correio eletrónico, evitando, assim, o contacto presencial. Através desta via, no decorrer de 2018, foram formalizados mais de 3 300 contratos, o que corresponde a 20% da totalidade dos novos contratos.

Nesta senda, a **Águas do Porto, EM**, tem um novo Balcão Digital ao serviço do cliente, disponibilizado em dezembro de 2018. A nova interface, mais prática, ágil e intuitiva, é tecnologicamente mais avançada e inclui várias funcionalidades: consultar as faturas, ver o saldo da conta corrente, comunicar as leituras e aderir à fatura eletrónica. Em breve, esta lista será engrossada por novos serviços *online*.

Visualmente, o novo Balcão Digital adota agora a imagem “Porto.”, sendo, deste modo, mais fácil para o utilizador reconhecer os menus quando alterna entre plataformas. O objetivo é que este se torne o meio preferencial de contacto dos clientes com a empresa, possibilitando inclusivamente a gestão dos seus contratos.

No presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, lançou uma nova campanha de adesão ao débito direto e à fatura eletrónica, alicerçada nas principais vantagens para o cliente: a poupança de tempo em filas de espera, a eliminação de atrasos no pagamento, a redução do tempo de espera pela fatura e, ainda, a diminuição dos impactos ambientais. Por esse motivo, no final de 2018, a adesão à fatura eletrónica sofreu um incremento de 32,2% com o número de clientes aderentes a passar de 21 427 para 28 324, o que perfaz 18,1% do total de clientes.

No que diz respeito ao débito direto, o aumento do número de clientes aderentes foi de 4,5%, passando de 54 778 para 57 260 entre 2017 e 2018. Assim, a empresa fechou o ano com 36,5% dos clientes a optarem por esta modalidade de pagamento das suas faturas de água.

4.2.3. Sala de Comando: Atendimento Geral e Técnico

Criada com a missão de coordenar de forma eficaz os recursos, de modo a obter uma maior operacionalidade e rapidez de resposta em casos de emergência e nas solicitações dos clientes, a Sala de Comando divide a sua atividade entre o atendimento geral (telefónico e eletrónico), o atendimento técnico (recepção das chamadas telefónicas dos clientes, incluindo as questões de carácter técnico e solicitações de intervenções por via eletrónica) e a telegestão (monitorização das redes em tempo real).

O objetivo é resolver os problemas técnicos num prazo máximo de 24 horas, nomeadamente roturas, falta de água, falta de pressão, avarias nos contadores ou obstrução de coletores. Para isso, a Sala de Comando funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano.

No ano de 2018 foram atendidas 94 252 chamadas no atendimento geral, o que representa um acréscimo de 9,5% relativamente ao ano anterior. Em média, os clientes esperaram 43 segundos para serem atendidos. Em termos de correio eletrónico, foram rececionados no mail institucional da empresa cerca de 50 000 e-mails.

Já o atendimento técnico recebeu 33 625 contactos telefónicos referentes a pedidos de serviço, um aumento de 2,5% em comparação com 2017, tendo o TME ascendido a 39 segundos. Ao nível do correio eletrónico deram entrada 2 300 solicitações.

4.2.4. Gestão de Reclamações

Na **Águas do Porto, EM**, as reclamações apresentadas pelos clientes são encaradas como uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, de modo a prevenir as situações que lhes deram origem, e que traduzam as suas expectativas, preocupações e interesses. Nesta perspetiva, a análise de reclamações e a interligação com o cliente para a sua resolução e/ou elucidação é uma constante preocupação dos diferentes intervenientes internos.

Em 2018, e tendo em conta as suas diversas áreas de atividade, a empresa recebeu um total de 2,75 reclamações escritas por cada 1000 clientes. Cingindo a análise ao abastecimento de água e ao saneamento de águas residuais, as reclamações escritas totalizaram 388, mais 123 do que no ano anterior. Este aumento de 46,4% vem contrariar a tendência de decréscimo registada desde 2014.

Verifica-se que 51,5% destas reclamações foram apresentadas no Livro de Reclamações em papel disponibilizado nos postos de atendimento e no Livro de Reclamações online. Esta tipologia de reclamações é obrigatoriamente enviada para ERSAR, que, no exercício das competências que lhe estão atribuídas, apresentou 32 pedidos de esclarecimento adicionais. As manifestações de insatisfação dos clientes no Livro de Reclamações cresceram 62,6%, tendo as reclamações feitas recorrendo a outros meios como email, correio, entre outros, subido 32,4%.

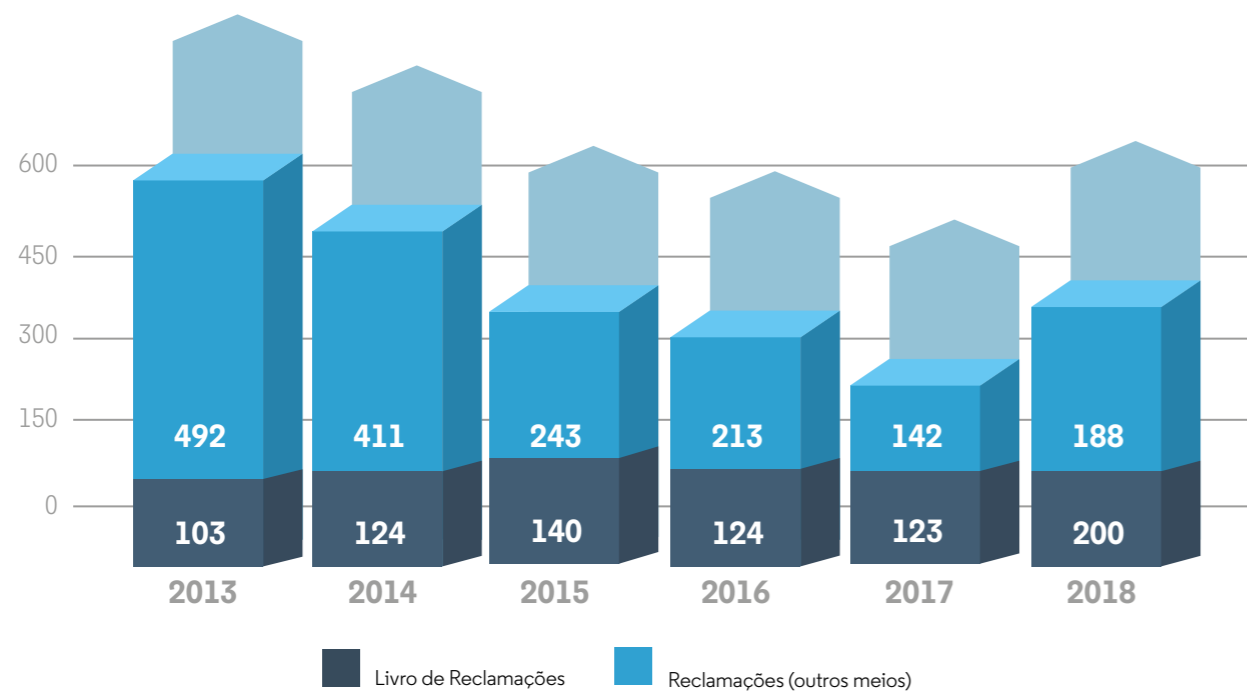


Figura 17 | Evolução das reclamações escritas (2013-2018)

Com base na classificação adotada pela ERSAR para a tipologia das reclamações apresentadas, observa-se que 34% respeitam a faturação e leitura, 18% a qualidade de serviço, 10% a atendimento, 9% a contratação e 8% a tarifário, sendo que as restantes categorias apresentam valores iguais ou inferiores a 6%.

Todas as reclamações escritas apresentadas foram respondidas, o que equivale a uma boa qualidade de serviço segundo o indicador da ERSAR referente a este aspeto. O tempo médio de resposta em 2018 foi de 6,6 dias úteis contra 5,3 dias úteis em 2017. Analisando o seu conteúdo, a **Águas do Porto, EM** decidiu dar deferimento a 33% (129) por entender que os clientes tiveram motivos para expor a sua não satisfação.

No que respeita ao meio de envio, é de realçar que 35% das reclamações foram feitas recorrendo ao Livro de Reclamações no seu formato físico, 32% por e-mail, 17% no Livro de Reclamações Online, 8% por correio e 8% pessoalmente.

5. Investimentos

5.1. Execução do Plano de Investimentos

Tal como detalhado na Tabela 7, o investimento global da **Águas do Porto, EM**, em 2018 aproximou-se dos 13 milhões de euros, representando 70,5% do valor total orçamentado no Plano de Investimentos a executar no presente ano, de acordo com aquilo que se encontra previsto nos IGP 2018-2020.

Tabela 7 | Investimentos executados em 2018

Áreas de Atividade	Valor Orçamentado	Valor Executado
Abastecimento de Água	3 751 306,00	3 951 698,27
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	6 462 885,00	4 687 963,47
Drenagem de Águas Pluviais	3 539 914,00	1 699 393,92
Edifícios e Outras Construções	1 827 231,00	1 489 870,69
Sistemas de Informação	453 271,00	486 792,55
Outros Investimentos	2 347 148,00	639 623,12
Total	18 381 755,00	12 955 342,02

Constata-se que a maior fatia do investimento total executado corresponde à drenagem e tratamento de águas residuais (36,2%), perfazendo € 4 687 963,47. Em segundo lugar, posicionam-se as empreitadas de abastecimento de água (30,5%), no valor € 3 951 698,27, referentes sobretudo à reabilitação de condutas.

Mais distantes destes montantes, embora muito próximas entre si, encontram-se as intervenções nas áreas de drenagem de águas pluviais (13,1%) e de edifícios e outras construções (11,5%) devido à aposta da empresa na reabilitação dos seus bens patrimoniais, absorvendo € 1 699 393,92 e € 1 489 870,69, respetivamente. Os restantes € 1 126 415,67 dividem entre as rubricas “Outros Investimentos” (4,9%) e “Sistemas de Informação” (3,8%).

5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Externo

No final de 2018, a **Águas do Porto, EM**, contava com cinco candidaturas com financiamento comunitário, proveniente do Fundo de Coesão e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e com financiamento nacional. Quatro destas candidaturas transitaram do ano anterior e uma foi aprovada pelo Fundo Ambiental no ano em análise.

A despesa elegível total inscrita nas referidas Operações perfaz 6,2 milhões de euros, o que representa um valor de participação aprovada de 4 milhões de euros. A participação total recebida pela empresa ascende a 1,1 milhões de euros. Relativamente às referidas candidaturas consideradas, a evolução registada no período em apreço foi a seguinte:

Operações Ativas a 31 de dezembro de 2018

1) CONSTRUÇÃO DO INTERCETOR DO RIO TINTO - POEUR-03-2012-FC000041

Esta candidatura foi apresentada em agosto de 2015, em parceria com o Município de Gondomar, tendo no dia 16 de janeiro de 2016 sido assinado o termo de aceitação. O valor global do investimento ascende a €9.257.584,39, sendo que a parte correspondente à **Águas do Porto, EM**, é de €3.699.668,75.

O início da obra ocorreu no dia 11 de maio de 2017. No final de 2018, o projeto estava quase concretizado, pese embora a sua complexidade, integrando a construção de um intercetor e a criação de um extenso espaço verde e de lazer.

Este é um dos maiores projetos atualmente em curso a nível ambiental na região Norte, representando a resolução do maior problema ambiental no Porto. Prioritária para a qualidade ambiental da área metropolitana, a intervenção permitirá despoluir o rio Tinto e

dar nova vida às suas margens. No âmbito deste processo de regeneração, o rio Tinto deverá atingir o bom estado ecológico até ao final de 2021.

Conforme o projeto, os lugares atravessados por este afluente do rio Douro serão reabilitados urbanisticamente, permitindo o surgimento de uma nova área verde do centro de Gondomar até ao Freixo. Desta obra resultará a ligação entre o Parque Urbano de Rio Tinto, que terá 36 500 metros quadrados, e o Parque Oriental da Cidade do Porto, que aumentará a sua área para 20 hectares. No âmbito deste processo de regeneração, o rio Tinto deverá atingir o bom estado ecológico até ao final de 2021.

2) FECHO DO SISTEMA DE ARD DA CIDADE DO PORTO – FREIXO – POSEUR-03-2012-FC-000420

A rede de águas residuais domésticas (ARD) da cidade do Porto divide-se em dois subsistemas: o do Freixo e o de Sobreiras, cada um integrando a estação de tratamento que lhe dá o nome. Esta Operação representa a conclusão da rede em baixa de ARD do Subsistema do Freixo. Idêntica concretização, relativa à rede de ARD do Subsistema de Sobreiras, permitirá que a rede de ARD da cidade do Porto fique completa, garantindo uma cobertura de 100%.

Esta candidatura foi apresentada em julho de 2016, tendo o termo de aceitação sido assinado no dia 28 de novembro do mesmo ano. O valor global do investimento ascende a € 386 841,25. Durante o ano de 2018 foram submetidos vários pedidos de pagamento e recebida a respetiva comparticipação. Nesta data, a Operação já recebeu 42% do financiamento aprovado.

No final de 2018 foi aprovado um pedido de reformulação temporal desta candidatura, para prorrogação do prazo de conclusão até 31 de julho de 2019. A situação económico-financeira do Adjudicatário de uma das empreitadas que integram a candidatura, e a sua entrada em PER (Plano Especial de Revitalização), teve reflexo na sua execução, nomeadamente no que concerne ao aprovisionamento de materiais e à mobilização de meios e equipamentos em tempo útil para o cumprimento dos prazos contratualmente estabelecidos.

3) FECHO DO SISTEMA DE ARD DA CIDADE DO PORTO – SOBREIRAS – POSEUR-03-2012-FC-000421

A rede de ARD da cidade do Porto divide-se em dois subsistemas: o do Freixo e o de Sobreiras, cada um integrando a estação de tratamento que lhe dá o nome. Esta Operação representa a conclusão da rede em baixa de ARD do Subsistema de Sobreiras. Idêntica concretização, relativa à rede de ARD do Subsistema do Freixo, permitirá que a rede de ARD da cidade do Porto fique completa, garantindo uma cobertura de 100%.

Esta candidatura foi apresentada em julho de 2016, tendo o termo de aceitação sido assinado no dia 25 de novembro do mesmo ano. O valor global do investimento ascende a €262 693,34. Nesta data, a Operação já recebeu 9% do financiamento aprovado.

Durante o ano de 2018, não se verificou execução financeira nesta candidatura pelo facto de a **Águas do Porto, EM**, ter avançado com um processo de resolução do contrato da empreitada adjudicada, com relevância na execução prevista para esse ano, na sequência da entrada em PER do empreiteiro. Esta situação implicou a abertura de novo procedimento para os trabalhos, cuja adjudicação ocorreu no dia 3 de outubro do ano passado, bem como a reprogramação temporal da candidatura até 31 de dezembro de 2019.

4) AQUALITRANS – SISTEMAS DE GESTIÓN Y CONTROL PARA LA MEJORA DE LA EFICIENCIA EN LA DEPUTACION Y LA CALIDAD AMBIENTAL DE AGUAS A NIVEL TRANSFRONTEIRIZO

O Município do Porto e a Xunta da Galiza vão colaborar neste projeto de cooperação transfronteiriça para tornar mais sustentável o processo de tratamento de águas residuais. O Aqualitrans tem como missão aumentar a qualidade da água, reduzir o consumo energético e as emissões de CO₂ e diminuir os custos de funcionamento das ETAR.

No projeto, liderado pela Águas da Galiza, participam a **Águas do Porto, EM**, e o Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI) da Universidade do Porto. Do lado espanhol, integram também o projeto outras entidades, nomeadamente o Instituto Energético de Galicia (INEGA), a Consellería de Economía, Empleo e Industria e a Fundación Instituto Tecnológico de Galicia (ITG).

Apresentado em Santiago de Compostela, o Aqualitrans resulta do compromisso assumido pelas administrações públicas para a criação de um modelo energético eficiente e sustentável para as ETAR, contribuindo para alcançar os objetivos gerais de desen-

volvimento sustentável e de proteção ambiental definidos na Estratégia europeia 2020.

A primeira fase do projeto prevê um estudo sobre o consumo energético em 20 ETAR localizadas na Galiza e no Norte de Portugal (Freixo, Sobreiras, Ave, Barcelos, Cávado, Homem, Lamego, Ponte da Baia, Serzedo, Sousa e Vila Real), seguindo-se a implementação de um projeto-piloto nas instalações selecionadas de melhoria energética.

O projeto conta com uma dotação orçamental na ordem dos 950 mil euros, cofinanciado pelo FEDER. O custo total que a **Águas do Porto, EM**, irá suportar é de €102 050, sendo a comparticipação aprovada de 75%. Durante o ano de 2018 foram comprovadas e submetidas despesas elegíveis no valor de € 32 211,51, aguardando-se a respetiva validação e pagamento pela Autoridade de Gestão.

5) FUNDO AMBIENTAL – AVISO 8732/2018 – CONTROLO DE CHEIAS NA BACIA DA RIBEIRA DA ASPRELA E CRIAÇÃO DO PARQUE VERDE CENTRAL DA ASPRELA

No contexto do Aviso n.º 8732/2018, de 27 de junho de 2018, do Fundo Ambiental, referente à “Adaptação às Alterações Climáticas – Recursos Hídricos”, foi aprovada a candidatura intitulada “Controlo de Cheias na Bacia da Ribeira da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela”, tendo o contrato de financiamento sido assinado no dia 7 de setembro de 2018.

O projeto une o Município do Porto, através da **Águas do Porto, EM**, à Universidade do Porto, proprietária do terreno situado entre a UPTec e a Faculdade de Desporto, e ao Instituto Politécnico do Porto. No total, estima-se um custo de 1,9 milhões de euros, dos quais cerca de 60% serão financiados pelo Fundo Ambiental.

O apoio ao financiamento era de 75%, até ao limite de € 1 000 000. A repartição dos custos acordada em contrato de constituição do consórcio entre as três partes é a seguinte:

- Universidade do Porto: 41,05%;
- Águas do Porto: 31,59%;
- Instituto Politécnico do Porto: 27,36%.

O novo pulmão verde da cidade do Porto deverá estar concluído no primeiro semestre de 2020. Está em causa o Parque Central da Asprela cujo projeto contempla o controlo de cheias na ribeira da Asprela e a criação de um espaço paisagístico único com vários espelhos de água e soluções de atravessamento pedonal e ciclável.

A comunidade académica, constituída por alunos, docentes, investigadores e outros colaboradores, será a principal beneficiária do Parque Central da Asprela, abrangendo um total de 30 000 indivíduos. Acrescem os utentes do Centro Hospitalar São João e do IPO e os passageiros da Linha Amarela do Metro do Porto.

Em termos de execução financeira, o quadro seguinte reproduz a comparticipação comunitária e nacional recebida pela **Águas do Porto, EM**, até 31 de dezembro de 2018.

Tabela 8 | Projetos de investimento com financiamento comunitário e nacional – Situação em 31 de dezembro de 2018

Designação da Operação	Despesa Elegível Aprobada	Funding Gap	Taxa		Comparticipação			Taxa de Execução Financeira
			Cofinanciamento	Comparticipação	Aprovada	Recebida em 2018	Recebida Total	
FUNDOS COMUNITÁRIOS								
PORTUGAL 2020								
POSEUR-03-2012-FC-000041 "Construção do Interceptor do Rio Tinto"	3 699 668,75	100,00%	85,00%	85,00%	3 144 718,44	412 141,92	931 120,04	29,61%
POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo"	328 231,58	100,00%	85,00%	85,00%	278 996,84	15 861,94	116 441,55	41,74%
POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras"	231 150,92	100,00%	85,00%	85,00%	196 478,28	0,00	17 504,15	8,91%
POCTEP								
0092_AQUALTRANS_1_E-Sistemas de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia en la deputation y la calidad ambiental de aguas a nivel transfronterizo	102 050,00	100,00%	75,00%	75,00%	76 537,50	0,00	0,00	0,00%
FUNDOS NACIONAIS								
FA-Aviso 8732/2018-Controlo de Cheias na Bacia da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela	1 903 184,40	a)			315 900,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	6 264 285,65				4 012 631,06	428 003,84	1 065 065,74	26,54%

a) O apoio ao financiamento é de 75%, até ao limite de €1 000 000. A repartição do custos acordado em protocolo entre as três partes com participação financeira é a seguinte: Universidade do Porto (41,05%), Instituto Politécnico do Porto (27,36%) e Águas do Porto (31,59%)

Tabela 9 | Projetos de investimento com financiamento comunitário e nacional – Participação

Identificação da Operação	Comparticipação Aprobada	Comparticipação Recebida		
		2016	2017	2018
FUNDOS COMUNITÁRIOS				
PORTUGAL 2020				
POSEUR-03-2012-FC-000041 "Construção do Interceptor do Rio Tinto"	3 144 718,44	63 587,44	455 390,68	412 141,90
POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo"	278 996,84	0,00	100 579,61	15 861,94
POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras"	196 478,28	0,00	17 504,15	0,00
POCTEP				
0092_AQUALTRANS_1_E-Sistemas de Gestión y Control para la mejora de la eficiencia en la deputation y la calidad ambiental de aguas a nivel transfronterizo	102 050,00	0,00	0,00	0,00
FUNDOS NACIONAIS				
Fundo Ambiental – Aviso 8732/2018-Controlo de Cheias na Bacia da Asprela e Criação do Parque Verde Central da Asprela	315 900,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4 038 143,56	63 587,44	573 474,44	428 003,84

5.3. Obras e Projetos

5.3.1. Obras Executadas

A Tabela 10 resume as obras realizadas durante o ano de 2018. No setor de abastecimento de água, a empresa substituiu 8,74 km de condutas, 1 036 ramais domiciliários e 60 hidrantes. No que toca à remodelação da rede de drenagem de águas residuais, verificou-se a substituição de 4,3 km de coletores, 303 ramais e 306 CRL. Embora os números sejam menos expressivos, foram também instaladas novas infraestruturas: 0,36 km de coletores, 111 ramais e 20 CRL. Acresce a remodelação de 2 km de coletores de águas pluviais e a execução de 0,3 km coletores e 72 ramais novos.

Tabela 10 | Obras de água, saneamento e águas pluviais executadas em 2018

	Novo	Substituído	Total
Abastecimento de Água			
Condutas (km)	1,04	8,74	9,78
Ramais (un.)	106	1 036	1 142
Hidrantes (un.)	12	60	72
Saneamento de Águas Residuais			
Coletores (km)	0,36	4,30	4,66
Ramais (un.)	111	303	414
CRL (un.)	20	306	326
Drenagem de Águas Pluviais			
Coletores (km)	0,3	2,00	3,95
Ramais (un.)	72	0	0

5.3.1.1. Plano de Remodelação da Rede de Abastecimento de Água

O Plano de Remodelação da Rede de Distribuição de Água, para o período entre 2015 e 2018, encontra-se, atualmente, nas últimas fases de implementação, tendo resultado de um estudo, elaborado em 2014, que define a estratégia da empresa ao nível da reabilitação faseada dos ativos do sistema. Pretende-se aumentar a vida útil das infraestruturas, diminuir as perdas de água e, ainda, melhorar a qualidade da água e dos serviços prestados.

Neste Plano foram identificadas um total de 69,1 km de condutas com necessidade de substituição no curto e médio prazo, sendo que 60,4 km foram identificados com prioridade muito urgente e 8,7 km com prioridade urgente. Estas prioridades foram divididas em cinco grupos de empreitadas de substituição de condutas (ver Tabela 2). A estimativa orçamental obtida situou-se em 7,7 milhões de euros.

Tabela 11 | Empreitadas do Plano de Remodelação da Rede de Distribuição de Água

Empreitadas	Execução			Investimento (€)	Estado
	Condutas (m)	Ramais (un.)	Hidrantes (un.)		
AA - Grupo 1	10 368	1 540	103	1 111 594	Fase final obra
AA - Grupo 2	13 794	1 191	119	3 203 117	Em curso
AA - Grupo 3	13 558	722	71	694 322	Fase final obra
AA - Grupo 4	4 870	1 008	51	956 867	Concluída
AA - Grupo 5	Em definição			1 755 890	A lançar
Total	42 591	4 461	344	7 721 790	

O ponto de situação destas intervenções é o seguinte: o Grupo 4 já está concluído; os Grupos 1 e 3 encontram-se em fase final de obra; o Grupo 2 arrancou no início de 2018 e o Grupo 5 ainda não foi objeto de contratação pública.

5.3.1.2. Remodelação da Conduta Adutora Nova Sintra-Pasteleira

No âmbito das intervenções de exploração da rede de água, a empresa identificou a necessidade de reformulação da conduta adutora de Nova Sintra-Pasteleira, no troço entre Nova Sintra e Cais das Pedras, e de proteção desta conduta na Escarpa das Fontainhas. Absorvendo um investimento de 1,2 milhões de euros, a empreitada foi adjudicada e iniciada em 2017, prevendo-se a sua finalização no início de 2019.

Aproveitando a substituição da conduta, serão também reabilitadas as galerias de Nova Sintra e da Alfândega (esta última apenas na zona de substituição da conduta, até ao Cais das Pedras). Tendo em vista melhorar a operação e fiabilidade do sistema, esta obra inclui a telegestão e automação das válvulas existentes e a instalar, bem como a colocação de medidores de caudal nas derivações para a rede de distribuição da linha Nova Sintra-Pasteleira.

5.3.1.3. Reabilitação dos Reservatórios dos Congregados e do Bonfim

De modo a reforçar a segurança e fiabilidade do sistema de abastecimento de água da cidade do Porto, a **Águas do Porto, EM**, tem em curso a empreitada de requalificação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim, implicando um investimento total de 1,1 milhões de euros. Prevê-se que os trabalhos fiquem concluídos até ao final do presente ano.

Trata-se de duas importantes infraestruturas de armazenamento de água da rede de distribuição do Porto que estão em funcionamento desde 1950 e 1960, respetivamente.

Com uma capacidade máxima total de 13 500 m³, o reservatório dos Congregados é constituído por quatro células circulares e abastece atualmente duas ZMC (Congregados-Alta e Congregados-Superior), funcionando de forma distinta: a primeira totalmente gravítica e a segunda por bombagem, através da estação elevatória dos Congregados associada, sendo esta a única estação elevatória ativa do atual sistema de abastecimento de água.

Por sua vez, o reservatório do Bonfim é composto por quatro células, duas circulares e duas retangulares, com uma capacidade máxima total de 30 000 m³. Este reservatório abastece a ZMC Média Central, em conjunto com o reservatório de Santo Isidro, que foi alvo de reabilitação em 2013.

As obras de reabilitação destes reservatórios abrangem a recuperação estrutural dos edifícios e a reformulação dos circuitos hidráulicos associados, melhorando a sua operacionalidade através da instalação de válvulas motorizadas e de novos caudalímetros de entrada e saída, com vista ao aumento da fiabilidade de medição das ZMC associadas.

5.3.1.4. Requalificação da Avenida Fernão de Magalhães

Avançou, no terceiro trimestre de 2018, a obra de requalificação da Avenida Fernão de Magalhães, entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Campo 24 de Agosto, que inclui a remodelação das infraestruturas hidráulicas. Executada em parceria com a GO Porto – Gestão e Obras do Porto, EM, esta intervenção implica um investimento global de 5,3 milhões de euros, dos quais 3,9 milhões serão canalizados para a substituição de 1,6 km de condutas, 2 km de coletores de águas residuais e 2,4 km de coletores de águas pluviais.

5.3.1.5. Reformulação do Coletor da Zona Norte

O Coletor da Zona Norte é uma das mais relevantes infraestruturas de águas residuais domésticas da cidade do Porto, que recolhe e conduz até à ETAR de Sobreiras os efluentes produzidos em grande parte das freguesias de Paranhos, Ramalde e Lordelo do Ouro. É constituído por troços com diversas idades e diferentes materiais (betão, FF, PP e grés), com diâmetros compreendidos entre 700 e 800 mm.

Trata-se de um coletor por princípio separativo, mas onde provavelmente são também drenados caudais de infiltração ou mesmo pluviais, provenientes de ligações indevidas. O mau estado de conservação, a diversidade de materiais e a necessidade de localizar

esta infraestrutura em arruamentos e locais públicos, que facilitem o acesso para exploração e manutenção, justificam esta intervenção.

Por isso, a **Águas do Porto, EM**, definiu como prioridade a substituição e reabilitação do Coletor Geral da Zona Norte, no trecho compreendido entre o Nó da VCI com a Avenida da Boavista e a ETAR de Sobreiras, correspondendo a um investimento de 1,7 milhões de euros. Esta empreitada teve início no exercício em análise e deverá ficar concluída em 2019.

Sempre que tal se verificou viável, preconizou-se a substituição dos coletores existentes por coletores integralmente novos em FFD, com um traçado sensivelmente paralelo ao atual. Em algumas zonas, aproveitou-se a oportunidade para melhorar o traçado e/ou as soluções adotadas. Nos troços em que a substituição não se afigura possível, optou-se por efetuar a reabilitação das tubagens e câmaras de visita existentes.

A reabilitação das tubagens efetuar-se-á, por conseguinte, sem recorrer a abertura de valas, com a colocação de um revestimento interior em poliéster reforçado a fibra de vidro, impregnado com resina adequada para cura por ultravioletas. A espessura e o tipo de resina assegurarão a resistência aos esforços, ações e agressividade química a que as tubagens se encontram sujeitas.

No sentido de possibilitar a medição dos caudais que o Coletor da Zona Norte faz chegar à ETAR de Sobreiras, será instalado um medidor de caudal do tipo ultrassónico a montante desta instalação de tratamento. A determinação do caudal far-se-á com base na altura de escoamento, a partir da velocidade registada, deteção digital de partículas e cálculo da correlação cruzada.

5.3.1.6. Reabilitação da Rede de Águas Pluviais em Santos Pousada

A **Águas do Porto, EM**, concluiu, no exercício em análise, o projeto de requalificação das redes de águas pluviais da zona circundante do Campo 24 de Agosto, com o intuito de resolver, a título definitivo, as fortes inundações que aí se verificavam em períodos de intensa precipitação. Estes episódios extremos de chuva estavam relacionados com a existência de cursos de água subterrâneos que foram afetados pela construção da rede do Metro do Porto.

No âmbito desta empreitada, cujo investimento total ascendeu a 3 milhões de euros, foram, ainda, beneficiados os arruamentos, alargando os passeios e corrigindo os alinhamentos das ruas, renovadas as infraestruturas de iluminação pública e instalados novos equipamentos de recolha de resíduos sólidos urbanos.

5.3.1.7. Construção do Intercetor de Rio Tinto

No primeiro semestre de 2017, teve início a empreitada de instalação do intercetor de Rio Tinto, que permitirá despoluir este curso de água, melhorar o seu estado ecológico e promover a reabilitação do seu leito e margens. Desenvolvida em parceria com a Câmara Municipal de Gondomar, esta intervenção representa um investimento global de 8 milhões de euros, dos quais cerca de 3,6 milhões dizem respeito à **Águas do Porto, EM**, sendo cofinanciada pelo PO SEUR (Eixo III).



Figura 18 | Despoluição do rio Tinto através da construção do intercetor

Está em causa a despoluição e melhoria do estado ecológico do rio Tinto, que funciona atualmente como meio recetor das descargas das ETAR de Rio Tinto (Gondomar) e do Freixo (Porto), assim como a proteção, estabilização e valorização ambiental do seu leito e margens. A prossecução destes objetivos passa pela execução de um emissário destinado a transportar e unir as descargas das duas ETAR para o rio Douro, assim como a reabilitação do intercetor existente entre a rotunda do Centro de Saúde de Rio Tinto e a ETAR de Rio Tinto, no Município de Gondomar.

Embora ambas as ETAR respeitem os parâmetros legais de descarga no rio Tinto, o caudal insuficiente deste curso de água não permite a diluição necessária das águas residuais rejeitadas, inviabilizando que esta massa de água superficial consiga atingir um Bom Estado global. Esta é, precisamente, uma das principais causas para o facto de o rio Tinto, classificado como uma massa de água fortemente modificada, obter a classificação “Mau” no que concerne ao Estado/Potencial Ecológico e “Insuficiente” no que diz respeito ao Estado Químico, com base na informação apresentada no projeto do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Douro 2016-2021.

Acresce que este projeto implica, por razões inerentes à construção do intercetor, a regularização fluvial, o controlo de cheias e a requalificação ambiental do leito e margens do rio Tinto, no troço que atravessa os concelhos de Gondomar e do Porto, contribuindo para a despoluição e renaturalização desta linha de água em consonância com as exigências estabelecidas na Diretiva Quadro da Água, transposta para a legislação nacional através da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), e no PGRH do Douro.

Destes trabalhos, com conclusão prevista para 2019, resultará a ligação entre o Parque Urbano de rio Tinto, que passará a ter 36 500 metros quadrados, e o Parque Oriental da cidade do Porto, que aumentará a sua área para 20 hectares.

5.3.1.9. Musealização do Rio de Vila

O rio de Vila, por se tratar de uma das linhas de água com maior importância histórica, foi o primeiro a ser escolhido para se dar início à musealização, tendo a conceção e o desenvolvimento deste projeto arrancado no primeiro semestre de 2016. Este projeto inclui a estruturação de um discurso interpretativo e de conteúdos para apoio à visita no troço entre a Estação de São Bento e o Largo de São Domingos, passando a integrar o Circuito Urbano da Água na cidade do Porto.

O seu percurso corresponde a uma galeria constituída por hasteais e abóboda em pedra granítica, constituindo um valioso e interessante património histórico e cultural. Escavações arqueológicas recentes revelaram a presença nesta zona da cidade, nomeadamente no eixo das ruas Mouzinho da Silveira-Flores, de um conjunto apreciável de vestígios arqueológicos datados do período romano até à época contemporânea.

A entrada neste novo espaço, cujo investimento estimado ascende a 860 mil euros, realizar-se-á através da estação de metro de São Bento para uma sala onde será instalado o serviço de bilheteira, local para exposições e apresentações e posterior porta de acesso ao percurso visitável. Os visitantes terão disponíveis equipamentos de realidade aumentada, que vão explicar, de forma didática a influência que esta linha de água teve na história da cidade e as razões pelas quais foi enterrada em 1872. A execução física desta empreitada arrancou no quarto trimestre de 2018.

5.3.1.10. Requalificação do Reservatório da Pasteleira: Museu da Cidade

Foi terminada em 2018 a obra de reabilitação do antigo reservatório da Pasteleira, desativado desde 1998, com o objetivo de ser convertido num foco de interesse museológico espalhado pelo Porto sob o conceito Museu da Cidade. Este projeto de 650 mil euros enquadra-se na estratégia da **Águas do Porto, EM**, de valorização do património associado ao ciclo urbano da água, indo ao encontro do desígnio do Município do Porto de diversificação da oferta cultural, de lazer e turística da cidade.

O projeto é da autoria dos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sergio Fernandez que, desde logo, decidiram evidenciar a rudez dos materiais que caracterizam o reservatório, privilegiar a criação de um espaço verde para lazer na sua cobertura (telhado verde) e potenciar toda a qualidade deste espaço complexo, abrindo-o para o Parque Urbano da Pasteleira e tornando possível a sua fruição pública.

O Museu da História da Cidade ergue-se agora a “sete palmos da terra” com o propósito de abrir o livro da vida de um território e de um povo especial, contando como é que o Porto se fez Porto. Está pensado para se desenvolver em dez núcleos e dispor de

uma área dedicada a exposições temporárias. Os distintos conteúdos programáticos – o reservatório, o rio Douro, a origem dos primeiros povoados, o período da romanização, o controlo do território (vias e portas), o poder e a cidade, a expansão territorial no tempo dos Almadas, o liberalismo e o cerco do Porto, a evolução da população e das migrações à época da industrialização e os planos da cidade moderna – estarão divididos de forma sequencial, convidando os visitantes a recuar até às primeiras formações coletivas que se começaram a organizar na Idade do Bronze.

“Douro [DWR] três solos entre céu e terra” é o nome da exposição que a Câmara Municipal do Porto escolheu para abrir ao público o “novo” reservatório da Pasteleira, em fevereiro de 2019, convidando-o a descobrir a riqueza histórica e a qualidade do património do Norte de Portugal. Efetivamente, trata-se de um projeto expositivo que não só exalta o Porto e o Douro como também representa um portefólio que permite levar a todo o mundo o retrato das idiossincrasias desta região, as suas riquezas e o seu potencial.

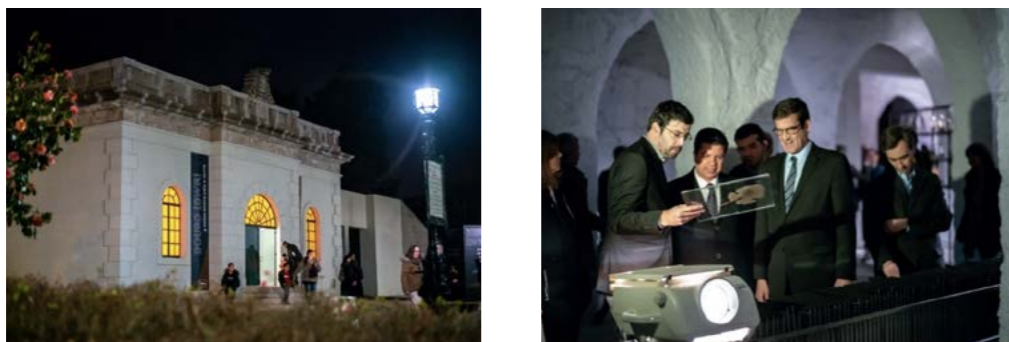


Figura 19 | Exposição de inauguração do reservatório da Pasteleira

5.3.1.11. Reformulação do Pavilhão da Água

De forma a continuar a desempenhar o seu importante papel na sensibilização da população para a temática dos recursos hídricos e a estimular a competitividade com outros museus atuais, o Pavilhão da Água tem vindo a ser objeto de obras de ampliação e reabilitação, da autoria do arquiteto Alexandre Burmester, e de reformulação, atualização e aumento das experiências da área expositiva. Recorde-se que este museu interativo foi inaugurado em 1998, no âmbito da Expo'98, tendo sido transferido para o Parque da Cidade do Porto em 2001.

Este projeto consubstancia-se em vários aspetos: otimização da funcionalidade interna das infraestruturas, reenquadramento de espaços (bilheteira no interior do Pavilhão), criação de uma área para loja, reformulação e criação de experiências interativas e multigeracionais e melhoria de acessos a espaços comuns. Pretende-se aumentar quer o número de visitantes, quer o valor das receitas associadas à exploração deste equipamento.

A obra, no valor de 745 mil euros, prosseguiu durante todo o ano de 2018. A reabertura do Pavilhão da Água ao público aconteceu no dia 23 de março de 2019. Com um forte enfoque no papel da **Águas do Porto, EM**, a nova área expositiva incide na globalidade do ciclo urbano da água. Toda a componente pedagógica foi reforçada com recursos inovadores, onde a interatividade e o entretenimento tornam a aprendizagem mais fascinante.

5.3.1.12. Recuperação Paisagística dos Jardins e Mata de Nova Sintra

No domínio da gestão dos bens patrimoniais, o período em análise ficou marcado pela reabertura ao público dos jardins e mata da Quinta de Nova Sintra, onde se localiza a Sede da empresa. Estes espaços verdes foram alvo de uma requalificação profunda ao nível da flora, sistema de rega, mobiliário urbano, iluminação e pavimentação. Foram, ainda, restauradas as várias fontes que outrora se encontravam espalhadas pela cidade.

Destaca-se também a valorização artística e histórica de várias fontes e chafarizes presentes nestes espaços, outrora espalhados por vários pontos da cidade. Esta componente foi reforçada com a inauguração, em junho do presente exercício, da escultura “Self-portrait as a Fountain (Fat Chance Bruce Nauman)”, do consagrado artista Julião Sarmento, que integra o conjunto de 219 obras do Mapa de Arte Pública da cidade do Porto.

Representando um investimento de 822 mil euros, esta intervenção teve por base um projeto de execução da autoria de uma equipa de arquitetos paisagistas da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, com o intuito de devolver aos portuenses e

turistas um espaço emblemático sobre o rio Douro. O espaço é de fruição pública, constituindo-se como um contributo importante para a dinamização da zona oriental da cidade, eleita pela Câmara Municipal do Porto como prioritária na sua estratégia de planeamento e investimento.

5.3.2. Projetos Estratégicos

5.3.2.1. Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas

Com o objetivo de otimizar a vida útil das infraestruturas, garantindo o equilíbrio entre desempenho, custo e risco, a **Águas do Porto, EM**, tem vindo a desenvolver, desde o final de 2017, um extenso trabalho na gestão e reintegração da informação associada aos seus ativos, de forma a desenvolver metodologias que permitam a priorização eficiente das ações de intervenção.

Neste âmbito, no ano de 2018, foi desenvolvido o Plano de Prioridades de Intervenção das Redes. Este instrumento de planeamento baseia-se na articulação das análises desenvolvidas para as redes de abastecimento de água, de águas residuais e de águas pluviais, tendo como objetivo sustentar o Plano de Investimentos a curto prazo.

Destaca-se o trabalho desenvolvido para a rede de abastecimento de água, tendo sido revisto o plano de remodelação existente, com base numa análise multicritério alicerçada no extenso trabalho de recolha e tratamento de dados pela GPI, onde se ponderou cada ativo em função do seu desempenho esperado e real, da sua criticidade e de uma análise comparativa entre o custo de substituição *versus* o custo de reparação.

Foram, ainda que de forma mais simplificada relativamente à metodologia aplicada à rede distribuidora, definidas as necessidades de intervenções prioritárias nas redes de drenagem urbana, em função do seu desempenho e estado de conservação. Após a definição das necessidades de intervenção prioritárias para cada rede individualmente, foi avaliada a oportunidade de intervir nas restantes redes, por forma a otimizar custos e minimizar impactos negativos na população, resultantes das intervenções na via pública.

Em suma, foram identificados 23,5 km de arruamentos com prioridade urgente de intervenção, a que corresponde uma extensão de 28,0 km de rede de abastecimento de água, 19,9 km de rede de saneamento e 15,6 km de rede de águas pluviais.

Assim, pretende-se dar continuidade à recolha e tratamento de dados nas restantes redes, de forma a alimentar as análises de GPI, nomeadamente nas redes de drenagem, garantindo maior fiabilidade e qualidade na exploração das redes e serviço ao cliente, e uma gestão económica e ambientalmente sustentável.

5.3.2.2. Plano de Redução da Água Não Faturada

Sendo as perdas de água uma preocupação fulcral da **Águas do Porto, EM**, o Programa de Redução da Água Não Faturada constitui um dos projetos estratégicos da empresa e assume um carácter transversal, abrangente e contínuo.

Durante o ano de 2018, no âmbito do cumprimento das várias ações constituintes do Programa, importa referir as seguintes:

- Campanhas de substituições programadas e direcionadas de contadores com necessidade urgente e muito urgente de substituição;
- Elaboração do estudo do estado atual do parque de contadores do sistema, por forma a traçar o plano de substituição criteriosa dos contadores a curto, médio e longo prazos;
- Concurso público internacional para o fornecimento de 32 000 contadores munidos com sistema de telemetria e de 15 concentradores com antenas por forma a criar uma rede de comunicação abrangente no Município;
- Concurso público para aquisição de novos caudalímetros para medição de novas sub-ZMC a criar no âmbito da setorização da rede;
- Estudos de rede e realização de projetos para a execução de novas câmaras de manobras para instalação dos equipamentos para controlo e monitorização das novas zonas;
- Intensificação das campanhas de CAP com a finalidade de otimizar a deteção de fugas e avarias e permitir uma reparação mais rápida das mesmas;

- Execução das empreitadas de renovação da rede de distribuição através da substituição das condutas mais problemáticas;
- Execução das empreitadas de reabilitação estrutural e construtiva dos reservatórios do Bonfim e dos Congregados, bem como a reabilitação e reestruturação dos circuitos hidráulicos, munindo as infraestruturas de equipamentos de medição e sistemas de telegestão para monitorização e controlo eficaz e permanente;
- Consolidação da água faturada quer ao nível técnico (reforço do controlo e da monitorização do consumo dos grandes clientes e renovação do parque de contadores por razões de controlo metrológico), quer ao nível comercial (aumento das leituras reais e diminuição do número de contadores sem leitura há mais de seis meses);
- Reforço das ações conducentes à deteção e controlo de consumos ilícitos e consequente instauração de contraordenações.

5.3.2.3. Projeto Aqualitans: Eficiência Energética nas ETAR

O projeto de financiamento comunitário Aqualitans envolve cinco parceiros, entre entidades gestoras e institutos de investigação portugueses e espanhóis, sendo liderado pela Águas da Galiza. Os primeiros resultados desta iniciativa foram apresentados, em setembro de 2018, data em que foram anunciadas as seis ETAR que vão adotar medidas de eficiência energética no processo de tratamento das águas residuais. O investimento total é de 885 mil euros, dos quais 75% são financiados pelo POCTEP.

No caso do Porto, a ETAR de Sobreiras foi a instalação piloto selecionada. Esta estação de tratamento tem um consumo energético de 11 176 529 kWh/ano, o que implica a emissão de 5 253 toneladas de CO₂/ano. A **Águas do Porto, EM**, vai apostar na otimização do sistema de elevação inicial e do sistema de gestão de energia. A poupança energética global situa-se em 782 MWh/ano, o que representa uma redução de 368 toneladas/ano nas emissões de CO₂. Este investimento de 49 mil euros vai permitir economizar cerca de 79 mil euros por ano.

Em termos mais concretos, a substituição das atuais bombas por outras, preparadas para funcionar com variação de velocidade na elevação inicial, será uma das medidas de melhoria a implementar, esperando-se um aumento de rendimento da bombagem e importantes ganhos de eficiência energética, com uma poupança de 452 MWh/ano e 213 tCO₂/ano. Serão, ainda, instalados blocos analisadores de energia, trifásicos para cargas equilibradas, nos equipamentos de maior consumo energético, prevendo-se uma poupança energética de 330 MWh/ano e uma redução nas emissões de 155 tCO₂/ano.

5.3.2.4. Controlo de Cheias na Ribeira da Asprela e Criação do Parque Central da Asprela

A ribeira da Asprela nasce no Porto, onde possui uma extensão de 4,2 km (dos quais apenas 0,93 km estão a céu aberto), apresentando uma bacia hidrográfica de 3,23 km². A área que se pretende intervencionar e que dará origem ao futuro Parque Central da Asprela localiza-se a sul e a poente da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP); confina a nascente com a rua Roberto Frias, a sul com a rua Júlio Amaral de Carvalho, a sudoeste com o Metro e rua Alfredo Allen, a poente pela rua Dr. António Bernardino Almeida e a norte pela rua Dr. Plácido da Costa e FADEUP.

Para o desenvolvimento deste projeto foi constituída uma equipa multidisciplinar entre vários parceiros, nomeadamente a **Águas do Porto, EM**, a Câmara Municipal do Porto, a Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto, almejando a concretização de soluções inovadoras e sustentáveis num espaço verde de uso público de referência. Este desígnio visa enriquecer e dinamizar a área urbana em questão, especialmente ocupada por equipamentos de ensino e investigação, elevando a qualidade e a diversidade dos sistemas naturais na proximidade dos cidadãos, a vivência e a perceção do espaço exterior vivo, os níveis de saúde e bem-estar e a qualidade ambiental, aspetos indispensáveis para uma boa qualidade de vida em contexto urbano.

O Parque Central da Asprela contempla soluções inovadoras e sustentáveis de estabilização de margens com recurso a técnicas de bioengenharia em meio marcadamente urbano, tendo em vista a minimização e compensação de impactes em áreas de elevada densidade construtiva, muito vulnerável face a episódios de cheias e inundações, por via da valorização e funcionalidade dos sistemas naturais e da viabilidade da sua conectividade. Em resumo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Favorecer a qualificação territorial e ambiental, através de ações de minimização de riscos de cheias e inundações, promovendo a segurança de pessoas e bens;
- Promover o enquadramento dos recursos hídricos num meio marcadamente urbano;
- Fomentar o acesso da população a espaços de contacto com a natureza em áreas de elevada densidade populacional;

- Contribuir para o cumprimento dos objetivos da Diretiva Quadro da Água, transposta para a legislação nacional através da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), designadamente a melhoria das condições hidrogeomorfológicas da ribeira.



Figura 20 | Projeto para a criação do Parque Verde Central da Asprela

Em junho, este projeto foi objeto de uma candidatura a financiamento nacional no âmbito do Aviso n.º 8732/2018 – Adaptação às Alterações Climáticas Recursos Hídricos, do Fundo Ambiental. A candidatura foi aprovada e, consequentemente, o contrato com o Ministério do Ambiente foi assinado em setembro desse ano.

Trata-se de um financiamento global de €1 000 000 para um investimento total de 1,9 milhões de euros para os parceiros envolvidos. No caso da **Águas do Porto, EM**, o montante a investir corresponde a €600 000, dos quais €315 900 serão financiados pelo Fundo Ambiental.

5.3.2.5. Reconstrução do Laboratório

Atualmente, o edifício onde se encontra instalado o Laboratório apresenta diversas patologias estruturais, bem como, dada a sua antiguidade, uma organização do espaço que não se coaduna com as atuais necessidades e valências do mesmo. Assim, a **Águas do Porto, EM**, lançou em 2018 um concurso público para a reconstrução total do edifício.

Este investimento de 1,2 milhões de euros deverá iniciar-se no primeiro semestre de 2019, traduzindo-se num edifício de três pisos, com uma área total de construção de 682 m². O programa do projeto divide-se nas diversas valências deste serviço, reorganizando a localização e modernizando as áreas adstritas às mesmas, permitindo um aumento da eficiência dos processos e possibilitando a integração de novas valências, como por exemplo visitas de estudo.

O projeto construtivo abarca soluções para a eficiência energética, permitindo, assim, reduzir os consumos de energia e, por consequente, a pegada carbónica do edifício. Prevê-se a aplicação de materiais com melhor comportamento térmico, a adoção de iluminação mais eficiente (privilegiando, sempre que possível, a iluminação natural), a instalação de unidades de ventilação e climatização mais eficientes, entre outras medidas.

5.3.1.6. Nova Sala de Comando

No seguimento da política de renovação das infraestruturas que asseguram a operacionalidade da empresa, a **Águas do Porto, EM**, irá construir uma nova Sala de Comando com capacidade para 17 postos de trabalho. Conterá com as mais recentes tecnologias e ferramentas de vanguarda disponíveis para a gestão e supervisão do funcionamento dos seus sistemas e infraestruturas, enquadrando-se no investimento feito na Plataforma Tecnológica H2PORTO.

O projeto de execução prevê a criação de um *open space* de trabalho equipado com um *videowall* interativo constituído por uma matriz LED 1080p. O mobiliário será ergonómico e especificamente desenvolvido para salas de comando com utilização permanente e contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano) segundo a norma ISO 11064. O novo espaço terá uma sala envidraçada destinada à coordenação e à gestão de eventos de crise, bem como uma sala técnica equipada com bastidores e sistemas UPS no piso inferior.



Figura 21 | Projeto da nova Sala de Comando

6. Perspetivas Futuras

Apesar de ter sido globalmente positivo, os méritos e sucessos conseguidos no ano de 2018 não devem desviar a **Águas do Porto, EM**, do caminho de excelência traçado, em que tanto há ainda a fazer em prol da inovação, da eficiência, da afirmação na cidade e da valorização dos seus colaboradores.

Os nossos projetos em curso ilustram bem algumas das maiores preocupações, sobre as quais a estratégia da empresa hoje se debruça numa perspetiva de melhoria contínua.

Logo à cabeça, a conclusão do Plano Estratégico de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água permitirá realizar um diagnóstico aprofundado da atual gestão do ciclo urbano da água no Município do Porto e definir as respetivas orientações estratégicas e programáticas para os próximos 10 anos, de forma a assegurar a coerência das medidas e a orientar o desempenho da empresa, tendo em conta a legislação nacional e comunitária e as perspetivas que se abrem com o novo ciclo de fundos comunitários.

Um dos maiores desafios da empresa será a nova abordagem às ETAR do Freixo e Sobreiras. Conhecendo, à data, o desfecho antecipado do contrato de prestação de serviços para a exploração destes equipamentos, que colocou a **Águas do Porto, EM**, no seu controlo direto, verifica-se que este encerra, em si mesmo, uma enorme oportunidade. Este controlo facilitará o reinvestimento nestes equipamentos, no sentido de modernizar as soluções de tratamento de água, de melhorar a eficiência energética dos processos de tratamento, mas também de implementar soluções de economia circular, como a valorização de lamas, a produção de biogás, a recuperação de nutrientes e a reutilização de água tratada.

No âmbito da Gestão de Ativos, a condução deste plano irá assegurar o desenvolvimento dos planos de gestão de ativos para as diversas redes, definindo uma estratégia de manutenção e reabilitação nas perspetivas do planeamento estratégico, tático e operacional, tendo presente o equilíbrio do trinómio - desempenho, custo e risco.

O Programa de Redução de Água não Faturada permitirá estruturar uma estratégia de médio prazo para a redução da água não faturada, tendo por base o cálculo do balanço hídrico e a análise das suas componentes mais significativas, através da definição de objetivos e ações para perdas reais, perdas aparentes e consumo autorizado não faturado, da identificação dos responsáveis pela sua execução, da planificação em termos temporais, da indicação das respetivas metas, da quantificação dos custos associados à sua implementação e das respetivas poupanças.

A última etapa do projeto Porto Saneamento 100%, com final previsto para 2021, tem subjacente um plano de ação que garanta a adesão integral à rede pública de saneamento, com a ligação das derradeiras situações em falta, identificadas como casos de maior complexidade, quer pela dificuldade de identificar e sensibilizar os proprietários, quer pela dificuldade técnica dessas ligações.

No âmbito do controlo das afluências indevidas às redes de drenagem de águas pluviais e águas residuais, a atuação passa por um plano específico que optimize a gestão destes ativos e a qualidade do serviço por eles prestado, e que permita à cabeça detalhar a dimensão real das afluências indevidas nestas redes.

Na perspetiva de qualidade de serviço prestado, o grande projeto passa por fazer evoluir o nosso sistema de faturação comercial para um sistema de gestão integrada de toda a interface – contratação, liquidação e cobrança – que incida nos principais constrangimentos hoje identificados.

No licenciamento urbanístico, reconhecendo esta área como prioritária pela dinâmica imobiliária crescente que a cidade do Porto tem vindo a sentir e pelo número crescente de processos de licenciamento de redes prediais que dão entrada na empresa, a solução desenhada consiste na conceção e desenvolvimento de uma plataforma eletrónica multifacetada, que permita a submissão digital de processos de licenciamento, e que também assegure a gestão interna destes processos, com uma alarmística associada e o cálculo automático de indicadores de desempenho, e que sirva de meio de comunicação direta com os promotores.

Na gestão de Recursos Humanos, conhecendo a elevada média de idade dos colaboradores da **Águas do Porto,EM**, mais preocupante nas funções adstritas ao trabalho operacional, identificou-se como premente o desenvolvimento de um plano de sucessão que trace a cartografia de todos os postos e funções de trabalho, levantando os pré-requisitos necessários para o exercício de cada uma, e que, ao mesmo tempo, perspetive as necessidades de renovação do quadro de colaboradores no médio e longo prazo.

Na vertente tecnológica, na sequência da primeira fase de definição e implementação da arquitetura da Plataforma H2PORTO em 2018, estão projetados para as próximas fases os módulos de instrumentação das redes e de controlo remoto das informações daí resultantes, e posteriormente o módulo de apoio à tomada de decisão e melhoria da fiabilidade.

Com o propósito de promover a afirmação da **Águas do Porto, EM**, no setor da água, em Portugal e internacionalmente, continuará a ser dado enfoque na participação em conferências e grupos de trabalho técnicos, como forma de promover um *benchmarking* ativo, facilitar o conhecimento de boas práticas, e promover parcerias com outros *players* do setor.

Por fim, uma referência para o projeto de novo Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA), que abrange os serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas, que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) colocou em consulta pública. A aplicação deste RTA e a sua extensão às entidades em gestão delegada significará o fim do atual paradigma de gestão da **Águas do Porto,EM**, hoje reconhecido como um caso de sucesso no setor da água, com implicações diretas na estratégia ambiental do Município do Porto. Como tal, esta questão deverá continuar a merecer total atenção pela **Águas do Porto,EM**.



GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Governo da Sociedade

- 1.1. Objecto Social
- 1.2. Orientações Estratégicas
- 1.3. Estrutura de Capital
- 1.4. Órgãos Sociais
- 1.5. Estrutura Organizacional
- 1.6. Remunerações e Outros Encargos
- 1.7. Instrumentos de Gestão
- 1.8. Informação sobre Transações Relevantes
- 1.9. Conduta e Prevenção da Corrupção
- 1.10. Gestão de Conflitos de Interesse
- 1.11. Política de Recursos Humanos e Promoção da Igualdade
- 1.12. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo



1. Governo da Sociedade

A **Águas do Porto, EM**, rege-se pelo regime jurídico da atividade local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua última redação. A sua atividade é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

1.1. Objeto Social

A **Águas do Porto, EM**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída em outubro de 2006, cujo capital social é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto. O seu objeto social corresponde à gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto (Figura 22), englobando as seguintes atividades:

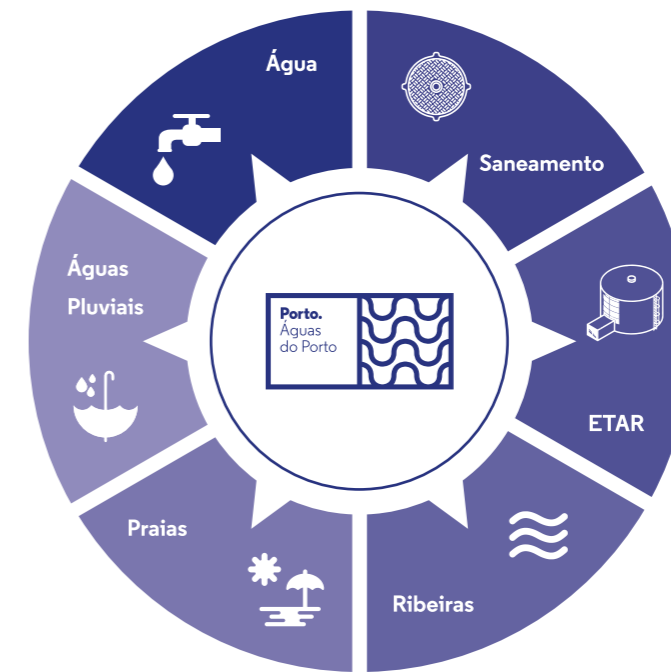


Figura 22 | Gestão integrada do ciclo urbano da água

A **Águas do Porto, EM**, é uma das maiores empresas portuguesas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, servindo 156 920 clientes e um equivalente populacional de 370 000 habitantes. Todos os dias são fornecidos, em média, 47 520 m³ de água aos portuenses.

O controlo analítico da qualidade da água é assegurado pelo Laboratório de Análises da empresa, que se encontra acreditado pelo Instituto Português de Acreditação de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025. São realizadas 40 671 análises por ano à água distribuída, das quais 33 536 na rede pública e 7 135 na rede predial, assegurando o cumprimento dos exigentes padrões de qualidade impostos pela legislação europeia e portuguesa.

No que respeita ao saneamento, a **Águas do Porto, EM**, recolhe diariamente 56 614 m³ de águas residuais, que são conduzidas para duas ETAR (Freixo e Sobreiras) com tratamento terciário. À entrada e à saída de ambas as estações de tratamento, os efluentes são submetidos, anualmente, a 2 461 análises físico-químicas e 266 análises bacteriológicas.



1.2. Orientações Estratégicas

O processo de planeamento estratégico da **Águas do Porto, EM**, encontra-se alicerçado na visão, missão e valores descritos na Figura 23.

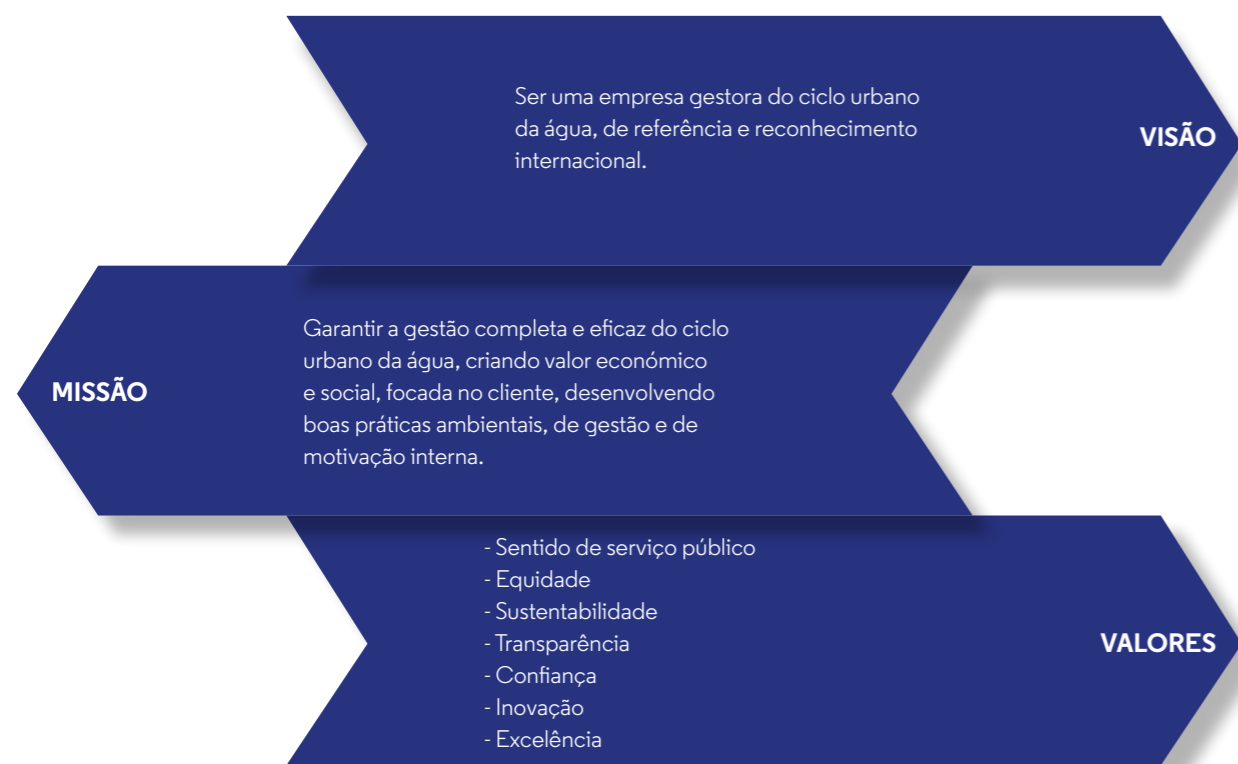


Figura 23 | Missão, visão e valores

Para dar cumprimento à sua missão, visão e objetivos, a **Águas do Porto, EM**, definiu como pilares de atuação os seguintes valores:

- **Sentido de Serviço Público:** Observância de um conjunto de princípios éticas e de normas de conduta por parte do colaboradores em funções públicas, visando assumir e difundir a cultura ética da empresa e o sentido de serviço público que prestam.
- **Equidade:** Promover a equidade social, económica, cultural e de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras.
- **Sustentabilidade:** A cultura organizacional da empresa assenta no equilíbrio entre o desenvolvimento económico, a proteção ambiental e a responsabilidade social, criando valor para os seus clientes e restantes partes interessadas.
- **Transparência:** A empresa privilegia um relacionamento transparente com todas as partes interessadas e adota estratégias e desenvolve ações em sintonia com elevados padrões de ética. Entende que o comportamento ético é uma responsabilidade de todos, todos os dias e em tudo que o faz.
- **Confiança:** Agir com responsabilidade e ética e construir uma relação de confiança com os clientes e demais partes interessadas são princípios essenciais para estabelecer uma relação produtiva e mutuamente vantajosa.
- **Inovação:** O desenvolvimento e aplicação de soluções diferenciadoras e mais adequadas aos interesses dos clientes é o objetivo da estratégia de atuação.
- **Excelência:** Exigindo o melhor dos seus colaboradores, a empresa trabalha para antecipar e satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes e stakeholders, procurando melhorar a qualidade dos serviços prestados em cada oportunidade.

Com base na metodologia do Balanced Scorecard, e tendo em vista o alinhamento do planeamento estratégico com as ações operacionais, o Mapa Estratégico em vigor encontra-se estruturado em 13 objetivos estratégicos (Figura 24).

Tendo em conta que o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais são serviços públicos essenciais, a **Águas do Porto, EM**, coloca o seu foco no cliente com o intuito de atingir a excelência na sua satisfação. Neste sentido, o Mapa Estratégico da empresa é encimado pela Perspetiva Clientes, devendo as outras três perspetivas ser interpretadas como potenciadoras da primeira.

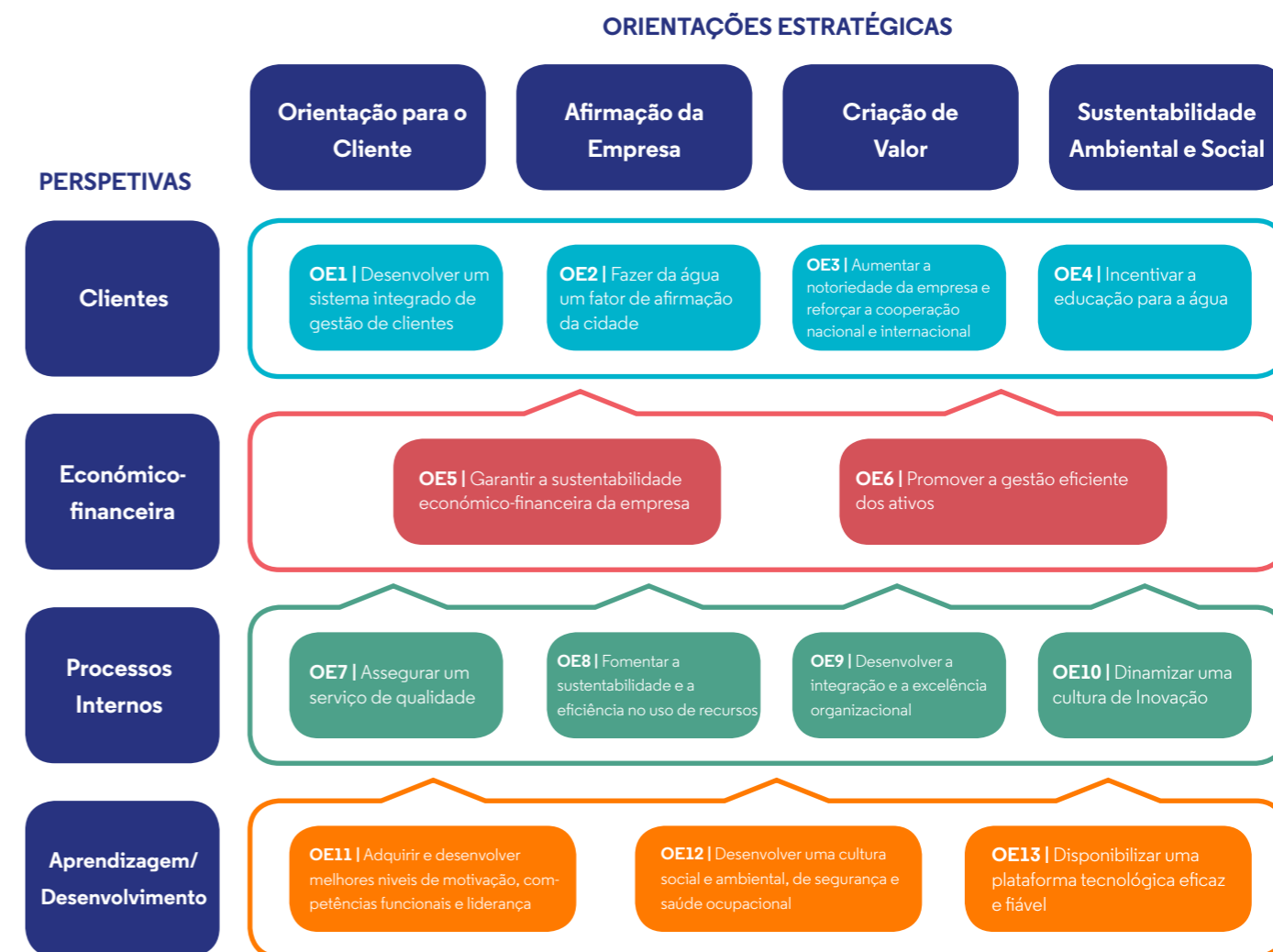


Figura 24 | Mapa Estratégico

A Matriz Estratégica corresponde ao mapeamento dos principais indicadores de gestão e das suas metas, permitindo, a cada mês, que os seus responsáveis prestem contas à empresa sobre o seu nível de cumprimento e apresentem as ações previstas para corrigir os desvios relativamente às metas estabelecidas. Em 2018 foi definido um conjunto de 70 indicadores cuja avaliação de desempenho tem diferentes periodicidades (mensal, trimestral, semestral e anual).

Em paralelo, e para além dos indicadores de gestão, a Matriz Estratégica desdobra-se também num conjunto de projetos estruturantes (seis em 2018), sendo a sua execução física e financeira analisada trimestralmente.

1.3. Estrutura de Capital

A **Águas do Porto, EM**, é uma empresa local de âmbito municipal, de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

A empresa rege-se pelos Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou que sobre ela exercem poderes de tutela e, subsidiariamente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado. O capital social ascende a € 80 000 000 e é detido, na sua totalidade, pelo Município do Porto.

Através do contrato de sociedade (Estatutos), o Município do Porto delegou na **Águas do Porto, EM**, todos os poderes necessários ao cumprimento do seu objeto social, aprova anualmente as tarifas e tem conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio a curto e médio prazo.

1.4. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da **Águas do Porto, EM**, são constituídos pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral e o Fiscal Único, tendo os seguintes titulares:

Tabela 12 | Órgãos sociais da empresa

Assembleia Geral

Representante do acionista (Município do Porto): Maria Helena de Amaral Arcos Vilasboas Tavares

Presidente da Mesa: Pedro Manuel Martins dos Santos (até janeiro de 2019)

Primeiro Secretário da Mesa: José Paulo de Magalhães Correia de Matos (até outubro de 2018)

Secretária da Mesa: Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva

Conselho de Administração

Presidente: Frederico Vieira Martins Fernandes

Vice-Presidente: Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto

Administradora Não Executiva: Ana Catarina da Rocha Araújo

Fiscal Único

RSM & Associados -SROC, Lda. representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da empresa, formado por três elementos, um dos quais o seu presidente, que é nomeado pela Câmara Municipal do Porto, tal como determinado no Artigo 13.º dos Estatutos da empresa.

É da sua esfera de competências definir as orientações estratégicas e elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade e de investimento, assim como apresentar os orçamentos anuais de investimento, de exploração e de tesouraria e o balanço previsional, procedendo, periodicamente, à sua revisão e controlo. No decurso do exercício em análise, o Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, realizou 34 reuniões, tendo aprovado um total de 576 deliberações.

Nos termos do disposto nos artigos 44.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com os artigos 21.º e 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e os artigos 15.º e 16.º dos Estatutos, o Conselho de Administração deliberou delegar, com a possibilidade de subdelegação, no Presidente do Conselho de Administração um conjunto de competências para a prática de atos em áreas que concretizam a gestão corrente da empresa, permanecendo no órgão colegial o acervo de poderes insuscetíveis de serem delegados, nos termos do disposto no artigo 406.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os membros que integram o Conselho de Administração depositaram na Procuradoria-Geral da República, a declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 8, do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua última redação, e do n.º 1 do Artigo 11.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, também na sua última redação. Ao Tribunal Constitucional indicaram, por escrito, a declaração dos seus rendimentos, bem como do seu património e cargos sociais, nos termos do Regime Jurídico de Controlo Público de Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos, conforme imposto pelo Artigo 1.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na sua última redação, a Declaração de Rendimentos, Património e Cargos Sociais.

Nos termos do Artigo 9.º dos referidos Estatutos, a Assembleia Geral é composta por um presidente e por dois secretários em representação do único acionista da empresa, o Município do Porto. Cabe-lhe a apreciação e votação dos documentos de prestação anual de contas e dos instrumentos de gestão previsional. A presença e participação dos membros da Assembleia Geral assume o carácter não remunerado, não sendo objeto de qualquer tipo de compensação financeira ou outra.

Por seu lado, aplicando o Artigo 19.º dos Estatutos, a fiscalização das atividades desenvolvidas pela empresa, nomeadamente o controlo da legalidade, a regularidade e a boa gestão financeira e patrimonial, compete ao Fiscal Único. A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas RSM & Associados -SROC, Lda., representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira, ROC n.º 945, foi designada nos termos do disposto no número 3, do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o disposto no número 3, do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

1.5. Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica da **Águas do Porto, EM**, é a que se apresenta no organograma da Figura 25, dividindo-se em cinco áreas operacionais e cinco áreas de suporte.

Constituem áreas operacionais a Direção de Exploração, que agrupa cinco UO (Administração Direta, Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, Drenagem de Águas Pluviais, Ribeiras e Praias e Sala de Comando), a Direção de Engenharia formada por duas UO (Licenciamento e Obras e Projetos), a Direção de Sistemas de Informação constituída por uma UO (Informática), a Direção Administrativa e Financeira, que engloba três UO (Recursos Humanos, Logística e Contabilidade) e a Direção Comercial constituída por duas UO (Gestão de Clientes e Gestão da Dívida).

Nas áreas de suporte, com reporte direto ao Conselho de Administração, incluem-se a Secretaria Geral, o Planeamento e Controlo, os Serviços Jurídicos, a Educação Ambiental, o Laboratório e a Educação Ambiental.

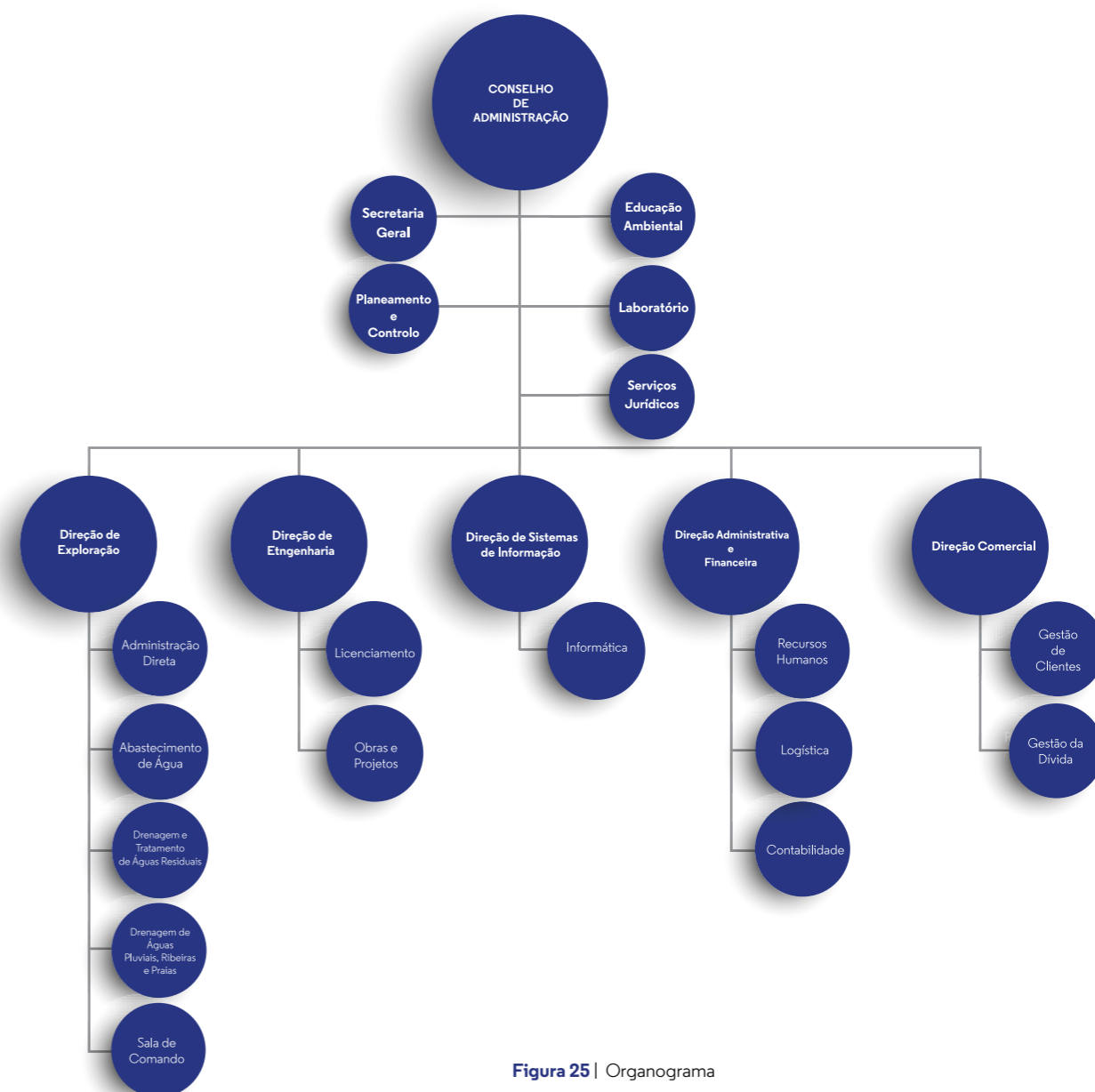


Figura 25 | Organograma

A competência dos membros do Conselho de Administração na coordenação direta das áreas de gestão está distribuída da seguinte forma:

- **Presidente | Frederico Vieira Martins Fernandes:** Secretaria Geral, Planeamento e Controlo, Direção de Exploração (Administração Direta, Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, Drenagem de Águas Pluviais, Ribeiras e Praias e Sala de Comando), Direção de Engenharia (Licenciamento e Obras e Projetos) e Direção de Sistemas de Informação (Informática).
- **Vice-Presidente | Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto:** Direção Administrativa e Financeira (Recursos Humanos, Logística e Contabilidade), Direção Comercial (Gestão de Clientes e Gestão da Dívida), Serviços Jurídicos, Laboratório e Educação Ambiental.

1.6. Remunerações e Outros Encargos

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores públicos foram fixadas nos termos disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e do consagrado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidas pela empresa aos membros dos órgãos sociais constam do Anexo às Demonstrações Financeiras – Notas 20 e 22.3.1.

1.7. Instrumentos de Gestão

A gestão da **Águas do Porto, EM**, desenvolve-se de acordo com o enquadramento legislativo e normativo aplicável à sua atividade, encontrando-se suportada, entre outros, pelos seguintes documentos:

- Estatutos;
- Código de Conduta;
- Instrumentos de Gestão Previsional (Orçamento e Plano de Atividades);
- Relatório e Contas;
- Balanço Social;
- Ordens de Serviço;
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamentos, Procedimentos e Normas Internas.

O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais está consagrado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, regendo-se as empresas municipais pelo disposto neste diploma, na lei comercial, nos respetivos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sem prejuízo das normas imperativas aí previstas.

Este diploma legal visa regular as empresas relativamente às quais os municípios, as associações de municípios ou as áreas metropolitanas (entidades públicas participantes) exerçam uma qualquer influência dominante. Define, ainda, as regras para a aquisição e detenção de participações minoritárias em sociedades comerciais por parte dos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas e, no mesmo sentido, regula a participação das autarquias e respetivas associações em associações, fundações e cooperativas.

Tendo em conta a sua área de atividade, a **Águas do Porto, EM**, aplica os preceitos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O presente decreto-lei visa assegurar uma correta proteção e informação do utilizador destes serviços, evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante

situações de monopólio.

Na vertente operacional, importa salientar o Decreto Regulamentar n.º 23/95 de 23 de agosto, que aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, de modo a assegurar o seu bom funcionamento global, preservando-se a segurança, a saúde pública e o conforto dos utentes.

1.8. Informação sobre Transações Relevantes

Os procedimentos adotados pela **Águas do Porto, EM**, em matéria de aquisição de bens e serviços obedecem ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do Artigo 11.º do CCP, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças e nomeia o júri respetivo. A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelos membros deste órgão social.

Em janeiro de 2017 foi dado início ao Sistema de Qualificação, que permite aos empreiteiros interessados em obras relacionadas com infraestruturas apresentarem candidatura e ficarem selecionados para submeterem propostas no âmbito dos concursos que a **Águas do Porto, EM**, vier a lançar. Este sistema tem por objetivo estabelecer relações de cooperação e parceria, enquadrados por padrões ético-profissionais exigentes, dentro do cumprimento rigoroso da legislação em vigor e alinhados com políticas de sustentabilidade de médio e longo prazo.

A **Águas do Porto, EM**, enquanto entidade adjudicante, lançou, através da Plataforma Eletrónica de Compras Públicas (acinGov), 41 concursos públicos (31 com publicação no Diário da República, 3 com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, 6 por sistema de qualificação e 1 por acordo quadro), 43 consultas prévias e 58 ajustes diretos, num total de 142 procedimentos de contratação pública.

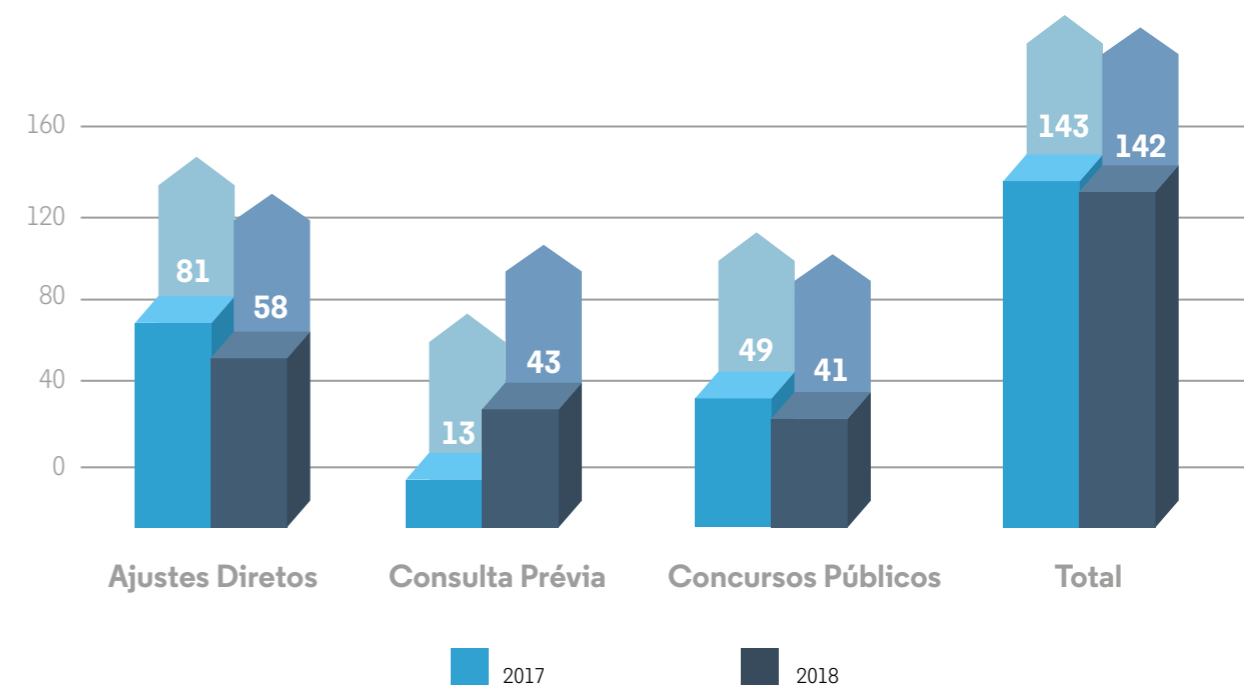


Figura 26 | Procedimentos de contratação pública (n.º)

Como é possível analisar na figura anterior, os procedimentos abertos em 2018 reduziram cerca de 1% comparativamente com o ano de 2017, verificando-se uma queda de 28% nos ajustes diretos, uma redução de 16% nos concursos públicos e um crescimento de 231% nas consultas prévias.

No período em análise, e tal como evidenciado na Figura 27, os contratos celebrados totalizaram €24 416 964,81 representando um aumento de 145% relativamente ao período homólogo. Para este crescimento contribuíram a adjudicação de vários procedimentos de contratação iniciados em 2017 e adjudicados em 2018, cujo valor ascendeu a €8 188 954.

Constata-se que os concursos públicos tiveram um peso relativo de 91% em 2018 contra 75% em 2017. As adjudicações por ajuste direto reduziram 36% e as adjudicações por consulta prévia aumentaram 124%.

O universo de transações fora das condições de mercado, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, a empresa não tem qualquer informação para reportar.

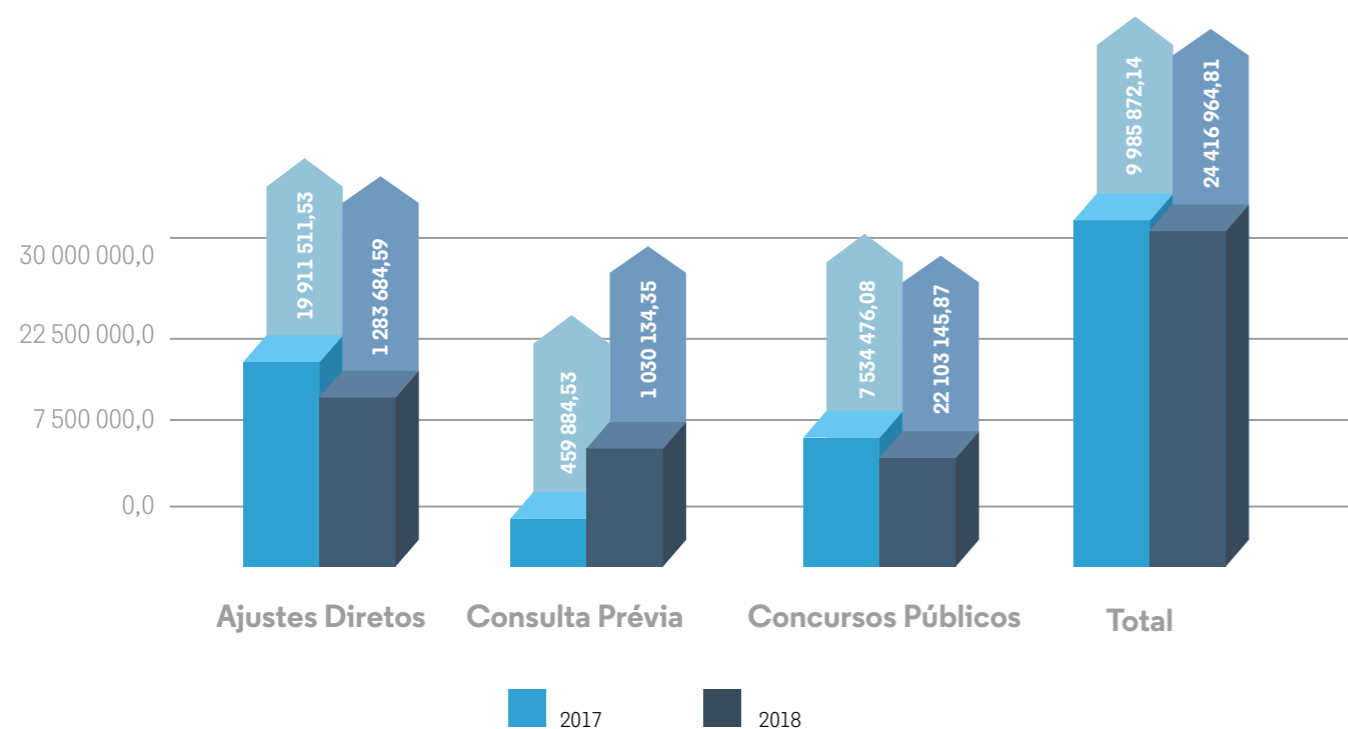


Figura 27 | Valor dos procedimentos de contratação pública (€)

1.9. Conduta e Prevenção da Corrupção

O Código de Conduta Empresarial da **Águas do Porto, EM**, tendo por base a Carta Ética da Administração Pública, foi reformulado e aprovado pelo Conselho de Administração na reunião de 9 de maio de 2018. A sua divulgação abrange todos os trabalhadores da empresa, encontrando-se disponível para consulta na intranet.

O documento estipula o conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais da empresa e por todos os colaboradores, no desempenho das funções profissionais que lhes estejam confiadas, abrangendo também os consultores externos permanentes. No exercício das suas atividades, funções e competências, os colaboradores da empresa devem defender o interesse da empresa e cumprir os princípios da responsabilidade, transparência, lealdade, independência, profissionalismo e confidencialidade, no conhecimento da missão e das políticas de qualidade, do ambiente e da segurança em vigor.

O Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, aprovou o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), disponível na sua página da internet (www.aguasdoporto.pt), que vigorou ao longo do ano de 2018, estando, presen-

temente, concluído o seu relatório de execução. O Plano dá cumprimento à Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão estar sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Tendo em conta a missão da empresa, e após a análise das várias Unidades Orgânicas, foram identificadas como passíveis de ser sujeitas a atos de corrupção e infrações conexas as seguintes áreas: contratação pública, licenciamento, fiscalização, recursos humanos, gestão comercial, contabilidade e tesouraria e execuções fiscais e contencioso. Foram, igualmente, apresentadas medidas preventivas e corretivas para cada uma destas áreas de risco, para além de medidas transversais a toda a empresa.

Não obstante as principais áreas de risco, e as respetivas medidas preventivas e corretivas já se encontrarem plasmadas no PGR-CIC em vigor, este é um instrumento dinâmico, monitorizado ao longo do ano pelo Grupo de Trabalho nomeado pelo Conselho de Administração para o efeito.

1.10. Gestão de Conflitos de Interesse

Atendendo aos imperativos da Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro de 2012, do CPC, e com base nas áreas de risco identificadas em matéria de corrupção e de infrações conexas, a **Águas do Porto, EM**, procedeu à identificação dos principais problemas éticos e ao levantamento das situações que possam nestas áreas ser suscetíveis de potenciar eventuais conflitos de interesse.

Principais Problemas Éticos

- Vantagens/benefícios pessoais e favorecimento de terceiros (familiares, políticos, agentes económicos ou outros grupos de interesses);
- Divulgação de informação confidencial;
- Utilização de bens públicos em proveito próprio (equipamentos, transportes, instalações, materiais, etc.);
- Uso indevido da posição ocupada e de facilidades profissionais;
- Aceitação indevida de ofertas;
- Acumulação de funções;
- Atividades privadas concorrenciais;
- Não acautelar a boa gestão dos dinheiros públicos.

Principais Áreas de Risco

Áreas Transversais	Áreas Específicas
<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de funções; • Avaliação de desempenho; • Acesso a informação privilegiada ou confidencial; • Saída de cargo público para funções privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Área financeira; • Contratação pública; • Recrutamento de recursos humanos.

Medidas Preventivas

- Verificação e avaliação das situações de acumulação de funções;
- Verificação sistemática de incompatibilidades e conflitos de interesses;
- Assinatura de declaração de inexistência de conflitos de interesses pelos colaboradores;
- Segregação de funções e rotação de colaboradores.

1.11. Política de Recursos Humanos e Promoção da Igualdade

A valorização sustentada do capital humano está presente em todas as práticas de gestão de recursos humanos da **Águas do Porto, EM**, permitindo, assim, aos colaboradores adquirir e aperfeiçoar conhecimentos e competências, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento integrado, quer profissional, quer pessoal e, conseqüentemente, para a melhoria do desempenho da empresa.

No final de 2018, o quadro de pessoal era constituído por 470 colaboradores, dos quais 339 eram do sexo masculino e 131 do sexo feminino. Deste modo, verifica-se uma preponderância de homens, que representavam 72,1% do total. A maioria dos colaboradores possui habilitações com os níveis de qualificação I e II (56%), ao passo que os efetivos com os níveis de qualificação VI a VII correspondem a 25%. De salientar que 88 colaboradores têm o ensino secundário, o que equivale a um peso relativo de 19%. Importa evidenciar a promoção de processos sistematizados de recrutamento e seleção internos, criando-se, assim, oportunidades de mobilidade de trabalhadores em termos de funções e o desenvolvimento de novas competências. Em 2018 foram promovidos oito processos desta tipologia, tendo os respetivos resultados sido divulgados internamente junto dos colaboradores.

1.11.1. Formação Profissional

Tendo em vista a aquisição e desenvolvimento de melhores níveis de motivação, competências funcionais e liderança, a **Águas do Porto, EM**, implementou um Plano de Formação Profissional para 2018 que se encontra subdividido em oito áreas temáticas, a saber: Desenvolvimento Pessoal e Social, Línguas, Informática, Ambiente, Higiene e Segurança, Jurídico-Laboral, Técnico-Científico e Laboratório.

Houve uma aposta na qualidade e em formatos consonantes com as melhores práticas de mercado, o que culminou em ações de formação com uma grande componente e aplicabilidade prática, tendo sempre a preocupação de proporcionar aos formandos uma procura ativa pelo conhecimento. Um dos exemplos mais relevantes foi a continuidade dada à formação que versa a implementação da filosofia Lean Management em várias unidades da empresa.

O número de formandos (352) representou 75,5% do total dos efetivos da **Águas do Porto, EM**, o que revela um índice de participação considerável. No total foram ministradas 14 654 horas de formação. A execução de todas as ações de formação obedeceu a quatro modalidades: formação incluída no Plano de Formação, externa avulso, interna avulso e autoformação.

1.11.2. Medicina Curativa

Atenta à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores, a **Águas do Porto, EM**, disponibiliza serviços de medicina curativa para prestação de cuidados de saúde abrangentes e continuados com vista à manutenção das suas aptidões e do seu equilíbrio pessoal.

Trata-se de consultas de clínica geral, realizadas no Gabinete Médico da Sede da empresa, destinadas a resolver problemas súbitos e a acompanhar situações de doença crónica já diagnosticadas através da prescrição de terapêutica e de exames complementares de diagnóstico e de aconselhamento médico sobre práticas de saúde. Abrangem, também, o rastreio de doenças profissionais e o estabelecimento de medidas gerais de prevenção de doenças e lesões, em concertação com a medicina do trabalho.

Em 2018 realizaram-se 900 consultas de medicina curativa de acordo com duas tipologias: urgência e acompanhamento clínico de situações específicas. Promoveram-se, igualmente, rastreios de saúde não obrigatórios, nos quais participaram 28,5% dos colaboradores (134).

1.11.3. Serviço de Psicologia

A **Águas do Porto, EM**, disponibiliza apoio socioprofissional que abrange informação e orientação sobre a melhor forma de utilização dos recursos existentes, o desenvolvimento de relações interpessoais e grupais, o apoio na construção de soluções para problemas de índole psicossocial e o acompanhamento e a orientação na resolução de problemas. Este serviço visa, para além da resolução de problemas já existentes, atuar na prevenção de problemas psicossociais. Foram efetuadas 140 consultas em 2018, representando mais 62 consultas do que no ano anterior.

1.11.4. Sistema de Avaliação de Desempenho

Partindo da premissa que a **Águas do Porto, EM**, é uma organização das pessoas e para as pessoas, tendo a responsabilidade de promover o talento e de reconhecer o mérito, é de ressaltar a implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD).

O SAD afirma-se como um instrumento de gestão dos colaboradores e das suas competências, que permite otimizar e valorizar o desempenho individual e coletivo, fomentando o envolvimento e o compromisso de todos em relação aos objetivos estratégicos da empresa.

O processo de avaliação de desempenho pretende atingir cinco grandes objetivos, nomeadamente:

- Avaliar a performance individual dos colaboradores;
- Comparar e distinguir o nível de colaboração e envolvimento de cada um;
- Potenciar o desenvolvimento individual e grupal em consonância com os objetivos organizacionais;
- Comprometer e responsabilizar os colaboradores pelo cumprimento dos objetivos estratégicos operacionais;
- Promover uma cultura de meritocracia e de orientação para resultados.

1.11.5. Programa MAIS

A **Águas do Porto, EM**, desenvolve o Programa MAIS (Motivar, Alinhar, Inovar e Superar) no sentido de dar cumprimento ao objetivo estratégico “Adquirir e desenvolver melhores níveis de motivação, competências funcionais e liderança”.

Em 2018 contou com um conjunto de 15 iniciativas destinadas a aumentar os níveis de motivação dos colaboradores, promover o seu comprometimento e alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais da empresa, melhorar os níveis de desempenho individual e coletivo, proporcionar o desenvolvimento profissional e pessoal e, por último, fomentar a cultura da meritocracia. A taxa de execução deste programa foi de 86,7%.

1.11.6. Modelo de Gestão de Carreiras e Acordo de Empresa

Com estes dois instrumentos estratégicos aprovados em 2017, a empresa criou uma maior equidade nas remunerações, proporcionando melhorias a mais de 270 colaboradores em 2018.

1.12. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

No quadro legislativo e regulamentar em vigor sobre o Setor Empresarial do Estado (SEE), assume particular relevância o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, definiu os Princípios de Bom Governo dirigidos ao Estado (enquanto acionista e stakeholder) e às empresas por ele detidas.

Na prática, a legislação vigente estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Neste domínio, é atribuído um especial enfoque ao princípio da transparência, ao controlo de risco e à prevenção de conflitos de interesse, incentivando a excelência do governo societário.

De acordo com o Artigo 43.º deste diploma, a **Águas do Porto, EM**, cumpre integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do SEE, tendo em atenção que procede à divulgação dos seguintes elementos:

- a) A composição da sua estrutura acionista;
- b) A identificação das participações sociais que detém;
- c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;
- d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;
- e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar;
- f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- g) O orçamento anual e plurianual;
- h) Os documentos anuais de prestação de contas;
- i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;
- j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

Assim, a empresa cumpre a missão e os objetivos que lhe estão atribuídos e elabora os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

3



ENQUADRAMENTO

1 Enquadramento Macroeconómico

- 1.1. Economia Mundial
- 1.2. Economia Europeia
- 1.3. Economia Portuguesa

2 Enquadramento do Setor

- 2.1. Introdução
- 2.2. Enquadramento Estratégico
- 2.3. Caracterização do Setor



1. Enquadramento Macroeconómico

1.1 Economia Mundial

Os indicadores económicos divulgados pelas autoridades estatísticas, de diversas latitudes a nível mundial, apontam na mesma direção: as economias começaram a abrandar no final de 2018 e esta tendência mais negativa deverá permanecer no decorrer de 2019. No relatório trimestral World Economic Outlook, apresentado em janeiro de 2019, o Fundo Monetário Internacional (FMI) refere que o PIB mundial aumentou 3,7%, igualando a taxa de crescimento de 2017, tal como apresentado na figura seguinte.

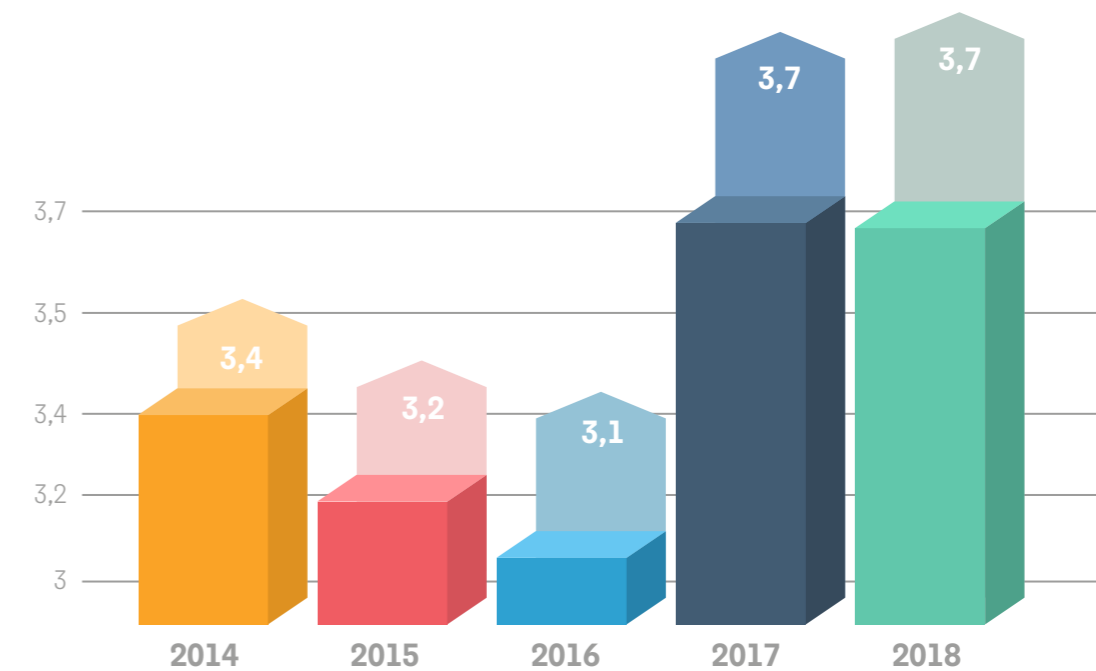


Figura 28 | Evolução do PIB mundial (Fonte: FMI)

No quarto trimestre de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 2,2% em termos homólogos devido sobretudo ao abrandamento das economias avançadas. O comércio mundial de mercadorias também recuou associado ao declínio das trocas comerciais tanto das economias avançadas como dos países emergentes, sendo particularmente expressivo para o último caso, nomeadamente da Ásia.

Em finais de 2018, assistiu-se a um enfraquecimento da economia global, refletindo as tensões geopolíticas e comerciais, especialmente associadas à imposição de tarifas alfandegárias às importações dos EUA provenientes da China e consequentes medidas retaliatórias impostas pelo gigante asiático. A escalada das políticas protecionistas fez aumentar as incertezas relativamente à política comercial, o que afeta as decisões de investimento futuro. No caso da União Europeia (UE), as perturbações temporárias internas associadas ao impacto do novo regulamento europeu sobre emissões de gases, com impacto no sector automóvel.

Apesar dessas medidas, a economia norte-americana cresceu a um ritmo acelerado em 2018, com o PIB a passar de 2,2% em 2017 para 2,9% no corrente exercício. Os cortes de impostos e o aumento dos gastos estimularam a procura. Por isso, a Reserva Federal (FED) continuou a elevar a taxa básica de juros. Os juros dos títulos de longo prazo subiram menos, porque os investidores acreditam que haja riscos para o crescimento futuro e prezam a segurança dos títulos do Tesouro norte-americano.

No cômputo global, o PIB das economias avançadas registou uma expansão de 2,3% em 2018, menos 0,1 p.p. do que no ano anterior. Como as outras grandes economias não acompanharam o ritmo de crescimento e de aumento dos juros dos Estados Unidos, o dólar norte-americano valorizou-se em relação à maioria das outras moedas em 2018.



A economia da Zona Euro cresceu ao ritmo mais lento desde 2014, ficando abaixo da meta da Comissão Europeia. A travagem sentiu-se principalmente no segundo semestre de 2018 devido a vários fatores: a quebra do setor automóvel na Alemanha, o efeito dos coletes amarelos em França, a incerteza à volta da dívida italiana e, ainda, a desaceleração do comércio mundial devido às tensões entre os Estados Unidos e a China.

No conjunto dos países da moeda única, observou-se uma contração do crescimento económico, de 2,4% em 2017 para 1,8% em 2018. O bloco dos 28 Estados-membros da UE também travou, mas cresceu ligeiramente mais do que a Zona Euro: o PIB da UE subiu 1,9% no ano passado, mantendo o valor assinalado em 2017. Em termos médios, este também é o crescimento económico anual mais baixo desde 2014 (1,8%).

No que respeita às economias emergentes e em desenvolvimento, o PIB avançou 4,6% em 2018 contra 4,7% em 2017. Segundo as previsões do FMI, a China desacelerou para uma expansão de 6,6%, menos 0,3 p.p. do que no ano precedente, tendo registado o pior desempenho económico em 28 anos. Tal deve-se ao aperto da regulação financeira e às tensões comerciais com os Estados Unidos.

1.2. Economia Europeia

O PIB da Zona Euro e da UE cresceu 1,8% e 1,9% em 2018, respetivamente, em comparação com o valor de 2,4% verificado no ano anterior em ambos os casos. Este é o pior registo desde 2014 (1,4%), ano que marcou o início da recuperação económica europeia depois da crise das dívidas soberanas, assinala o Eurostat.

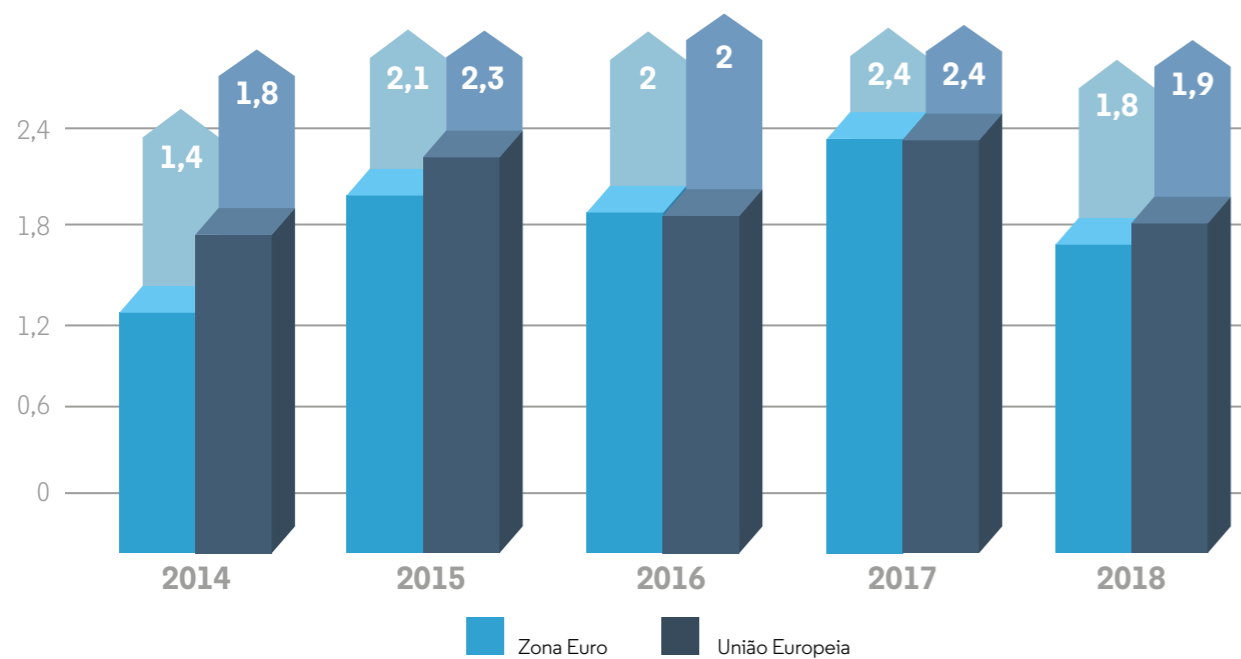


Figura 29 | Evolução do PIB da Zona Euro e da UE 28 (Fonte: Eurostat)

Entre os Estados-membros da Europa de Leste a foram os que mais viram as suas economias crescer no presente exercício, destacando-se a Hungria (4,9%), a Letónia (4,8%), a Eslovénia (4,5%), a Eslováquia (4,6%) e a Roménia (4,6%). Em contraponto, algumas das economias mais robustas obtiveram as menores subidas no PIB, nomeadamente a Itália (0,9%), a Dinamarca (1,2%), a Bélgica (1,4%), a Alemanha (1,4%), o Reino Unido (1,4%) e a França (1,5%), o que foi determinante para puxar para baixo a média de crescimento da Zona Euro.

Segundo o FMI, a travagem deve-se a dois dos grandes motores da economia do Euro: a Alemanha e a Itália. No caso alemão, a penalização decorre do fraco consumo privado e da débil produção industrial, mais concretamente no setor automóvel como resultado da introdução dos novos padrões de emissões poluentes. No caso italiano, foi a instabilidade em torno do novo Governo que pesou no setor financeiro e na procura interna. A estas junta-se, em menor grau, a França, com o efeito da contestação dos coletes amarelos. O FMI aponta, ainda, o dedo aos efeitos negativos provocados pela incerteza prolongada em relação ao Brexit.

O excedente da balança comercial externa de bens dos países da moeda única recuou em 2018 para os 194,2 mil milhões de euros,

face aos 234,9 mil milhões no exercício transato. No conjunto dos 28 Estados-membros da UE, o excedente do comércio externo de bens avançou para os 22,6 mil milhões de euros, acima dos 22,2 mil milhões de euros de 2017, refere o gabinete oficial de estatísticas europeu.

As exportações da UE para o resto do mundo aumentaram 4%, em termos homólogos, para 1 954,9 mil milhões de euros, tendo as importações registado uma subida mais significativa (6,5%, para 1 977,5 mil milhões de euros). Na Zona Euro, o cenário foi ligeiramente diferente. As exportações dilataram 3,7%, para 2 276,3 mil milhões de euros, contra 7,1% em 2017, mas as importações subiram 6,2%, para 2 082,1 mil milhões de euros, face a 9,7% no período homólogo.

1.3. Economia Portuguesa

Segundo as Contas Nacionais apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB de Portugal cresceu 2,1% em termos reais em 2018, o que significa que ficou duas décimas abaixo da meta definida em outubro pelo Governo, no âmbito do Orçamento do Estado para este ano. Trata-se de um claro abrandamento na medida em que, no exercício transato, a economia nacional tinha avançado 2,8%. Em termos nominais, o PIB aumentou 3,6% (4,4% em 2017), tendo atingido 201,5 mil milhões de euros. Ainda assim, o valor registado coloca Portugal acima da média da UE e da Zona Euro (1,8% e 1,9%, respetivamente), embora com oito países da moeda única e 13 Estados-membros da UE com resultados melhores. A desaceleração dos motores económicos do bloco europeu, sobretudo a Alemanha, a Itália e a França, foi particularmente penalizador uma vez que estes países se posicionam entre os principais parceiros comerciais de Portugal.

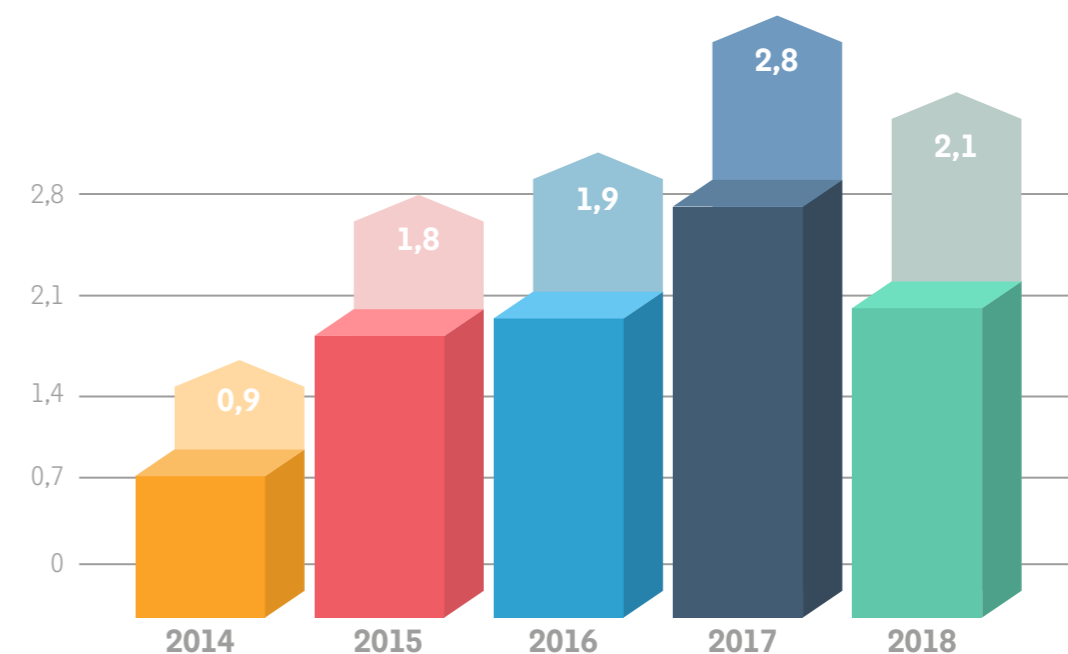


Figura 30 | Evolução do PIB em Portugal (Fonte: INE)

Esta evolução resultou do contributo mais negativo da procura externa líquida (-0,7%) relativamente ao registado em 2017 (-0,3%), verificando-se uma desaceleração das exportações de bens e serviços mais acentuada que a das importações de bens e serviços, e do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o crescimento menos acentuado do investimento.

Os números do INE mostram que as exportações cresceram 3,7% em 2018, a subida mais baixa desde 2012 e menos de metade do que o que tinha sido conseguido em 2017 (7,8%). Ainda assim, as exportações nunca tinham pesado tanto no PIB desde o início da série estatística do INE (1995). No ano passado atingiram os 43,6% da riqueza total produzida. O abrandamento traduz um travão nas vendas ao exterior tanto de bens, como de serviços. As exportações de bens cresceram 3,6% (contra 6,7% em 2017) e as de serviços avançaram 3,8% (face aos 11% do ano anterior). Já as importações de bens e serviços passaram de 8,1% em 2017 para 4,9% em 2018.

Do lado da procura interna, o contributo para o crescimento da atividade económica também foi menor (2,8 pontos percentuais, contra 3,1 pontos no ano anterior). O INE explica que o investimento das empresas registou um crescimento menos intenso, face

ao que se tinha verificado em 2017, enquanto o consumo privado e o consumo público aumentaram ambos. O consumo privado cresceu mais à boleia das compras correntes, enquanto a compra de bens duradouros abrandou (de 6,2% para 5%). Já o consumo público acelerou de 0,2% para 0,8%.

Do lado do investimento, o travão foi sentido em quase todos os setores: só o investimento em produtos de propriedade intelectual, que tem um peso menos representativo, acelerou o ritmo de crescimento (de 3,4% para 4,9%). No investimento em máquinas e equipamentos, houve uma desaceleração acentuada, passando de um crescimento de 14,4%, para 6,7%. O investimento em equipamento de transporte também caiu de forma pronunciada, aumentando 3,6%, longe dos 10,7% anteriores. E o investimento em construção travou de 8,3% para 3,1%.

Em 2018, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 1,0% (1,4% em 2017). O indicador de inflação subjacente, medido pelo índice total exceto produtos alimentares não transformados e energéticos, situou-se em 0,7% em 2018 (1,1% em 2017). Tal como verificado em anos anteriores, observou-se um crescimento médio anual mais elevado dos preços dos serviços que o observado para os preços dos bens. Com efeito, em 2018, os preços dos serviços aumentaram 1,7%, enquanto a taxa de variação média dos preços dos bens foi 0,5%.

Em dezembro de 2018, a taxa de desemprego em Portugal situou-se em 6,6%, menos 1,3 p.p. que no mesmo mês de 2017. Estima-se que a população desempregada ascenda a 344,3 mil pessoas. Complementarmente, a taxa de emprego situou-se em 62,3%, sendo a população empregada estimada em 4 841,8 mil pessoas. O desemprego nas pessoas com menos de 25 anos recuou para os 17,6% relativamente aos 22,3% homólogos, a maior quebra na variação em cadeia e a segunda maior homóloga entre os Estados-membros da UE para os quais há dados disponíveis.

Por último, importa referir que a dívida pública, na ótica de Maastricht, que conta para Bruxelas, baixou para 121,5% do PIB no final do quarto trimestre, abaixo dos 124,8% registados um ano antes, segundo o Banco de Portugal. O valor apurado ficou ligeiramente acima da meta do Governo para 2018, de 121,2%.

Em termos absolutos, a dívida pública nacional aumentou em 2018, face a 2017, para 244,9 mil milhões de euros, apesar de ter baixado em dezembro, após o pagamento da dívida de Portugal ao FMI. Após ter atingido valores recorde em outubro e novembro, em dezembro a dívida pública contraiu-se, mas no conjunto do ano 2018 aumentou 2,1 mil milhões de euros, face a 2017. Para este aumento contribuiu o acréscimo dos títulos de dívida (de 7,2 mil milhões de euros) e dos certificados do Tesouro (de 1,4 mil milhões de euros).

Tabela 13 | Evolução dos indicadores macro-económicos de Portugal (2014-2018)

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
Procura Interna	2,2	2,7	2,0	3,0	2,7
Exportações	4,3	6,1	4,4	7,8	3,7
Importações	7,8	8,5	4,7	8,1	4,9
Investimento	5,5	3,6	1,5	9,0	5,6
Inflação (IPC)	-0,3	0,5	0,6	1,4	1,0
Dívida Pública (% do PIB)	130,6	128,8	129,2	124,8	121,5
Taxa de Desemprego (%)	13,9	12,4	11,1	8,9	7,0

Fonte: INE, Banco de Portugal

2. Enquadramento do Setor

2.1 Introdução

Na presente legislatura, o Ministério do Ambiente e da Transição Energética assumiu a reorganização do setor da água como um dos principais desafios. Para o efeito apresentou uma estratégia e uma visão integrada para a organização do setor, quer relativamente às designadas “altas” no sentido de valorizar o papel dos municípios na gestão dos sistemas multimunicipais, quer principalmente quanto às designadas “baixas”, onde concentra grande parte dos seus esforços.

No contexto das entidades gestoras (EG) “em alta” foi aprovada em 2017 a legislação de constituição, por cisão, de quatro novos sistemas multimunicipais: a Águas do Tejo Atlântico e a SIMARSUL, através do Decreto-lei n.º 34/2017, 24 de março, e a Águas do Douro e Paiva e a SIMDOURO, através do Decreto-lei n.º 16/2017, 1 de fevereiro. Durante o ano de 2018, destaca-se o início do processo de criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais do Algarve, que resulta da agregação dos dois sistemas multimunicipais existentes geridos pela sociedade Águas do Algarve, S.A.

A promoção de EG de escala supramunicipal para a exploração e a gestão do ciclo urbano da água “em baixa”, em torno de afinidades regionais, constitui a grande aposta do Governo. Tem sido conduzido um processo tendente a aumentar a capacidade técnica e financeira, que permita a constituição de soluções institucionais que se revelem mais sustentáveis e mais eficientes, agregando EG de média dimensão e EG que servem um número de utilizadores abaixo dos limiares considerados recomendados. Esta iniciativa visa garantir níveis de serviço adequados e regimes tarifários que assegurem a acessibilidade das populações.

O modelo de gestão a adotar deve resultar, em cada caso, da vontade dos municípios, dentro dos modelos que estão preconizados na legislação nacional, sejam intermunicipais, ou como parceria pública entre o Estado, através do Grupo Águas de Portugal, e os municípios, ou ainda evoluir para concessões regionais. Deste modo, o Governo entende que será a partir da consolidação dos sistemas municipais que se irá maximizar a atribuição dos apoios financeiros ainda disponíveis no âmbito do Portugal 2020 afetos ao ciclo urbano da água.

Recorda-se que, em paralelo com a criação dos novos sistemas multimunicipais e a constituição das novas EG, foi igualmente concretizada a implementação de um mecanismo de compensação externo às EG, através da aprovação do Decreto-lei n.º 46/2017, 3 de maio, que altera o Decreto-lei n.º 97/2008, 11 de junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, e da previsão de uma contribuição tarifária acrescida (CTA) pelos municípios do litoral.

Do ponto de vista legislativo, destaca-se o facto de a Comissão Europeia (CE) ter adotado em fevereiro de 2018 uma proposta de revisão da Diretiva 98/83/CE relativa à água destinada ao consumo humano, a fim de melhorar a qualidade da água potável e de proporcionar maior acesso e mais informação aos cidadãos. Os elementos principais na proposta de revisão da diretiva são os seguintes:

- Atualizar as normas de qualidade de acordo com as recomendações mais recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), garantindo água segura para consumo humano nas próximas décadas;
- Introduzir a gestão do risco, capacitando as autoridades para lidar melhor com os riscos para o abastecimento de água, nos sistemas públicos e nos sistemas prediais;
- Melhorar o acesso e prestar mais informação ao consumidor, assim como proporcionar maior supervisão sobre a eficiência e eficácia dos seus fornecedores de água;
- Garantir o acesso universal à água potável na UE e melhorar o acesso à água nas cidades e em locais públicos.

De acordo com a CE, o acesso a água de melhor qualidade poderia reduzir o consumo de água engarrafada em 17%, e assim ajudar as famílias a economizar mais de 600 milhões de euros por ano na UE. Se a confiança na água da torneira melhorar, os cidadãos também podem contribuir para reduzir impacto no meio ambiente, reduzindo as emissões de CO2 e os resíduos de plástico de água engarrafada, contribuindo a diretiva com melhores políticas para a economia circular.

No dia 23 de outubro, o Parlamento votou a favor da Diretiva, aprovando o relatório com as regras para aumentar a confiança dos

consumidores e incentivar o consumo de água da torneira. Os eurodeputados apelam aos países da UE para que “promovam o acesso universal” à água potável para todos, especialmente para grupos vulneráveis sem acesso ou acesso limitado. As regras terão agora de ser negociadas com o Conselho e a Comissão.

No âmbito da reutilização da água, a CE adotou formalmente, em maio de 2018, a proposta de regulamento para a sua aplicação na rega agrícola, o qual foi submetido ao Parlamento e ao Conselho Europeu. Os trabalhos deste grupo comunitário têm continuado a ser acompanhados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que se encontra a desenvolver um projeto de diploma legal que preconiza o desenvolvimento de projetos suportados em avaliação de risco.

Paralelamente está em elaboração um guia que define os procedimentos envolvidos no licenciamento da produção e utilização das águas para reutilização, incluindo as linhas de orientação para o desenvolvimento do processo de avaliação de risco, bem como orientações para a seleção das medidas de gestão de risco a adotar. Está também a ser elaborada uma estratégia a nível nacional para definir as linhas orientadoras e as ações necessárias para o desenvolvimento e aplicação desta estratégia.

No final de 2018, entrou em vigor o Regulamento de Relações Comerciais (Regulamento n.º 594/2018), aprovado pela ERSAR, que concretiza vários aspetos do relacionamento entre os prestadores de serviços de águas e resíduos e os seus utilizadores. As principais inovações deste diploma são as seguintes:

- EG deve providenciar uma alternativa de disponibilização de água potável, nas situações em que a interrupção do serviço, por razões de exploração, se mantenha por mais de 24 horas (artigo 53.º);
- Proibição de interrupções do serviço em datas que não permitam que o utilizador regularize a situação no dia seguinte, por motivo imputável à EG (art.º 54.º);
- Definição de um prazo máximo de 24 horas para o restabelecimento do serviço, após regularização da situação que originou a interrupção (art.º 55.º);
- Possibilidade da EG denunciar o contrato caso o utilizador não proceda ao pagamento da dívida no prazo de dois meses (art.º 79.º);
- Regras sobre o pagamento de créditos a favor do utilizador em resultado de acertos (art.º 99.º);
- Obrigação de fracionamento do pagamento de acertos que resultem num débito de valor superior ao consumo médio mensal do local de consumo (valor a pagar não pode ultrapassar 25% do consumo médio mensal dos últimos seis meses - art.º 99.º).

2.2. Enquadramento Estratégico

2.2.1. PENSAAR 2020

O PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais tem por objetivo definir a estratégia com base em objetivos de sustentabilidade em todas as suas vertentes (técnica, ambiental, económica, financeira e social), de modo a criar um contexto de aceitação global a médio (2014-2020) e a longo prazo.

Baseia-se num quadro estratégico organizado em cinco objetivos estratégicos (Eixos Prioritários) e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e um Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais.

O investimento total estimado para a concretização dos objetivos estratégicos e operacionais traçados no PENSAAR 2020 cifra-se em 3,7 mil milhões de euros, dos quais 2,3 mil milhões estão associados aos sistemas em baixa. A análise financeira apresentada no documento conclui que os fundos comunitários vão financiar apenas 20% do investimento global previsto.

Tabela 14 | Eixos prioritários, investimentos e objetivos operacionais do PENSAAR

Eixo 1 Proteção do ambiente e melhoria da qualidade das massas de água	Eixo 2 Melhoria da qualidade do serviço prestado	Eixo 3 Otimização e gestão eficiente dos recursos	Eixo 4 Sustentabilidade económico-financeira e social	Eixo 5 Condições básicas e transversais
<p>OP1.1 Cumprimento do normativo</p> <p>OP1.2 Redução da poluição urbana das massas de água</p> <p>OP1.3 Aumento da acessibilidade física ao serviço de SAR terna</p>	<p>OP2.1 Melhora da qualidade do serviço de AA</p> <p>OP2.2 Melhora da qualidade do serviço de SAR</p>	<p>OP3.1 Otimização da utilização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço</p> <p>OP3.2 Redução das perdas de água</p> <p>OP3.3 Controlo de aflúencias indevidas</p> <p>OP3.4 Gestão eficiente de ativos e aumento da sua reabilitação</p> <p>OP3.5 Valorização de recursos e subprodutos</p> <p>OP3.6 Alocação e uso eficiente dos recursos hídricos</p>	<p>OP4.1 Recuperação sustentável dos gastos</p> <p>OP4.2 Otimização dos gastos operacionais</p> <p>OP4.3 Redução da água não faturada</p>	<p>OP5.1 Aumento da disponibilidade da informação</p> <p>OP5.2 Inovação</p> <p>OP5.3 Melhoria do quadro operacional, de gestão e de prestação de serviços</p> <p>OP5.4 Alterações climáticas, catástrofes naturais, riscos – Redução e adaptação</p> <p>OP5.5 Externalidades: emprego, competitividade e internacionalização</p>
918 M€	739 M€	1.828 M€	12 M€	208 M€
Investimento Total = 3.705 M€				

Deste modo, as tarifas são o recurso principal de financiamento dos investimentos necessários, mas só asseguram um fluxo financeiro ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, por isso, necessário recorrer a outros recursos financeiros, designadamente empréstimos bancários, emissão de obrigações, capitais próprios e fundos de pensões.

O Despacho n.º 6747/2015, de 8 de junho, criou o Grupo de Apoio à Gestão (GAG) do PENSAAR 2020 e determinou a respetiva constituição e competências. Nos termos do n.º 8 deste diploma, o GAG deve apresentar publicamente, e com periodicidade anual, relatórios de avaliação desta estratégia, através do qual é efetuada a análise da sua implementação.

De um modo geral, nos termos do segundo Relatório de Avaliação Anual do PENSAAR 2020, apresentado em dezembro de 2018, a evolução dos indicadores permanece positiva, em linha com o percurso que o setor tem vindo a desenvolver nas últimas duas décadas, merecendo especial destaque, pela positiva:

- O decréscimo do número de aglomerações que se encontram em contencioso nos três processos que Portugal tem em curso com a CE, tendo havido uma diminuição para 46 em 2016-2017 (menos 10 do que em 2015) e estando agora em 11 contenciosos – com todos em vias de resolução;
- A percentagem de alojamentos servidos por EG “em baixa” com avaliação satisfatória no indicador de análises às águas residuais que melhorou para um valor de 95%, bem como o cumprimento dos parâmetros de descarga (72%) e o destino adequado de lamas (100% na alta e 89% na baixa);
- As EG apresentam uma percentagem de 98,9% de água segura, com um número significativo de EG a atingir o nível de excelência de 99% de água segura (meta 2020);
- 94% dos alojamentos abrangidos por EG apresentam uma avaliação satisfatória na percentagem de ocorrência de falhas no abastecimento de água e 88% na ocorrência de avarias em condutas;

- 100% da população é abrangida por tarifários que garantem satisfatoriamente a acessibilidade económica aos serviços de água e de saneamento;
- 81% dos alojamentos (em AA) e 79 % (em AR) encontram-se servidos por EG com tarifário social implementado;
- Relativamente à cobertura de gastos de águas residuais, verificou-se uma melhoria considerável nos serviços “em baixa”, sendo que atualmente 55% dos alojamentos são servidos por EG com avaliação satisfatória, ainda assim muito distantes da meta estabelecida. Já no abastecimento de água “em baixa” o indicador não apresenta evolução positiva, com apenas 49% dos alojamentos abrangidos por EG com avaliação dos gastos totais satisfatória. Apesar da evolução positiva, o setor da água ainda se depara com algumas situações preocupantes, destacando-se, pela negativa:
 - As perdas reais de água, onde a “alta” apresenta uma percentagem de alojamentos abrangidos com avaliação satisfatória de 45% (igual ao valor de 2011-2012), enquanto que a “baixa” se fica pelos 62%;
 - O indicador de ocorrência de inundações apresenta uma percentagem satisfatória de, somente, 37%, o que é preocupante num momento em que as alterações climáticas provocam eventos cada vez mais severos;
 - Os indicadores de reabilitação de condutas e coletores, têm vindo a piorar consistentemente, atingindo em 2017 os valores mais baixos e preocupantes de sempre: somente 16% com avaliação satisfatória na reabilitação de condutas e 7% na reabilitação de coletores.

2.2.2. POSEUR

No âmbito do pacote de fundos comunitários Portugal 2020, o Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) procura, dar resposta às necessidades de investimento identificadas no âmbito do ciclo urbano da água e da melhoria da qualidade das massas de água, por via da implementação de medidas incluídas na estratégia sectorial (PENSAAR 2020) e também de outras medidas contidas nos Planos de Gestão das Bacia Hidrográficas (PGBH) não diretamente relacionadas com o setor urbano.

No domínio lato dos recursos hídricos, são objetivos prioritários melhorar a qualidade das massas de água e a utilização eficiente do recurso de forma a dar cumprimento ao estipulado na Diretiva Quadro da Água. Pretende-se, igualmente, executar os investimentos previstos nos PGBH e que não estão exclusivamente ligados ao tratamento das águas residuais urbanas, salvaguardando a aplicação do princípio do poluidor-pagador.

Até dezembro de 2018 foram aprovadas pelo POSEUR 1 421 candidaturas com um investimento total de 1 995 milhões de euros, dos quais 1 422 milhões são financiados pelo Fundo Coesão. Os beneficiários destes projetos executaram 451 milhões de euros, tendo já recebido 455 milhões de euros. Deste modo, este programa operacional fechou o ano com uma taxa de compromisso de 63% e uma taxa de execução de 20%.

Tabela 15 | Execução física e financeira dos eixos prioritários do POSEUR

	Investimento Total Apoiado (M€)	N.º Candidaturas Aprovadas	Fundo Aprovado (M€)	Fundo Executado (M€)	Taxa de Realização (%)
EIXO 1 – Apoiar Transição para uma Economia com Baixas Emissões Carbono em Todos Setores	473	152	287	48	17
EIXO 2 – Promover Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão e Prevenção Riscos	453	379	358	127	35
EIXO 3 – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência na Utilização dos Recursos	1 011	887	755	260	34

Fonte: Boletim Mensal do POSEUR, dezembro de 2018

O POSEUR dispõe de 634 milhões de euros para o financiamento dos investimentos no ciclo urbano da água. Até ao momento, a Autoridade de Gestão aprovou 683 candidaturas, cujo investimento total ascende a 589 milhões de euros, dos quais 429 milhões correspondem a financiamento comunitário. Ou seja, 80,3% da dotação do Programa destinada ao ciclo urbano da água já se encontra comprometida. Importa, ainda, referir que a taxa de realização é de 45%, representando 192 milhões de euros.

O alinhamento do POSEUR com as diretrizes definidas no PENSAAR 2020 tem sido uma preocupação constante razão pela qual a abertura de avisos no âmbito da “Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água”, secção 12 do Regulamento Específico do SEUR, teve como principal objetivo dar resposta às preocupações deste setor e permitir investimentos essencialmente para a resolução de situações de contencioso comunitário ou de incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, a elaboração de cadastro de infraestruturas, o fecho de sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e, por último, a melhoria de qualidade de água em zonas ainda com problemas.

Em 2018 foi lançado o Aviso POSEUR-12-2018-18 para “Investimentos nos sistemas em baixa com vista ao controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água”, tendo uma dotação total de 40 milhões de euros. Manteve-se aberto, até março de 2019, o Aviso POSEUR-12-2017-05 para operações que resultem de agregação de entidades gestoras que prestam serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em baixa.

Relativamente à reprogramação do Portugal 2020, submetida em julho de 2018, deve ser destacada a sua aprovação por Bruxelas no passado dia 7 de dezembro. É, aliás, esta a alteração com maior impacto que o Governo desencadeou com a reprogramação do PO SEUR, tendo deixado de constar neste Programa a forma de financiamento “Instrumento Financeiro” para apoiar as tipologias relativas à otimização e gestão eficiente dos recursos.

A proposta final da reprogramação POSEUR contém alterações relevantes para o Ciclo Urbano da Água, em que se destacam ajustes na descrição das várias tipologias de ação elegíveis, resultando nos seguintes investimentos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a apoiar:

- Melhoria da quantidade de água (estavam apenas previstos os investimentos relativos à qualidade) fornecida em zonas com problemas, a interligação entre sistemas de abastecimento e /ou a complementaridade de origens de água, tendo em vista criar as condições necessárias para fazer face a situações de seca severa e de falta de água no abastecimento público, para melhor adaptação às alterações climáticas;
- Sistemas de apoio à gestão, com vista a melhorar a eficiência e sustentabilidade destes serviços;
- Quanto aos sistemas de gestão de lamas consideraram-se ajustes nas tipologias para a valorização material, nomeadamente projetos que possibilitem a geração de produtos e/ou materiais, contribuindo para a economia circular;
- Nos investimentos em reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas, clarificar os projetos que podem ser abrangidos por esta tipologia no que respeita ao controlo de infiltrações e afluência indevidas, incluindo águas pluviais e ou salinas;
- Reutilização de águas residuais tratadas.

2.3. Entidade Reguladora

Com a aprovação da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que institui a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) passa a estar integrada no elenco das entidades administrativas independentes.

A Lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprovou os novos estatutos da ERSAR, operando a transformação desta entidade de instituto público para entidade administrativa independente. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR mantém-se adstrita ao ministério com atribuições na área do ambiente, dotada de autonomia de gestão, administrativa e financeira e de património próprio, não estando sujeita a superintendência ou tutela governamental no âmbito do exercício das suas funções de regulação e de supervisão.

A ERSAR tem por missão a regulação dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem como as funções de autoridade competente para a coordenação e fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano. O regulador visa assegurar a sustentabilidade global do setor, intervindo a três níveis:

1. Sustentabilidade social dos serviços, garantindo a proteção dos interesses dos utilizadores através do acesso ao serviço, da sua adequada qualidade e da razoabilidade do preço;
2. Sustentabilidade económica, infraestrutural e de recursos humanos das entidades gestoras;
3. Sustentabilidade ambiental na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição, a nível dos impactos dos serviços na água, no ar e no solo.

O modelo de regulação agora em pleno funcionamento observou um processo de consolidação a partir de 2003. A sua estratégia é definida por dois grandes planos de intervenção: num primeiro plano, pela regulação estrutural do setor; num segundo plano, pela regulação dos comportamentos das entidades gestoras (Figura 31).

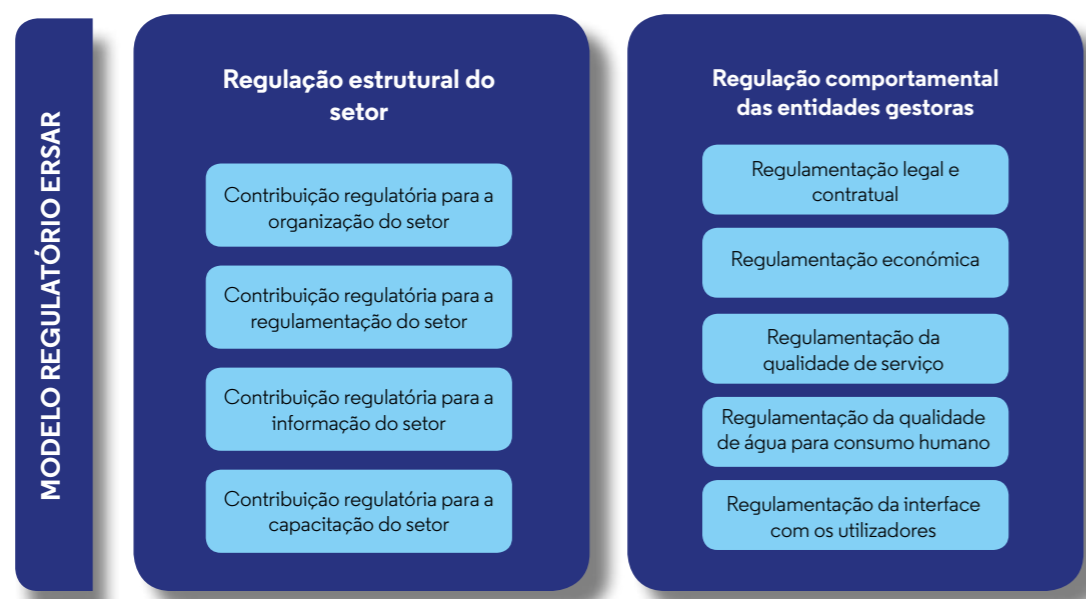


Figura 31 | Modelo de regulação do setor da água

2.4. Caracterização do Setor

Os últimos 20 anos marcaram uma evolução positiva da maior relevância na qualidade da água distribuída aos cidadãos portugueses e na qualidade do tratamento das águas residuais urbanas, traduzida em indicadores de qualidade e de cobertura que colocam Portugal ao nível dos países mais desenvolvidos da UE e do mundo.

No abastecimento de água verifica-se que, no início da década de 90, a cobertura deste serviço era de cerca de 80%, tendo esta percentagem, desde então, vindo a aumentar continuamente e significativamente, para atingir 95% em 2011, com 99% nas zonas urbanas e 90% nas rurais. Está, portanto, assegurado o cumprimento do objetivo definido no PEAASAR II (2007-2013) em relação ao abastecimento de água (95%).

De acordo com o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de 2018, publicado pela ERSAR com dados relativos a 2017, este valor não se alterou até 2014, registando-se em 2015 uma melhoria na cobertura do serviço de abastecimento de água, cujo valor alcançou os 96% e se manteve em 2017. Apesar de ter sido ultrapassada a meta definida para a cobertura do serviço de abastecimento de água, calculada através do indicador “Acessibilidade física do serviço (AA01)”, verifica-se que o valor da adesão ao serviço apresenta ainda potencialidade de melhoria, registando 87% em 2017, o que reflete situações decorrentes da existência de alojamentos não habitados ou da utilização de origens alternativas de água.

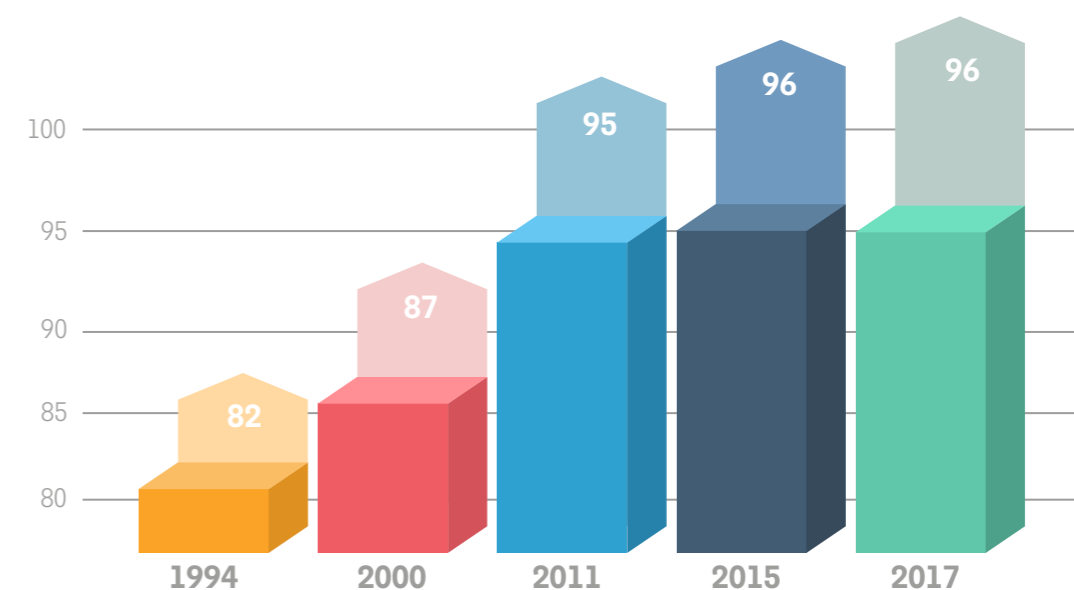


Figura 32 | Evolução da cobertura de abastecimento de água
(Fonte: PENSAAR 2020 e RASARP 2018)

Em relação às atividades de drenagem e tratamento de águas residuais persistem ainda dificuldades diversas no cumprimento das obrigações legais nacionais e comunitárias, apesar de se terem vindo a registar melhorias importantes. Em termos de evolução, a cobertura do serviço de saneamento tem vindo a aumentar na última década, ainda que a um ritmo mais lento quando comparado com o abastecimento de água.

Em 2017, segundo o RASARP 2018, a cobertura do serviço de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais era ainda de 84 e 83%, respetivamente, não tendo sido alcançado o objetivo estabelecido no PEAASAR II para 2013, de dotar 90% da população com rede de drenagem e com tratamento de águas residuais. No que diz respeito ao valor da adesão ao serviço de saneamento de águas residuais, este apresenta ainda potencial de melhoria, à semelhança do que se verifica no caso do abastecimento de água, registando 89,4% em 2017 como resultado de situações decorrentes da utilização de soluções de tratamento individuais.

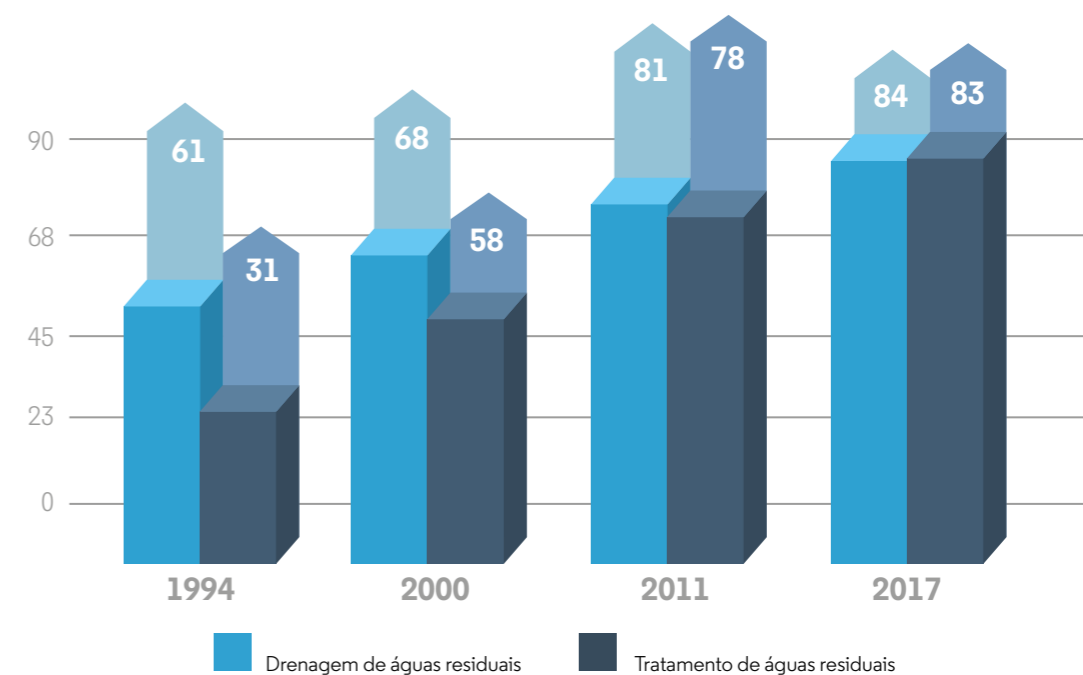


Figura 33 | Evolução da cobertura de saneamento de águas residuais
(Fonte: PENSAAR 2020 e RASARP 2018)

Em termos de qualidade da água verifica-se que em 2017, tal como nos anos anteriores, foi atingido praticamente o pleno em termos da percentagem de análises realizadas, com 99,9%, o que é uma evolução muito assinalável quando em 2000 este valor era de cerca de 80%. Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, o RASARP 2018 informa que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99%, evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta, de uma forma consistente, índices elevados.

2.4.1. Entidades Prestadoras de Serviços de Águas

Em Portugal continental, o serviço de abastecimento de água em alta é executado por dez entidades gestoras, com destaque para as concessões multimunicipais, que abrangem um total de 174 municípios e mais de 5,1 milhões de habitantes. Nos serviços em alta respeitantes ao saneamento de águas residuais, existem 12 entidades gestoras, sendo mais vincada a presença das entidades concessionárias, que representam cerca de 7,0 milhões de habitantes e um total de 202 municípios.

Em contraponto, o abastecimento de água em baixa é marcado pelo elevado número de entidades gestoras, 319, na sua maioria com uma área de intervenção igual ou menor do que a municipal. Apesar de não apresentar o nível de fragmentação verificado no abastecimento de água, o setor das águas residuais em baixa é também dominado pela existência de um número elevado de entidades gestoras (257). Estas entidades são, na sua maioria, de pequena dimensão, sendo o seu âmbito de atuação o próprio município em que estão inseridas.

O modelo de gestão direta é aquele que mais se destaca, compreendendo 70% do total de municípios e aproximadamente 52% da população (183 municípios e 2,9 milhões de habitantes), no caso do abastecimento de água, e 75% dos municípios e cerca de 59% da população (190 municípios e 3,6 milhões de habitantes), no caso do saneamento. Os modelos de gestão delegada ou concessão são sobretudo predominantes no litoral ou nos grandes centros urbanos.

2.4.2. Recursos Infraestruturais

No que respeita a origens de água, Portugal regista uma disponibilidade média suficiente para as necessidades dos diferentes usos. Todavia, regista-se uma elevada assimetria regional e temporal da disponibilidade de água, tendo como consequência a necessidade de criar reservas de água que permitam ultrapassar os períodos de escassez.

Embora em número existam muito mais captações de água subterrânea, segundo a informação disponível no domínio do controlo da qualidade da água para consumo humano, em 2017, 72,7% da água colocada na rede para abastecimento provinha de origens superficiais. As entidades gestoras do serviço de abastecimento de água reportaram um total de 5 842 captações de água subterrânea e de 289 captações de água superficial.

Este setor encontra-se infraestruturado com um total de 3 560 instalações de tratamento, das quais 267 são estações de tratamento de água (ETA) e 3 293 são instalações que efetuam apenas operações de desinfecção e/ou correção de agressividade. Regista-se que este setor dispõe de 111 864 km de condutas, dos quais 9 773 km foram reportados pelas EG em alta e 102 091 km pelas EG em baixa. Foram reportadas 2 362 estações elevatórias, das quais 568 são geridas por EG em alta e 1 794 por EG em baixa.

Observa-se que a capacidade de reserva de água tratada para consumo humano em Portugal continental se encontra em cerca de 5,2 milhões de metros cúbicos, existindo um total de 8 712 reservatórios de água. Em termos médios, o País apresenta 1,4 dias de capacidade de reserva de água tratada para consumo humano. Significa isto que, na eventualidade de haver um problema no sistema de abastecimento a jusante de um reservatório, em geral é possível manter o abastecimento de água às populações durante 1,4 dias.

Por seu lado, o setor de saneamento de águas residuais urbanas dispõe de 63 791 km de coletores, dos quais 5 478 km foram reportados pelas EG em alta e 58 314 km pelas EG em baixa. Em 2017 foram reportadas 5 641 estações elevatórias, das quais 1 451 são geridas por EG em alta e 4 322 por EG em baixa. Portugal continental conta com 4 361 instalações de tratamento, das quais 2 751 (63 %) correspondem a ETAR e 1 610 (37 %) a fossas sépticas coletivas. Apenas 39% destas infraestruturas possuem licença de descarga válida.

Ainda são poucos os sistemas onde é efetuada a reutilização de águas residuais tratadas. Em 2017, apenas 30 entidades gestoras, das quais 21 em baixa e 9 em alta, reutilizaram água, correspondendo a 8,5 milhões de metros cúbicos, ou seja, a cerca de 1,4 % da água residual tratada em estações de tratamento. Constatou-se que a maior parte da água residual tratada foi utilizada pelas EG para uso próprio e que só 14 % foi fornecida a outras entidades para serem reutilizadas.

2.4.3. Análise Económico-Financeira

Em 2017, o investimento acumulado efetuado no setor das águas em Portugal continental atingiu 13,3 mil milhões de euros, dos quais 7,2 mil milhões de euros no serviço de abastecimento de água e 6,1 mil milhões de euros no serviço de saneamento de águas residuais. O investimento por alojamento existente efetuado nos dois setores atingiu, em média, 1 551 euros, apresentando valores diferenciados por serviço: 891 euros no serviço de abastecimento de água e 660 euros no serviço de saneamento.

O nível de atividade global (volumes faturados) do conjunto de EG que prestam o serviço de abastecimento de água atingiu 1206 milhões de metros cúbicos de água, cifrando-se o serviço de saneamento em 924 milhões de metros cúbicos de água. Ambos os setores empregam um total de 16,2 milhares de trabalhadores, quer em empregos diretos, quer em empregos indiretos.

Nos serviços de águas, a média ponderada das tarifas aplicadas em 2017 nos sistemas em alta foi de 0,4920 €/m³ para a atividade de abastecimento de água e de 0,5094 €/m³ para a atividade de saneamento de águas residuais, representando uma variação de -0,4 % e de 1,3 %, respetivamente, em relação às médias verificadas no exercício anterior. Na maioria destes sistemas ainda se praticam tarifas abaixo das necessárias à cobertura integral dos custos incorridos, gerando desvios de recuperação de gastos que são anualmente avaliados e definidos pela ERSAR para efeitos de incorporação nas contas anuais de cada entidade gestora.

Nos sistemas em baixa, o preço médio do serviço de abastecimento de água atingiu 1,28 €/m³, enquanto que o preço médio do serviço de saneamento de águas residuais se fixou em 0,87 €/m³. Ambos os serviços de águas registam uma grande amplitude entre preços mínimos e preços máximos, sendo de salientar que, em média, os preços cobrados pelos serviços são superiores nas entidades gestoras de natureza empresarial.

Esta diferença pode dever-se, entre outros aspetos, ao facto de nem todos os custos com a provisão dos serviços serem reconhecidos contabilisticamente em grande parte das entidades gestoras que operam em gestão direta, e, por outro lado, ao facto das tarifas praticadas normalmente nestas entidades serem inferiores aos custos médios registados. Acresce, ainda, referir que a variabilidade dos valores face à média é significativa em ambos os serviços e também nos dois grupos de entidades gestoras (natureza empresarial e gestão direta) que prestam serviços em baixa.

Em 2017, o volume de negócios do setor das águas ascendeu a 2 439 milhões de euros. O conjunto das EG originou um nível de rendimentos e ganhos totais de 2 118 milhões de euros e registou um nível de gastos totais de 1 983 milhões de euros.

O serviço de abastecimento de água é o que apresenta melhores níveis de cobertura dos gastos nos grupos de entidades gestoras de titularidade considerados. É, ainda, de salientar o facto de a maioria das EG que não recuperam os custos com a prestação dos serviços de águas e resíduos operarem em regime de gestão direta. A nível global, verifica-se que no serviço de abastecimento de água 139 EG (63%) não recuperam os custos com a prestação do serviço, sendo que no serviço de saneamento de águas residuais aquelas se elevam a 174 entidades gestoras (78%).

Em 2017, os resultados líquidos agregados gerados nas EG que operam no setor das águas corresponderam a 136 milhões de euros, dos quais 97,8% decorrem do abastecimento de água (133 milhões de euros) e os restantes 2,2% resultam do serviço de saneamento de águas residuais (3 milhões de euros). É nas entidades que operam em regime de gestão direta que se encontram os piores resultados, sempre negativos nos dois tipos de serviços.

2.4.4. Avaliação da Qualidade do Serviço

O sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores definido pela ERSAR conta com 16 indicadores para cada área de atividade, agrupados em três subsistemas distintos:

- Indicadores que traduzem a defesa dos interesses dos utilizadores, correspondentes a aspetos que estão diretamente relacionados com a qualidade do serviço que lhes é prestado e por eles sentidos diretamente.
- Indicadores que traduzem a sustentabilidade da entidade gestora, correspondentes a aspetos relacionados com a sua capacidade económica e financeira, infraestrutural, operacional e de recursos humanos, necessária à garantia de uma prestação de serviço regular e contínua aos utilizadores.
- Indicadores que traduzem a sustentabilidade ambiental, correspondentes a aspetos relacionados com o impacto ambiental da atividade da entidade gestora, nomeadamente em termos de conservação dos recursos naturais.

Estes três subsistemas correspondem, aliás, aos principais objetivos da regulação: a proteção dos interesses dos utilizadores, como a otimização dos preços versus qualidade dos serviços, a salvaguarda da viabilidade das entidades gestoras e dos seus legítimos interesses e a salvaguarda dos aspetos ambientais.

No que concerne às EG de sistemas em baixa de abastecimento público de água, os resultados do ano 2017 demonstram uma qualidade do serviço global positiva que se traduz em:

- 61% de avaliações boas e medianas no abastecimento público de água em baixa e 31% de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 8% sem avaliação;
- 77% de avaliações boas e medianas no abastecimento público de água em alta e 23% de avaliações insatisfatórias, não existindo este ano nenhuma sem avaliação.

Conclui-se, assim, que as avaliações boas e medianas representam mais de metade na vertente em baixa e mais de dois terços na vertente em alta, enquanto as avaliações insatisfatórias representam cerca de um terço na vertente em baixa e cerca de um quinto na vertente em alta.

A ERSAR identifica e recomenda uma especial atenção para os aspetos em que considera haver claras oportunidades de melhoria, de acordo com os resultados obtidos nos indicadores de desempenho, nomeadamente:

- AA07 – Adesão ao serviço = 87% (qualidade de serviço insatisfatória);
- AA08 – Água não faturada = 30,2% (qualidade de serviço insatisfatória);
- AA09 – Reabilitação de condutas = 0,6%/ano (qualidade de serviço insatisfatória).

De forma semelhante, para as EG em baixa dos sistemas de saneamento de águas residuais, os resultados do ano 2017 evidenciam uma qualidade do serviço global positiva dado que:

- 57% de avaliações boas e medianas no saneamento de águas residuais urbanas em baixa e 32% de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 11% sem avaliação;
- 70% de avaliações boas e medianas no saneamento de águas residuais urbanas em alta e 29% de avaliações insatisfatórias, existindo ainda 1% sem avaliação.

Constata-se, deste modo, que as avaliações boas e medianas representam cerca de metade na vertente em baixa e cerca de dois terços na vertente em alta, enquanto as avaliações insatisfatórias representam cerca de um terço na vertente em baixa e em alta. Tendo em consideração os resultados obtidos nos indicadores de desempenho, a ERSAR aponta o dedo aos três aspetos mais críticos, a saber:

- AR03 – Ocorrência de inundações = 4,84/100 ramais.ano (qualidade de serviço insatisfatória);
- AR06 – Adesão ao serviço = 89,4% (qualidade de serviço insatisfatória);
- AR07 – Reabilitação de coletores = 0,3%/ano (qualidade de serviço insatisfatória).

4



DESEMPENHO

1. Análise Económica e Financeira
2. Viabilidade Económica
3. Proposta de Aplicação de Resultados



1. Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela **Águas do Porto, EM**, no ano de 2018, devendo ser lida em conjugação com as Demonstrações Financeiras do período e as respetivas notas anexas.

Todos os valores estão expressos em Euros.

1.1 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O resultado líquido de 2018 ascendeu a 5,8 milhões de euros, registando uma diminuição de cerca de 200 mil euros relativamente ao resultado verificado em 2017.

Descrição	2018	2017	Δ % 2017/2018
Rendimentos totais	45 937 829,15	44 987 397,08	2,1%
Gastos totais (*)	40 058 984,60	38 961 587,02	2,8%
Resultado líquido	5 878 844,55	6 025 810,06	-2,4%

(*) Inclui a estimativa para IRC

1.2. RENDIMENTOS TOTAIS

Neste período, os rendimentos totais ascenderam a 45,9 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de cerca de 1 milhão de euros.

Descrição	2018	2017	Δ % 2017/2018
Volume de negócios	42 246 519,97	41 221 731,74	2,5%
Trabalhos para a própria entidade	93 032,03	81 530,04	14,1%
Reversões de imparidades	11 023,87	8 447,16	30,5%
Reversões de depreciações e amortizações	516,67	388,40	33,0%
Reversões de provisões	103 063,22	183 005,12	-43,7%
Outros rendimentos	3 322 210,57	3 346 479,57	-0,7%
Juros e rendimentos similares	161 462,82	145 815,05	10,7%
Rendimentos totais	45 937 829,15	44 987 397,08	2,1%

O aumento verificado nos rendimentos totais teve origem no crescimento do negócio conforme explicitado na Nota 13.1 do anexo.

1.2.1. Volume de Negócios

A **Águas do Porto, EM**, viu o seu volume de negócios aumentar de 41,2 milhões de euros para 42,2 milhões de euros (+ 2,5%).

Descrição	2018	2017	Δ % 2017/2018
Vendas de mercadorias (água)	22 568 323,95	22 549 530,66	0,1%
Prestações de serviços	19 678 196,02	18 672 201,08	5,4%
Volume de negócios	42 246 519,97	41 221 731,74	2,5%



1.3. Gastos Totais

Os gastos totais da empresa ascenderam a 40 milhões de euros no período em análise.

Descrição	2018	2017	Δ % 2017/2018
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9 437 465,25	9 700 018,92	-2,7%
Fornecimentos e serviços externos	8 489 049,96	8 665 792,92	-2,0%
Gastos com o pessoal	12 018 578,77	10 546 129,62	14,0%
Imparidades de inventários	0,00	18 256,01	-100,0%
Imparidades de dívidas a receber	1 253 738,62	782 138,51	60,3%
Provisões	2 414,21	162 317,51	-98,5%
Outros gastos	273 298,21	410 871,99	-33,5%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 649 023,21	6 645 270,43	0,1%
Juros e gastos similares suportados	0,00	2 534,38	-100,0%
Imposto sobre o rendimento do período	1 935 416,37	2 028 256,73	-4,6%
Gastos totais	40 058 984,60	38 961 587,02	2,8%
% do volume de negócios	94,82%	94,52%	

As rubricas mais significativas são os gastos com o pessoal, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e os fornecimentos e serviços externos, que, globalmente, representaram 74% do total de gastos da empresa em 2018.

1.3.1.

Descrição	2018	2017	Δ % 2017/2018
Subcontratos	3 695 318,19	3 468 212,71	6,5%
Energia	168 513,40	171 336,10	-1,6%
Trabalhos especializados	1 868 235,50	2 227 211,90	-16,1%
Comunicação	898 105,96	872 300,38	3,0%
Encargos de cobrança	361 588,37	365 059,96	-1,0%
Rendas e alugueres	451 521,00	520 326,40	-13,2%
Conservação e reparação	138 334,81	134 915,83	2,5%
Honorários	39 391,98	30 970,80	27,2%
Seguros	212 144,48	213 103,80	-0,5%
Publicidade	188 356,01	205 748,74	-8,5%
Vigilância e segurança	152 408,21	122 359,94	24,6%
Outros fornecimentos e serviços	315 132,05	334 246,36	-5,7%
Total	8 489 049,96	8 665 792,92	-2,0%

1.4. Margem Operacional

No período de 2018, o EBITDA da **Águas do Porto, EM**, situou-se nos 14,3 milhões euros.

Descrição	2018	2017	Δ % 2017/2018
EBITDA	14 301 304,64	14 555 668,15	-1,7%
EBIT	7 652 798,10	7 910 786,12	-3,3%
Volume de negócios	42 246 519,97	41 221 731,74	2,5%
Margem EBITDA⁽ⁱ⁾	33,9%	35,3%	-4,1%
Margem EBIT⁽ⁱⁱ⁾	18,1%	19,2%	-5,6%

(i) Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

(ii) Margem EBIT = EBIT / Volume de negócios

1.5. Situação Patrimonial e Financeira

No final de 2018, o ativo da **Águas do Porto, EM**, atingiu o montante de 169,9 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 134,8 e 35,1 milhões de euros, respetivamente.

Descrição	2018	2017	Δ % 2017/2018
Ativo não corrente	141 168 679,97	134 917 743,38	4,6%
Ativo corrente	28 815 941,00	29 031 236,24	-0,7%
Total do ativo	169 984 620,97	163 948 979,62	3,7%
Capital próprio	134 811 884,17	129 965 680,75	3,7%
Passivo não corrente	11 185 724,73	12 001 263,33	-6,8%
Passivo corrente	23 987 012,07	21 982 035,54	9,1%
Total do passivo	35 172 736,80	33 983 298,87	3,5%
Total do capital próprio e do passivo	169 984 620,97	163 948 979,62	3,7%

Tal como sucedeu em anos anteriores, a empresa fechou o ano de 2018 com uma sólida situação financeira caracterizada por uma autonomia financeira de 79,31%.

Indicadores	2018	2017	Δ % 2017/2018
Indicadores de eficiência			
Gastos operacionais / EBITDA	2,67	2,54	5,1%
Gastos com o pessoal / EBITDA	0,84	0,72	16,0%
Indicadores de comportabilidade de investimento			
Autonomia financeira (i)	79,31%	79,27%	0,0%
Rácio de solvabilidade (ii)	3,8	3,8	0,2%
Liquidez geral (iii)	1,53	1,73	-11,4%
Prazos médios			
Prazo médio de pagamento	44	30	45,6%
Prazo médio de recebimento	25	29	-14,0%
Indicadores de rentabilidade e crescimento			
Margem EBITDA	33,9%	35,3%	-4,1%
Margem EBIT	18,1%	19,2%	-5,6%
Indicadores de remuneração do capital investido			
Resultado líquido / Capital subscrito	0,073	0,075	-2,4%

(i) Autonomia financeira = Capital próprio / ativo total líquido

(ii) Rácio de solvabilidade = Capital próprio / Passivo total

(iii) Liquidez geral = (Ativo corrente – Diferimentos ativo) / (Passivo corrente – Diferimentos passivo)

1.6. Cash Flow

Unidade: €	2018	2017	Δ % 2017/2018
Fluxos de caixa operacionais	11 140 266,97	8 710 632,99	27,9%
Fluxos de caixa de investimento	-11 313 966,16	-8 751 344,50	29,3%
Fluxos de caixa de financiamento	-142 632,39	-650 000,00	-78,1%
Variação de caixa e seus equivalentes	-316 331,58	-690 711,51	-54,2%
Caixa e seus equivalentes no início do período	13 414 806,17	14 105 517,68	-4,9%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13 098 474,59	13 414 806,17	-2,4%

2.VIABILIDADE ECONÓMICA

O presente capítulo pretende dar cumprimento ao dever de prestação de informação relativamente à viabilidade e racionalidade económica e equilíbrio financeiro da **Águas do Porto, EM**, de acordo com o estipulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.º 53 -F/2006, de 29 de dezembro, e n.º 55/2011, de 15 de novembro.

Nos termos do n.º 6.º do Artigo 32.º deste diploma legal, o desempenho das empresas locais deve ser objeto de avaliação anual dos órgãos sociais, incluindo a elaboração de um relatório com a análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira que sustentaram a constituição das empresas e da atual situação económica e financeira. Esta informação tem de ser obrigatoriamente comunicada à Inspeção-Geral de Finanças.

No caso da **Águas do Porto, EM**, o objetivo principal deste relatório prende-se com a necessidade de comprovar perante as autoridades competentes que a empresa não se enquadra nas disposições do Artigo 62.º que estabelece os critérios económicos e financeiros que conduzem à dissolução das empresas locais.

O novo regime jurídico da atividade empresarial local determina a extinção de empresas locais, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- Quando se verifique que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;
- Quando se verifique que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- Quando se verifique que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Em 2018, a **Águas do Porto, EM**, operou segundo um modelo organizativo e económico-financeiro que resultou dos estudos de viabilidade económica e financeira que fundamentaram a sua constituição, em outubro de 2006, ainda, portanto, ao abrigo da, entretanto revogada, Lei n.º 58/98, de 18 de agosto.

O modelo de negócio previsto naquele estudo assenta na gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais.

Em março de 2007, procedeu-se à alteração dos Estatutos da empresa tendo o seu âmbito de atuação sido alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Assegurou-se, por esta via, a gestão integrada de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, englobando as seguintes atividades:

- Distribuição de água;
- Drenagem e tratamento de águas residuais;
- Drenagem de águas pluviais;
- Gestão de ribeiras;
- Gestão de praias;
- Promoção da educação ambiental e da participação pública.

Perante a especificidade do modelo de negócio atualmente desenvolvido, não é tecnicamente possível fazer uma análise comparativa entre o desempenho de 2018 e a efetiva situação económica e financeira e as projeções decorrentes dos estudos de viabilidade económico-financeira que presidiram à sua constituição.

No entanto, o desempenho da atividade económica e financeira de 2018 resumido nos quadros seguintes, permite concluir que a **Águas do Porto, EM**, conseguiu dar plena execução às projeções económico-financeiras constantes dos seus Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para 2018.

Relativamente à efetiva situação económica e financeira da empresa, apresenta-se, seguidamente, um mapa com os principais agregados económico-financeiros para o período 2019-2021, conforme os IGP devidamente aprovados pelo Conselho de Administração e Assembleia-Geral da **Águas do Porto, EM**, e os valores efetivos referentes a 31 de dezembro de 2018.

Agregados Económico-Financeiros	IGP			
	2018	2019	2020	2021
Resultados				
Resultado Operacional	7 652 798	5 140 090	4 476 680	4 564 087
Resultado Antes de Imposto	7 814 261	5 307 955	4 646 516	4 735 600
Resultado Líquido do Exercício	5 878 845	4 020 228	3 527 456	3 593 824
Rendimentos e Ganhos				
Venda de Mercadorias e Prestações de Serviços	42 246 520	42 030 315	42 118 940	42 297 592
Gastos e Perdas				
Custo das Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	9 437 465	9 674 734	10 156 456	10 030 083
Fornecimentos e Serviços Externos	8 489 050	9 877 613	9 403 143	9 303 143
Gastos com o Pessoal	12 018 579	12 055 849	12 066 564	12 068 602
Gastos de Depreciação e Amortização	6 648 507	7 305 021	8 079 228	8 591 323
Balanço				
Total do Ativo	169 984 621	171 854 528	175 339 207	174 819 306
Total do Passivo	35 172 737	38 927 310	40 199 214	37 993 457
Total do Capital Próprio	134 811 884	132 927 219	135 139 993	136 825 849
Fluxos de Tesouraria				
Operacionais	11 140 267	8 507 284	9 875 854	10 273 165
Investimento	-11 313 966	-11 811 572	-9 718 155	-8 803 065
Financiamento	-142 632	-5 807 829	-807 829	-807 830
Indicadores				
Liquidez Geral (AC-DFA)/(PC-DFP)x100	153%	77%	68%	73%
Autonomia Financeira	79%	77%	77%	78%

Artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto

a) Nos últimos três anos, as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios:

Anos	Vendas e prestação de serviços	Gastos totais incorridos (excluindo IRC)	% Vendas e prestação de serviços nos Gastos Totais incorridos
2016	40 290 246,03	35 591 261,09	113,2%
2017	41 221 731,74	36 933 330,29	111,6%
2018	42 246 519,97	38 123 568,23	110,8%

Não Cumpre o Critério de Dissolução

b) Nos últimos três anos, o peso contributivo do subsídio é inferior a 50% das receitas:

Anos	Vendas, serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos	Subsídios	% do Subsídio na totalidade da Prestação de serviços e outros rendimentos
2016	44 008 511,86	206 824,01	0,5%
2017	44 568 211,31	0,00	0,0%
2018	45 568 730,54	0,00	0,0%

Não Cumpre o Critério de Dissolução

c) Nos últimos três anos, o EBITDA é positivo:

Anos	Resultado Operacional	Depreciações e Amortizações	EBITDA
2016	8 619 317,02	6 370 180,81	14 989 497,83
2017	7 910 786,12	6 644 882,03	14 555 668,15
2018	7 652 798,10	6 648 506,54	14 301 304,64

Não Cumpre o Critério de Dissolução

d) Nos últimos três anos, o resultado líquido é positivo:

Anos	Resultados Líquidos
2016	6 575 538,35
2017	6 025 810,06
2018	5 878 844,55
Não Cumpre o Critério de Dissolução	

3. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, propõe, nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais, assim como do Artigo 26.º dos Estatutos da empresa, que o resultado líquido do exercício de 2018, cujo montante ascende a € 5 878 844,55 tenha a seguinte aplicação:

- a) Reserva Legal (10%): € 587.884,46;
- b) Participação nos resultados pelos trabalhadores, conforme disposto na cláusula 67ª do Acordo de Empresa celebrado com o Sindicato dos Trabalhadores de Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, em 20.06.2017: € 155.610,08.
- c) Resultados Transitados: € 5.135.350,01.

5

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro A – Balanço

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	140 434 858,15	134 448 172,13
Ativos intangíveis	8	638 788,92	451 248,23
Outros investimentos financeiros		28 682,11	18 323,02
Ativos por impostos diferidos	17.2	66 350,79	0,00
		141 168 679,97	134 917 743,38
Ativo corrente			
Inventários	11.2; 12	243 296,57	222 987,65
Clientes	11.1;19.1	2 887 642,63	3 331 002,35
Estado e outros entes públicos	17;19.3	238 685,94	104 307,92
Outros créditos a receber	19.4	12 182 081,68	11 748 241,31
Diferimentos	22.2.1	165 759,59	209 890,84
Caixa e depósitos bancários	5	13 098 474,59	13 414 806,17
		28 815 941,00	29 031 236,24
Total do ativo		169 984 620,97	163 948 979,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	7; 19.5	80 000 000,00	80 000 000,00
Reservas legais	Quadro C; 19.5	3 480 440,63	2 877 859,63
Resultados transitados	Quadro C; 19.5	21 276 442,82	15 995 846,15
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Quadro C; 15	24 176 156,17	25 066 164,91
		128 933 039,62	123 939 870,69
Resultado líquido do período	Quadro B	5 878 844,55	6 025 810,06
Total do capital próprio		134 811 884,17	129 965 680,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14.1	4 166 840,83	4 723 989,72
Outras dívidas a pagar - Impostos relacionados com subsídios	15.2	7 018 883,90	7 277 273,61
		11 185 724,73	12 001 263,33
Passivo corrente			
Fornecedores	19.2	2 144 688,71	1 528 092,64
Estado e outros entes públicos	17; 19.3	596 204,58	453 601,85
Outras dívidas a pagar	19.4	15 986 130,54	14 711 090,21
Diferimentos	22.2.2	5 259 988,24	5 289 250,84
		23 987 012,07	21 982 035,54
Total do passivo		35 172 736,80	33 983 298,87
Total do capital próprio e do passivo		169 984 620,97	163 948 979,62

As notas anexas fazem parte integrante deste balanço.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração



Quadro B – Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	13.1	42 246 519,97	41 221 731,74
Trabalhos para a própria entidade		93 032,03	81 530,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-9 437 465,25	-9 700 018,92
Fornecimentos e serviços externos	22.3.1	-8 489 049,96	-8 665 792,92
Gastos com o pessoal	20	-12 018 578,77	-10 546 129,62
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11.2	0,00	-18 256,01
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.1	-1 242 714,75	-773 691,35
Provisões (aumentos/ reduções)	14.1	100 649,01	20 687,61
Outros rendimentos	13.2	3 322 210,57	3 346 479,57
Outros gastos	22.3.2	-273 298,21	-410 871,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 301 304,64	14 555 668,15
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8;9	-6 648 506,54	-6 644 882,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 652 798,10	7 910 786,12
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3	161 462,82	145 815,05
Juros e gastos similares suportados		0,00	-2 534,38
Resultado antes de impostos		7 814 260,92	8 054 066,79
Imposto sobre o rendimento do período	17	-1 935 416,37	-2 028 256,73
Resultado líquido do período		5 878 844,55	6 025 810,06
Resultado por ação (Resultado Líquido/Capital subscrito)		0,073	0,075

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Quadro C – Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos períodos de 2017 e 2018

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIACIONES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição em 01 de Janeiro de 2017	80 000 000,00	2 220 305,80	10 727 861,63	26 163 581,88	6 575 538,35	125 687 287,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Subsídios recebidos para investimento				69 781,97		69 781,97
Reconhecimento no período				-1 485 803,93		-1 485 803,93
Ajustamentos por impostos diferidos				318 604,99		318 604,99
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado	0,00	657 553,83	5 267 984,52	0,00	-5 925 538,35	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					6 025 810,06	6 025 810,06
RESULTADO INTEGRAL					6 025 810,06	6 025 810,06
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Subscrições de capital						0,00
Distribuições					-650 000,00	-650 000,00
Entradas para coberturas de perdas						0,00
Posição no fim de 31 de dezembro de 2017	80 000 000,00	2 877 859,63	15 995 846,15	25 066 164,91	6 025 810,06	129 965 680,75
DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIACIONES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição em 01 de Janeiro de 2018	80 000 000,00	2 877 859,63	15 995 846,15	25 066 164,91	6 025 810,06	129 965 680,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Subsídios recebidos para investimento				315 900,00		315 900,00
Reconhecimento no período				-1 464 298,46		-1 464 298,46
Ajustamentos por impostos diferidos				258 389,72		258 389,72
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - Aplicação do resultado		602 581,00	5 280 596,67	0,00	-6 025 810,06	-142 632,39
	0,00	602 581,00	5 280 596,67	-890 008,74	-6 025 810,06	-1 032 641,13
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					5 878 844,55	5 878 844,55
RESULTADO INTEGRAL					5 878 844,55	5 878 844,55
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Subscrições de capital						0,00
Subscrições de prémios de emissão						0,00
Distribuições						0,00
Entradas para coberturas de perdas						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim de 31 de dezembro de 2018	80 000 000,00	3 480 440,63	21 276 442,82	24 176 156,17	5 878 844,55	134 811 884,17

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Quadro D – Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		45 527 081,92	43 824 619,68
Pagamentos a fornecedores		-19 707 045,62	-21 426 027,46
Pagamentos ao pessoal		-11 998 316,06	-11 116 085,33
Caixa gerada pelas operações		13 821 720,24	11 282 506,89
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 750 294,20	-2 585 783,31
Outros recebimentos/pagamentos		-931 159,07	13 909,41
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		11 140 266,97	8 710 632,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-11 748 196,46	-9 996 090,86
Recebimentos provenientes de :			
Subsídios ao investimento		428 003,86	1 238 942,98
Juros e rendimentos similares		6 226,44	5 803,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-11 313 966,16	-8 751 344,50
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Distribuição de resultados ao pessoal		-142 632,39	0,00
Dividendos		0,00	-650 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-142 632,39	-650 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-316 331,58	-690 711,51
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	13 414 806,17	14 105 517,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	13 098 474,59	13 414 806,17

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Anexo

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto

Objeto social: Gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; Gestão e exploração do sistema público de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; e realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares.

Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal do Porto.

Sede da empresa-mãe: Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A **Águas do Porto, EM**, foi constituída em 24 de outubro de 2006, tendo adotado a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, embora sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto.

Na sequência de alterações ulteriores, o âmbito de atuação da empresa foi, a partir de 30 de março de 2007, alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Em 30 de março de 2009, procedeu-se a uma nova alteração estatutária, tendo sido delegados na empresa os poderes de cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal, das dívidas referentes a fornecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, domésticas e industriais, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e outros serviços que se integrem no objeto social da empresa e que possam ser cobrados através daquele processo, assim como se procedeu à alteração da sigla de “EM” para “EEM”, em cumprimento da Lei n.º 53 F/2006, de 29 de dezembro.

Cumprindo o disposto no n.º 1 do Artigo 70º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, os estatutos da **Águas do Porto, EM**, foram novamente alterados, tendo sido aprovados na reunião de Câmara de 29 de janeiro de 2013 e na Assembleia Municipal de 18 de fevereiro de 2013. Assim, a empresa passou a denominar-se CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Interpretativas, os Avisos e as Portarias, com as alterações introduzidas através do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

Na preparação das demonstrações financeiras foram respeitados os diversos princípios contabilísticos, definidos na estrutura conceptual do SNC, dos quais se destacam: a continuidade das operações da empresa, o regime de acréscimo (periodização económica), a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, a fiabilidade e representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência, a plenitude e a comparabilidade.

4. Principais Políticas Contabilísticas

4.1 Base de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras:

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF implicam que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos com implicações nas políticas contabilísticas da empresa, os quais têm por base a experiência histórica e as circunstâncias subjacentes às operações objeto de relevação contabilística.

Adicionalmente, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis superiores a um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

O Euro (€) é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

a) Ativos Intangíveis e Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis estão mensurados segundo o modelo de custo deduzido das amortizações e depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

De acordo com a NCRF 7, foi efetuada a desagregação das ETAR do Freixo e Sobreiras por componentes, por se tratar de ativos fixos compostos, cujos componentes depreciáveis têm diferentes vidas úteis. Aquando da transição para o SNC, as depreciações foram ajustadas de acordo com as vidas úteis remanescentes de cada componente, assim como foi ajustado o reconhecimento dos subsídios obtidos respetivos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos fixos tangíveis. As despesas habituais com reparação e manutenção dos ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações do ano foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas abaixo indicadas, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente da vida útil implícita nas taxas do diploma:

Ativos intangíveis

Programas de computadores – 33,33%

Ativos fixos tangíveis

Edifícios e outras construções – 2% - 12,5%

Equipamento básico – 2% - 25,00%

Equipamento de transporte – 25 %

Ferramentas e utensílios – 14,28% – 25%

Equipamento administrativo – 12,50% – 33,33%

Outros ativos fixos tangíveis – 12,50% – 33,33%

Bens de valor reduzido – 100,00%

b) Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, em conformidade com a NCRF 18, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Adicionalmente, são registados os ajustamentos que se afigurarem necessários para garantir que o custo é inferior ao valor líquido de realização.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal que corresponde ao seu justo valor.

Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

d) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários inclui ativos de elevada liquidez, com maturidades até seis meses, mobilizáveis a todo o tempo.

e) Imparidades de Dívidas a Receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas através do critério definido no n.º 1 e n.º 2 do Artigo 28.º-B do CIRC (Código sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), tendo-se considerado que o conceito de reclamação judicial que integra a norma fiscal é compatível com o conceito de execução fiscal nos termos do Código do Procedimento e Processo Tributário.

f) Locações

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. Deste modo, o custo dos ativos é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade no passivo.

Os juros incluídos nas rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Relativamente às locações operacionais, os encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que correspondem, em conformidade com o disposto na NCRF 9.

g) Impostos Correntes, Diferidos e Implícitos nos subsídios ao investimento

A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado, acresce a derrama sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87º - A do CIRC, e a tributação autónoma aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo dos impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico das rubricas das demonstrações financeiras e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento.

Os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos, têm por base os subsídios ao investimento obtidos e são reconhecidos no passivo aquando da relevação contabilística dos subsídios no capital próprio. Periodicamente são revertidos para a rubrica correspondente no capital próprio, de acordo com o ritmo de reconhecimento dos subsídios na demonstração dos resultados. (Ver alínea l).

h) Provisões

A Águas do Porto, EM, analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento ou de divulgação seguem a NCRF 21.

Relativamente a responsabilidades para com ex-trabalhadores conforme referido na Nota 14.1., o resultado da avaliação actuarial é refletido em gastos ou em reversões do período, na rubrica de Provisões. Os valores pagos, conforme indicado pela CGA e pelos recursos humanos da empresa, são debitados na conta de Provisões no Passivo.

i) Regime do Acréscimo

Na especialização do período, os réditos e os gastos são reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

j) Benefícios de Empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo, sendo o valor mais relevante os vencimentos.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao ano de 2018.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem os gastos referentes a funcionários em regime de cedência de interesse público, que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde presta funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

k) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes, após a data das demonstrações financeiras que dão informação adicional sobre condições que existam nessa data, são refletidos nestas. Caso existam eventos materialmente relevantes após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam em 31 de dezembro de 2018, são os mesmos objeto de divulgação no anexo.

l) Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

m) Ramais de Água, Saneamento e Águas Pluviais

Os rendimentos obtidos relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais são reconhecidos na rubrica de diferimentos do passivo e são reconhecidos periodicamente na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente.

n) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

4.3 Principais Pressupostos, Julgamentos e Estimativas

Os principais pressupostos, julgamentos e estimativas utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos e das NCRF foram os seguintes:

- Vida útil subjacente às amortizações e depreciações de ativos não correntes;
- Imparidades relativas a inventários e clientes;
- Provisões para processos judiciais em curso, cujo julgamento foi conjugado pela informação prestada pelo departamento jurídico interno e por consultoria jurídica externa.
- Provisões para responsabilidades atuariais, não relacionadas com benefícios de empregados de médio e longo prazo, cujo julgamento foi conjugado por estudo actuarial efetuado por entidade externa especializada.

4.4 Principais Pressupostos relativos ao Futuro

Não foram identificados pelo Conselho de Administração quaisquer situações que possam colocar em causa a continuidade das operações da empresa.

4.5 Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se descritas no Ponto 4.3.

5. Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e depósitos bancários, reconciliando os montantes evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) com as rubricas do Balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme a seguir se apresenta:

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	2 606,81	2 503,69
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3 095 867,78	3 412 302,48
Outras Disponibilidades – Depósitos de Curto Prazo	10 000 000,00	10 000 000,00
	13 098 474,59	13 414 806,17

Conforme nota 19.4, parte das garantias dadas pelos fornecedores respeita a reforços da garantia inicial, efetuados mediante retenção no momento do pagamento. No exercício em análise, o total acumulado de retenções de garantias e depósitos de caução líquidos de restituições ascende a € 2.912.780,83. Este montante não está relevado nas disponibilidades por não se tratar de um depósito bancário disponível para a empresa.

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Nada a assinalar.

7. Partes Relacionadas

7.1. Empresa mãe e entidades relacionadas

O capital social ascende a €80.000.000, detido a 100% e totalmente realizado em espécie pela Câmara Municipal do Porto, com o NIF 501306099 através da entrega à Águas do Porto, EM, do património líquido dos ex-SMAS do Porto, reportado a 30 de junho de 2006, e de um conjunto de bens imóveis essenciais à atividade da empresa.

7.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) estão apresentadas na Nota 20.

Não existem benefícios pós emprego e/ou de médio e longo prazo.

7.3. Saldos e Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações registados no período com o Grupo CMPorto são os seguintes:

SALDOS	Saldo Devedor	Saldo Credor
C.M.P.	6 502	70 417
Domus Social	6 240	0
Porto Lazer	10 622	0
Go Porto	68	1 201
EMAP	796	2 671 934

	TRANSAÇÕES		
	Ativos	Gastos	Rendimentos
C.M.P.	89 695	33 917	625 806
Domus Social	0	0	21 840
Porto Lazer	0	49	70 164
Go Porto	71 007	0	6 732
EMAP	0	3 236	409 412

8. Ativos Intangíveis

Conforme explicitado na Nota 2 alínea a), os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento pelo modelo do custo, que se resume essencialmente ao preço de compra. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

ATIVO NÃO CORRENTE

RUBRICA	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Regularizações	Saldo Final
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computadores	674 196,53	52 680,00	69 800,00	-18 600,00	778 076,53
Propriedade Industrial	217,20	0,00	0,00	0,00	217,20
Direito de Superfície	39 309,97	0,00	0,00	0,00	39 309,97
Investimentos em curso	317 767,00	212 678,00	-69 800,00	0,00	460 645,00
	1 031 490,70	265 358,00	0,00	-18 600,00	1 278 248,70

AMORTIZAÇÕES

RUBRICA	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Transferências	Saldo Final
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de Computadores	579 645,96	58 139,86	-516,67	0,00	637 269,15
Propriedade Industrial	72,38	21,72	0,00	0,00	94,10
Direito de Superfície	524,13	1 572,40	0,00	0,00	2 096,53
	580 242,47	59 733,98	-516,67	0,00	639 459,78
Valor Líquido	451 248,23				638 788,92

9. Ativos Fixos Tangíveis

Conforme explicitado na Nota 2 alínea a) os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo do custo. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo que reúnem os pressupostos de capitalização, são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorre.

O saldo das rubricas “Edifícios e Outras Construções” e “Equipamento Básico” inclui €4.724.284 relativos ao IMT liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) na sequência de um processo de fiscalização referente à entrega de imóveis para realização do capital em espécie, aquando da sua constituição em 24 de outubro de 2006, o qual é depreciado de acordo com as taxas dos ativos respetivos.

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, a empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial.

Atualmente, a **Águas do Porto, EM**, mantém um diferendo com a AT uma vez que, na sequência de referida ação inspetiva, a empresa interpôs uma ação administrativa especial com vista a apreciar judicialmente a legitimidade da AT, em desconsiderar a isenção concedida à operação pelos órgãos autárquicos competentes, bem como a interposição de impugnações judiciais às liquidações recebidas. Caso a decisão final seja favorável à **Águas do Porto, EM**, a devolução do valor pago será acrescida de juros mediante o desconhecimento deste ativo, respetivas depreciações acumuladas, e provisões registadas até 2013.

No presente exercício, a empresa procedeu à verificação física do equipamento informático bem como da sua capacidade técnica, tendo procedido à sua alienação como sucata, os quais se encontravam integralmente depreciados.

Adicionalmente procedeu-se à alienação de viaturas totalmente depreciadas conforme deliberação do Conselho de Administração.

ATIVO NÃO CORRENTE

RUBRICA	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo Final
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Terrenos e recursos naturais	21 693 755,22	0,00	0,00	0,00	0,00	21 693 755,22
Edifícios e outras construções	5 296 432,11	0,00	0,00	415 797,85	0,00	5 712 229,96
Equipamento básico	181 054 669,73	800 230,39	0,00	4 225 913,30	-529 547,53	185 551 265,89
Equipamento de transporte	1 744 839,41	334 663,98	0,00	0,00	-290 087,60	1 789 415,79
Equipamento administrativo	4 387 750,93	281 963,96	0,00	0,00	-2 484 348,26	2 185 366,63
Outros Ativos fixos tangíveis	2 176 259,10	244 429,73	0,00	191 639,52	0,00	2 612 328,35
Investimentos em curso	10 805 006,85	11 028 695,96	0,00	-4 833 350,67	0,00	17 000 352,14
	227 158 713,35	12 689 984,02	0,00	0,00	-3 303 983,39	236 544 713,98

DEPRECIAÇÕES

RUBRICA	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Transferências	Saldo Final
ATIVOS TANGÍVEIS					
Edifícios e outras construções	984 682,07	109 087,35	0,00	0,00	1 093 769,42
Equipamento básico	84 340 641,91	6 127 833,47	-432 082,44	0,00	90 036 392,94
Equipamento de transporte	1 469 518,28	92 509,66	-290 087,60	0,00	1 271 940,34
Equipamento administrativo	4 058 755,94	154 880,96	-2 484 348,26	0,00	1 729 288,64
Outros Ativos fixos tangíveis	1 856 943,02	121 521,47	0,00	0,00	1 978 464,49
	92 710 541,22	6 605 832,91	-3 206 518,30	0,00	96 109 855,83
Valor Líquido	134 448 172,13				140 434 858,15

O reforço registado nas depreciações está deduzido do montante de €16 543,68, que corresponde à depreciação do molde das garrafas, cujo custo foi imputado no cômputo do seu custo de aquisição.

10. Locações

10.1. Locações Operacionais

Na rubrica de “Rendas e Alugueres” estão incluídos os custos com os contratos de locação operacional, como a seguir se apresenta:

Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)
00-UR-27	04/06/2018	03/06/2022	260,68 €
03-UX-24	09/10/2018	08/10/2022	102,44 €
03-UX-98	11/10/2018	10/10/2022	275,32 €
04-UX-91	11/10/2018	10/10/2022	275,32 €
10-UA-84	21/06/2018	20/06/2022	207,29 €
10-UA-89	27/07/2018	26/07/2022	207,29 €
10-VL-86	01/10/2018	30/09/2022	248,85 €
11-VC-83	26/12/2018	25/12/2022	277,80 €
23-UU-57	04/06/2018	03/06/2022	260,68 €
23-UU-58	04/06/2018	03/06/2022	260,68 €
23-UU-77	04/06/2018	03/06/2022	247,74 €
24-UL-05	18/07/2018	17/07/2022	120,48 €
24-UL-12	19/07/2018	18/07/2022	120,48 €
24-UL-39	19/7/2018	17/7/2022	120,48 €
24-UL-41	18/7/2018	17/7/2022	120,48 €
24-UL-42	18/07/2018	17/07/2022	120,48 €
24-UL-48	18/07/2018	17/07/2022	120,48 €
24-UL-66	19/07/2018	18/07/2022	120,48 €
28-VB-40	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
29-VB-32	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
29-VB-61	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
29-VB-72	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
30-VB-17	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
30-VB-20	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
31-NQ-96	29/04/2013	28/04/2019	183,07 €
31-NQ-97	29/04/2013	28/04/2019	184,04 €
31-NQ-98	29/04/2013	28/04/2019	184,04 €
31-NQ-99	29/04/2013	28/4/2019	183,62 €
31-VB-13	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
31-VB-38	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
31-VB-39	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
31-VB-55	07/12/2018	06/12/2022	180,68 €
32-NQ-00	29/04/2013	19/12/2019	165,67 €
32-NQ-03	29/04/2013	14/12/2019	165,67 €
32-NQ-04	29/4/2013	14/12/2019	165,67 €
32-NQ-05	29/4/2013	28/12/2019	165,67 €
32-NQ-07	29/04/2013	08/01/2019	165,67 €
32-NQ-08	29/04/2013	28/12/2019	165,67 €

Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)
32-NQ-09	29/04/2013	28/04/2019	165,67 €
32-NQ-10	29/04/2013	16/01/2019	165,67 €
32-NQ-13	29/04/2013	20/12/2019	165,67 €
32-NQ-14	29/04/2013	08/01/2019	165,67 €
35-UN-73	07/05/2018	06/05/2022	91,82 €
36-VE-63	07/12/2018	06/12/2022	180,33 €
36-VE-84	07/12/2018	06/12/2022	180,33 €
37-NO-90	20/03/2013	19/03/2019	182,79 €
37-NO-92	20/03/2013	19/03/2019	181,27 €
37-NO-95	20/03/2013	14/12/2019	181,27 €
37-VE-46	07/12/2018	6/12/2022	180,33 €
37-VE-63	07/12/2018	6/12/2022	180,33 €
38-NO-00	20/03/2013	19/03/2019	182,37 €
38-NO-08	20/03/2013	19/03/2019	182,79 €
38-NO-10	20/03/2013	21/03/2019	182,79 €
38-NO-15	22/03/2013	21/03/2019	181,27 €
38-NO-17	22/03/2013	21/03/2019	182,79 €
38-NO-18	22/03/2013	21/03/2019	182,79 €
38-NO-19	22/03/2013	21/03/2019	182,79 €
39-UM-79	10/09/2018	09/09/2022	180,68 €
40-UM-55	10/09/2018	09/09/2022	178,54 €
40-UM-58	10/09/2018	09/09/22	178,54 €
40-UM-75	10/09/2018	9/09/2022	178,54 €
41-UM-34	10/09/2018	09/09/2022	180,68 €
41-UM-80	10/09/2018	09/09/2022	178,54 €
42-UM-35	10/09/2018	09/09/2022	178,54 €
42-UM-48	10/09/2018	09/09/2022	178,54 €
44-VG-60	26/12/2018	25/12/2022	277,80 €
44-VG-79	14/11/2018	13/11/2022	284,48 €
44-VG-90	15/11/2018	14/11/2022	284,48 €
45-VG-26	30/10/2018	29/10/2022	259,23 €
45-VG-65	31/10/2018	30/10/2022	259,23 €
57-JT-39	23/11/2016	22/11/2019	236,92 €
60-NR-35	23/05/2013	22/05/2019	179,91 €
60-NR-36	21/05/2013	20/05/2019	180,39 €
60-NR-37	21/05/2013	20/05/2019	180,78 €
60-NR-38	21/05/2013	20/05/2019	179,90 €
60-NR-39	23/05/2013	22/05/2019	180,78 €

Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)
60-NR-40	21/05/2013	20/05/2019	180,78 €
60-NR-41	23/05/2013	22/05/2019	180,78 €
60-NR-42	21/05/2013	20/05/2019	180,78 €
60-NR-44	23/05/2013	22/05/2019	180,78 €
64-UB-50	19/02/2018	08/01/2019	243,14 €
71-SZ-80	19/05/2017	18/05/2022	226,95 €
78-UO-94	19/07/2018	18/07/2022	182,75 €
79-UO-45	19/07/2018	18/07/2022	182,75 €
79-UO-51	19/07/2018	18/07/2022	182,75 €
79-UO-72	19/07/2018	18/07/2022	182,75 €
84-UP-53	08/05/2013	02/05/2022	380,39 €
87-NQ-63	10/05/2018	16/10/2019	259,56 €
92-UA-95	10/5/2018	09/05/2022	313,74 €
93-UA-13	10/05/2018	9/05/2022	312,46 €
93-UA-14	10/05/2018	9/05/2022	313,74 €
93-UA-15	21/06/2018	09/05/2022	313,74 €
93-UA-72	21/06/2018	20/06/2022	207,29 €
94-UA-42	21/06/2018	20/06/2022	207,29 €
94-UA-43	21/06/2018	20/06/2022	207,29 €
94-UA-44	21/06/2018	20/06/2022	207,29 €
97-UH-10	27/04/2018	26/04/2022	180,88 €
97-UH-77	27/04/2018	26/04/2022	180,88 €
98-UH-09	15/06/2018	14/06/2022	236,67 €
99-UQ-45	04/06/2018	3/06/2022	260,68 €
00-QZ-48	18/03/2016	31/12/2018	255,44 €
59-SJ-53	30/01/2017	29/01/2019	231,34 €

No âmbito do concurso público adjudicado em março de 2018 pelo grupo Câmara Municipal do Porto, a **Águas do Porto, EM**, recebeu em regime de renting, 84 viaturas, 52 totalmente elétricas, 8 híbridas e as restantes a combustão.

11. Imparidade de Ativos

11.1. Em Dívidas a Receber

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:					
Clientes de Cobrança Duvidosa	10 356 369,52	1 253 738,62	11 023,87	5 354,14	11 593 730,13
	10 356 369,52	1 253 738,62	11 023,87	5 354,14	11 593 730,13

11.2. Em Inventários

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Existências:					
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	18 256,01	0,00	0,00	18 256,01	0,00
	18 256,01	0,00	0,00	18 256,01	0,00

12. Inventários

A política contabilística relativa a inventários está apresentada na Nota 4.2 alínea b). O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas do período foi determinado tal como a seguir se apresenta.

As existências finais de mercadorias incluem o valor respeitante às garrafas adquiridas pela empresa no âmbito do programa de alteração comportamental do consumo de água divulgado na campanha “Beba Água do Porto”, as quais se encontram à venda em diversos locais da cidade.

	2018		2017	
	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais	41 863,99	163 831,96	52 083,55	150 441,94
Compras	8 806 601,39	682 824,42	8 939 009,88	792 089,17
Regularização existências - debito	0,00	2 695,99	3 353,16	6 300,50
Regularização existências - credito	17 055,93	0,00	0,00	0,00
Existências finais	61 483,35	181 813,22	41 863,99	182 087,97
C.M.V.M.C.	8 769 926,10	667 539,15	8 945 876,28	754 142,64
	9 437 465,25		9 700 018,92	

As existências finais de 2017 não correspondem ao valor apresentado no balanço na rubrica “Inventários” devido ao facto de ter sido constituído um adiantamento por conta de compras no montante €17 291,70 e uma imparidade no montante de €18 256,01. Adicionalmente, as existências iniciais das matérias primas não coincidem com as finais de 2017, na medida em que estas estão afetadas da imparidade acima referida (Nota 11.2).

13. Rédito

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

13.1. Vendas e Serviços Prestados

A desagregação das vendas e serviços prestados referentes aos anos de 2018 e de 2017 encontram-se apresentados na tabela seguinte.

	2018	2017
Tarifa Disponibilidade água	6 901 551,79	6 743 157,99
Tarifa Consumo água	22 568 323,95	22 549 530,66
Tarifa Disponibilidade Saneamento	2 625 910,33	2 526 677,87
Tarifa Saneamento	7 724 860,73	7 768 949,23
Outras Vendas	2 871,46	1 254,65
Outras Prestações de Serviços	2 423 001,71	1 632 161,34
TOTAL	42 246 519,97	41 221 731,74

Em 2018, apesar da manutenção do tarifário, registou-se um aumento no consumo dos clientes, nomeadamente ao nível dos clientes de comércio, refletindo o dinamismo existente na cidade.

Ao nível dos serviços prestados, o aumento registado é resultante da atualização do tarifário das prestações de serviços aprovado para 2018.

13.2. Outros Rendimentos

	2018	2017
Rendimentos suplementares	397 992,27	347 335,46
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (Nota 9)	41 080,24	24 155,00
Imputação de subsídios ao investimento	1 464 298,46	1 485 803,93
Reconhecimento de ramais e bocas de incêndio	466 160,33	455 440,16
Taxas de justiça e encargos de penhoras	542 998,90	439 103,28
Descontos p.p. obtidos	27 007,15	48 971,87
Outros	382 673,22	545 669,87
TOTAL	3 322 210,57	3 346 479,57

A rubrica “Rendimentos Suplementares” reflete essencialmente a comissão obtida pela empresa com a faturação da tarifa de resíduos sólidos em nome e por conta da EMAP – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA no valor de €329 404, e o rédito proveniente de multas e contra ordenações, no montante de €48 148.

O valor registado na rubrica “Imputação de Subsídios ao Investimento” respeita ao reconhecimento dos rendimentos de subsídios para investimento, calculado com base na taxa de depreciação dos bens subjacentes.

Na rubrica “Reconhecimento de Ramais e Outros” está contabilizado o reconhecimento do valor imputável ao período de acordo com a taxa de depreciação dos ativos respetivos, cujo valor bruto foi registado inicialmente na rubrica “Rendimentos a Reconhecer” (Nota 22.2.2).

A rubrica “Taxas de Justiça e Encargos de Penhoras” reflete o montante recebido em sede de execução fiscal, tendo esta competência sido transferida da Câmara Municipal do Porto para a empresa em abril de 2009.

13.3. Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos

Nesta rubrica foram reconhecidos os juros obtidos nas contas de depósitos bancários, assim como os juros de mora decorrentes de atrasos nos recebimentos de clientes.

	2018	2017
JUROS OBTIDOS:		
De depósitos bancários	8 676,45	5 847,65
Juros de mora em tribunal	118 126,97	101 154,94
Juros de recebimentos em prestações	5 868,87	6 108,87
Outros juros	28 790,53	32 703,59
	161 462,82	145 815,05

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Provisões

PROVISÕES	Situação Inicial	Reversão	Reforço	Utilização	Transferências	Saldo Final
Impostos	47 517,59	-47 517,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos Judiciais em curso	953 917,13	-9 543,41	2 414,21	-2 621,10	0,00	944 166,83
Outras Provisões	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00
Responsabilidades actuariais - Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 100 468,00	-46 002,22	0,00	-17 198,16	-90 299,62	946 968,00
Responsabilidades actuariais	2 372 087,00	0,00	0,00	-436 680,62	90 299,62	2 025 706,00
TOTAIS	4 723 989,72	-103 063,22	2 414,21	-456 499,88	0,00	4 166 840,83

100 649,01

O saldo da rubrica “Provisões para Processos Judiciais em Curso” integra a imputação do IMT efetuada até 2013, em consequência de notificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, do imposto (IMT) que seria devido aquando da constituição da empresa através da entrega de bens imóveis para realização do capital (Nota 9).

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, a empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial. O imposto pago foi registado na rubrica de ativos fixos tangíveis, e está a ser reconhecido na demonstração dos resultados em função da depreciação do ativo subjacente.

Esta rubrica reflete ainda a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais em curso, cujo risco foi estimado pelo gabinete jurídico.

A rubrica “Outras Provisões” refere-se à estimativa de eventuais responsabilidades a suportar para regularização de processos de expropriação relativos às condutas de captação e distribuição de água em alta ao Grande Porto, já transferidas para a Águas do Douro e Paiva, SA, em 1997 (Nota 19.4).

O saldo da rubrica de “Acidentes trabalho e doenças profissionais” e da rubrica “Responsabilidades actuariais”, correspondem ao resultado da avaliação atuarial com base nos pressupostos seguintes:

	31/12/2018
Taxa de desconto	1,6%
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de crescimento das pensões	1,00%

O pressupostos foram definidos com base num conjunto de orientações específicas constantes do normativo NCRF 28.

Grupo Populacional	31/12/2018	31/12/2017	Δ
Responsabilidades por não entrega de descontos no período de 1973-1988	1 904 247,00	2 240 731,00	-15%
Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas	121 458,00	131 356,00	-8%
	2 025 705,00	2 372 087,00	-15%
Responsabilidades por acidente/doença profissional *	462 020,00	523 983,00	-12%
Responsabilidades por falecimentos ao serviço *	484 948,00	576 485,00	-16%
	946 968,00	1 100 468,00	-14%
TOTAL	2 972 673,00	3 472 555,00	-14%

* Inexistência de seguros no mercado à data de ocorrência dos eventos.

Estas obrigações decorrem de situações diferenciadas estruturadas em cada grupo populacional estudado:

- Responsabilidade por não entrega de descontos no período de 1973 e 1988

Decorrente desta decisão a **Águas do Porto, EM**, tem presentemente de suportar as reformas que a Caixa Geral de Aposentações paga aos ex trabalhadores da empresa reformados e cujos descontos não foram entregues naquele período.

- Responsabilidade por acidentes/doença profissional e por falecimento ao serviço

Constituem obrigações que a empresa tem, principalmente com ex trabalhadores, cujo o evento que originou a responsabilidade não era segurável na medida em que o mercado não oferecia tais coberturas aos ex SMAS. Desde 2010 que a empresa dispõe de seguros adequados a estes riscos.

- Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas

Em Junho de 2014 foi extinta a Caixa de Reformas por acordo celebrado entre a **Águas do Porto, EM**, e a Direcção da Caixa de Reformas e no qual a empresa assumiu a obrigação de pagar a 4 viúvas de ex trabalhadores

14.2. Passivos Contingentes Conhecidos à Data do Balanço

Conforme referido na nota 19.3, existe um diferendo com a Administração Tributária em sede de IVA, sendo entendimento desta a não dedutibilidade do imposto suportado nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

Em 31 de dezembro de 2018 existem três ações judiciais em curso relacionadas com a extinção da Caixa de Reformas cujo desfecho é atualmente imprevisível. Em todas estas ações, o Conselho de Administração tem a firme convicção de um desfecho favorável à **Águas do Porto, EM**.

15. Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

15.1. Contratos de Financiamento em Curso

Estes contratos estão apresentados na tabela 8 do Ponto 5.2 do Relatório de Atividades.

15.2. Subsídios Reconhecidos no Período e a Reconhecer em Períodos Subsequentes

RUBRICA	VALOR BRUTO	2018		SALDO RUBRICA
		RECONHECIMENTO ANOS ANTERIORES	RECONHECIMENTO ANO	
FUNDO COESÃO	9 984 355	6 945 067,00	391 673	2 647 615
ETAR FREIXO	17 191 724	7 166 850	322 414	9 702 460
ETAR SOBREIRAS	7 040 606	2 909 973	127 499	4 003 134
OUTROS SUBS.GOVERNO	506 039	458 301	47 738	0
IFDR - Reconhecimento	14 292 252	2 855 474	574 974	10 861 804
Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	3 980 025	0	0	3 980 025
	52 995 002	20 335 665	1 464 298	31 195 040
Impostos relacionados com subsídios				-7 018 884
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				24 176 156

	31/12/2017	AUMENTO	REVERSÃO	31/12/2018
Impostos relacionados com subsídios	7 277 273,61	71 077,50	329 467,22	7 018 883,89

RUBRICA	VALOR BRUTO	2017		SALDO RUBRICA
		RECONHECIMENTO ANOS ANTERIORES	RECONHECIMENTO ANO	
FUNDO COESÃO	9 984 355	6 551 797 393 270	393 270	3 039 288
ETAR FREIXO	17 191 724	6 843 552	323 298	10 024 874
ETAR SOBREIRAS	7 040 606	2 777 639	132 334	4 130 633
OUTROS SUBS.GOVERNO	506 039	398 593	59 708	47 738
IFDR - Reconhecimento	14 292 252	2 278 279	577 195	11 436 778
Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	3 664 126	0	0	3 664 126
	52 679 102	18 849 860	1 485 805	32 343 437
Impostos relacionados com subsídios				-7 277 273
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				25 066 164

	31/12/2016	AUMENTO	REVERSÃO	31/12/2017
Impostos relacionados com subsídios	7 595 878,60	17 220,94	335 825,90	7 277 273,64

16. Acontecimentos Após a Data do Balanço

16.1. Autorização para Emissão

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão na presente data pelo Conselho de Administração, embora sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

16.2. Eventos Subsequentes

A **Águas do Porto, EM**, é titular das estações de tratamento de águas residuais domésticas do Município do Porto [ETAR do Freixo e Sobreiras], sendo a sua operação e manutenção, em virtude de concurso público internacional, efetuada em prestação de serviços pela AMBIPORTO 2 – Tratamento de Efluentes, ACE, agrupamento complementar de empresa.

O referido ACE veio informar, no início de 2019, a **Águas do Porto, EM**, de que não lhe seria possível a continuação da prestação de serviços naquelas ETAR, assim solicitando o fim do contrato.

Os fundamentos invocados prendem-se com questões financeiras do ACE, as quais a **Águas do Porto, EM**, entende não serem passíveis de qualquer reajuste ou equilíbrio económico-financeiro.

Por sua vez, é manifesto o superior interesse público subjacente à atividade em causa, sendo essencial e perentório que a qualidade mínima dos serviços prestados nas ETAR de Sobreiras e Freixo não fique comprometida, pois as mesmas consubstanciam as únicas que existem na cidade do Porto, assim tratando todas as suas águas residuais domésticas.

Assim, em coerência com o aludido interesse público, foi celebrado um Acordo entre as partes, tendo a **Águas do Porto, EM**, assumido em 01 de março de 2019 a gestão direta das ETAR.

17. Impostos sobre o Rendimento

17.1. Impostos Correntes

a) A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado acresce a derrama municipal sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de acordo com o artigo 87º - A do CIRC, assim como a tributação autónoma aplicável.

b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2015 a 2018 poderão ainda ser sujeitas a revisão, sendo que o Conselho de Administração tem a firme convicção que, em resultado das inspeções, não existirão efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

17.2. Resumo dos Impostos Correntes e Diferidos do Período

DESCRIÇÃO	2018	2017
Imposto estimado para o período	2 001 767,16	2 028 256,73
Imposto diferido	-66 350,79	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	1 935 416,37	2 028 256,73

Os impostos diferidos ativos respeitam a imparidades de contas a receber sem enquadramento fiscal no presente período, no montante de €294.892.

17.3. Reconciliação Entre a Taxa Nominal e a Taxa Efetiva de Imposto

DESCRIÇÃO	2018	2017
Resultados antes de impostos	7 814 260,92	8 054 066,79
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto esperado	1 758 208,71	1 812 165,03
Benefícios fiscais	-41 299,84	-31 953,56
Tributações autónomas	26 725,05	34 153,93
Derrama estadual	199 553,11	203 018,69
Diferenças temporárias	66 350,79	0,00
Diferenças permanentes	-7 770,66	10 872,63
Imposto estimado para o período	2 001 767,16	2 028 256,73
Taxa efetiva de imposto	25,62%	25,18%

17.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Em 31 de dezembro de 2018, a **Águas do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos.

18. Matérias Ambientais

A empresa tem obrigações ambientais decorrentes do negócio conforme descrito no Relatório de Gestão.

19. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde ao seu justo valor. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

19.1. Clientes – Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017 é demonstrada na tabela seguinte:

	2018	2017
Clientes Conta Corrente	2 887 642,63	3 331 002,35
Clientes de Cobrança Duvidosa	11 593 730,13	10 356 369,52
Imparidades acumuladas	-11 593 730,13	-10 356 369,52
	2 887 642,63	3 331 002,35

19.2. Fornecedores – Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017 era a seguinte:

	2018	2017
Fornecedores c/c	2 124 867,50	1 480 115,65
Fornecedores em reclamação/contencioso	8 493,48	8 493,48
Fornecedores c/ recepção e conferencia	11 327,73	39 483,51
	2 144 688,71	1 528 092,64

19.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2018, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o Rendimento	0,00	277 006,20
Retenção na fonte	0,00	92 181,00
Imposto s/ o Valor Acrescentado	238 685,94	0,00
Restantes Impostos	0,00	26,12
Contribuições p/ a Segurança Social	0,00	52 623,81
Caixa Geral de Aposentações	0,00	159 541,67
ADSE	0,00	14 825,78
	238 685,94	596 204,58

O saldo devedor da rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” inclui o montante de €71.631 que resulta de uma ação inspetiva por parte da Administração Tributária, a qual entendeu pela não dedutibilidade de IVA nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. **A Águas do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

19.4. Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e a 31 de dezembro de 2017, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	2018	2017
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER:		
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Juros a receber	1 886,39	1 511,88
Comissão resíduos sólidos	89 587,34	79 277,42
Especialização da facturação	2 097 516,04	1 602 240,16
Tratamento de efluentes	51 706,60	173 919,74
Outros acréscimos de rendimentos	17 342,88	61 647,29
Outros devedores:		
Clientes de Resíduos	3 718 703,73	3 510 659,41
Águas do Douro e Paiva	293 578,44	293 578,44
Depósitos de cauções e garantias	2 912 780,83	2 946 380,17
Subsídios Públicos	2 947 565,31	3 059 669,17
Outros	51 414,12	19 357,63
	12 182 081,68	11 748 241,31
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR:		
Fornecedores de investimentos	3 747 237,06	2 182 977,50
Credores por acréscimos de gastos		
Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos	1 503 332,08	1 304 552,49
Previsão quotas CGA	83 753,00	92 308,32
Especialização compra água	794 401,57	788 793,46
Especialização subcontratos	24 947,64	24 294,39
Especialização gastos com saúde	120 485,03	76 683,86
Especialização IMI	314 942,09	346 310,44
Outros acréscimos de gastos	199 216,07	122 203,29
Outros credores		
Sindicatos	1 232,04	1 208,25
Credores por depósitos de garantia	3 095 517,59	3 061 823,41
Clientes de Resíduos	3 718 703,73	3 510 659,41
Cobrança de resíduos sólidos CMP	15 561,26	117 850,62
Cobrança de resíduos sólidos EMAP	1 386 931,87	1 898 790,38
Clientes Ubs com créditos	717 201,04	687 609,57
T.R.H.	109 317,20	290 971,31
Acordo Caixa de Reformas	36 456,13	36 456,13
Outros	116 895,14	167 597,38
	15 986 130,54	14 711 090,21

Outros Créditos a Receber:

Na rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” está registada, entre outras, a especialização das vendas e prestações de serviços, bem como a comissão derivada da faturação dos resíduos sólidos à EMAP.

A conta “Clientes de Resíduos” integra os resíduos sólidos faturados e não cobrados, tendo como contrapartida uma conta com a mesma designação na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

A conta “Águas do Douro e Paiva” refere-se ao montante retido do preço da venda da captação e distribuição em alta até regularização dos processos de expropriação (Nota 14.1).

Adicionalmente, a rubrica “Outros Devedores” inclui o montante depositado de verbas respeitantes a cauções prestadas por terceiros ao abrigo de concursos públicos e outros. Estes valores serão restituídos de acordo com o preceituado na lei em vigor, não estando por tal motivo classificados como disponibilidades.

Na rubrica “Subsídios Públicos” está inscrito o valor contratualizado e ainda não recebido a título de contratos de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

No ano em curso foi assinado um contrato de financiamento no montante de 315 900,00, decorrente do Aviso n.º 8732/2018 de 27 de junho, do Fundo Ambiental, para a candidatura “Controlo de Cheias na Bacia da Ribeira da Asprela e criação do Parque Verde Central da Asprela”.

Este projeto surge numa perspetiva de valorização das funções de proteção dos recursos, controlo de cheias e inundações e prevenção de riscos ambientais, contribuindo para a proteção de pessoas e bens e para a adaptação da cidade aos efeitos das alterações climáticas.

A reabilitação do leito e margens da ribeira da Asprela promove a permeabilidade do solo e as boas condições de drenagem, criando-se uma bacia de retenção natural para acomodação dos caudais de ponta (situação de cheia), contribuindo para a minimização da sobrecarga da rede de águas pluviais e da própria ribeira, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de drenagem da bacia hidrográfica onde se insere o projeto. Tal facto reflete-se, assim, na redução dos custos associados à exploração das infraestruturas de drenagem bem como na diminuição de investimentos futuros nas redes de drenagem decorrentes de sobrecarga das redes hidráulicas (Ponto 5.2 Relatório de Gestão).

Outras Dívidas a Pagar:

A rubrica “Credores por Acréscimos de Gastos” integra a especialização dos gastos do exercício incorridos em 2018, cujo movimento financeiro ocorrerá em períodos futuros, nomeadamente gastos com pessoal relativos a férias, subsídio de férias e férias não gozadas, compra de água, serviços de eletricidade, telecomunicações, honorários e outros.

A rubrica “Credores por Depósitos de Garantia” reporta-se a garantias prestadas por terceiros, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, e ainda por retenções efetuadas aquando dos pagamentos.

Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

- Credores por depósito de garantia de água (não domésticos) – €311.673;
- Credores por depósito de garantia de execução de obras – €1.415.062;
- Credores por depósito de garantia de saneamento – €1.271.912;
- Credores por depósito de garantia de contratos de fornecimentos – €57.238;
- Outros – €39.633.

A rubrica “Cobrança de Resíduos Sólidos” respeita à cobrança realizada pela empresa e ainda não entregue em 31 de dezembro de 2018.

O saldo registado na rubrica “Acordo Caixa de Reformas” corresponde ao valor em dívida a 9 pensionistas e 1 ativo, que até à presente data não manifestaram a sua vontade, no âmbito do Regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas aprovado por deliberação do Executivo Municipal, de 03.06.2014, e da Assembleia Municipal, de 16.06.2014.

19.5. Capital Próprio

O capital social ascende a €80.000.000 realizado integralmente em espécie pela Câmara Municipal do Porto. Adicionalmente, conforme deliberação da Assembleia-Geral realizada no dia 28 de março de 2018, procedeu-se, no período, à aplicação do resultado líquido de 2017.

Relativamente à rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, procedeu-se à relevação contabilística de novos contratos de subsídios ao investimento, assim como ao reconhecimento dos rendimentos imputáveis ao ano de 2018 e à reversão do imposto implícito respetivo. (Nota 15)

20. Benefícios dos Empregados

Os encargos referentes ao pessoal registados em 2018 e em 2017 estão repartidos da seguinte forma:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	106 942,02	107 044,88
Remunerações do pessoal	8 826 653,65	7 693 792,63
Pensões de reforma e a aguardar aposentação	3 475,40	5 446,62
Encargos sobre remunerações	2 044 010,26	1 769 757,10
Despesas de saúde	340 032,29	326 431,75
Outros gastos com o pessoal	697 465,15	643 656,64
TOTAL	12 018 578,77	10 546 129,62

Na rubrica “Remunerações do Pessoal” encontram-se registados os vencimentos dos trabalhadores em acordo de cedência de interesse público, dos colaboradores do quadro e do pessoal em qualquer outra situação, bem como os encargos com o trabalho extraordinário, o subsídio de alimentação, o trabalho em regime de turnos, o abono para falhas, outros suplementos e ajudas de custo.

A rubrica “Encargos sobre Remunerações” agrega quer as contribuições para a CGA relativas às remunerações do pessoal em acordo de cedência de interesse público, quer as contribuições para a Segurança Social dos restantes colaboradores da empresa.

O aumento verificado nesta rubrica decorre da aplicação da tabela salarial anexa ao Acordo de Empresa, assinado em 20.06.2017, tendo a sua aplicação sido possível de acordo com o artigo 23º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2018.

21. Divulgações exigidas por diplomas legais

A **Águas do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos, em 31.12.2018.

22. Outras Informações

22.1. Proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2018, encontra-se apresentada no Ponto 3 do Capítulo IV deste Relatório.

22.2. Diferimentos

22.2.1. Ativo

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte posição:

DIFERIMENTOS	2018	2017
GASTOS A RECONHECER		
Seguros	47 210,44	45 513,33
Outros	118 549,15	164 377,51
	165 759,59	209 890,84

22.2.2. Passivo

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte posição:

RENDIMENTOS A RECONHECER	2018	2017
Ramais e outros executados	5 217 959,58	5 241 948,88
Ramais não executados	38 551,51	43 824,80
Rendas de imóveis	3 477,15	3 477,16
	5 259 988,24	5 289 250,84

A rubrica “Ramais e outros executados” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a taxa de depreciação do ativo subjacente (Nota 4.2 alínea a) e m)).

RUBRICA	VALOR BRUTO	RECONHECIMENTO ANOS ANTERIORES	RECONHECIMENTO ANO	SALDO RUBRICA
Ramais de água	5 399 673	3 124 020	211 992	2 063 661
Ramais de saneamento	5 678 870	2 728 618	220 582	2 729 670
Outros	899 831	441 615	33 587	424 628
	11 978 373	6 294 253	466 161	5 217 959

22.3. Gastos

22.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos suportados em 2018 e em 2017 foram os seguintes:

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Subcontratos	3 695 318,19	3 468 212,71
Trabalhos especializados	1 868 235,50	2 227 211,90
Encargos de cobrança	361 588,37	365 059,96
Publicidade	188 356,01	205 748,74
Vigilância e segurança	152 408,21	122 359,94
Honorários	39 391,98	30 970,80
Conservação e reparação	138 334,81	134 915,83
Materiais	21 843,08	23 035,76
Electricidade	168 513,40	171 336,10
Combustíveis e outros fluidos	147 930,42	140 243,69
Deslocações e estadas	23 255,14	35 989,28
Transportes de pessoal	14 485,25	12 415,00
Rendas e alugueres	451 521,00	520 326,40
Comunicação	898 105,96	872 300,38
Seguros	212 144,48	213 103,80
Contencioso e notariado	718,50	1 389,01
Limpeza, higiene e conforto	95 150,12	101 988,83
Outros fornecimentos e serviços externos	11 749,54	19 184,79
TOTAL	8 489 049,96	8 665 792,92

A rubrica “Subcontratos” integra o contrato de exploração das ETAR do Freixo e de Sobreiras, cujo caudal tratado registou um aumento face ao período homólogo.

Esta rubrica integra ainda os gastos relativos à manutenção do sistema informático de faturação e cobrança em regime de outsourcing e os gastos associados à impressão e envelopagem das faturas enviadas aos clientes.

A rubrica “Trabalhos Especializados” integra os gastos relacionados com prestações de serviços de assessoria técnica e outras, nomeadamente, as relacionadas com o sistema UBS.

Inclui também o montante de €14.160, correspondente à remuneração do Revisor Oficial de Contas, pelos serviços de revisão legal de contas.

A rubrica “Encargos de Cobrança” abrange os gastos relativos aos recebimentos de clientes em entidades externas (CTT, SIBS, entre outros).

A rubrica “Vigilância e Segurança” engloba os gastos associados ao respetivo contrato de prestação de serviços.

A rubrica “Conservação e Reparação” inclui os montantes despendidos na reparação de automóveis e de equipamentos, bem como nos contratos de manutenção dos equipamentos.

A rubrica “Rendas e Alugueres” corresponde essencialmente ao valor suportado com o aluguer de máquinas e de equipamentos, bem como ao aluguer de viaturas em regime de locação operacional.

Os gastos da rubrica “Comunicação” incluem todo o volume de correio necessário para prestar informação aos clientes da empresa, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, e as comunicações da rede móvel.

22.3.2. Outros Gastos

	2018	2017
Impostos	43 202,61	50 968,41
Abate de ativos fixos tangíveis	88 136,93	152 429,36
Correções relativas a períodos anteriores	18 095,59	21 130,29
Donativos	56 231,61	69 692,47
Quotizações	12 908,18	12 508,19
Outros	54 723,29	104 143,27
TOTAL	273 298,21	410 871,99

A rubrica “Impostos” engloba, entre outros, o IUC, as Taxas de Justiça e a Taxa de Controlo de Qualidade da Água.

A rubrica “Abate de ativos fixos tangíveis” regista os abates normais de rede, em resultado da sua substituição. Face ao dispêndio que comportaria a retirada da rede substituída, esta fica incorporada no subsolo.

22.4. Compromissos Financeiros e Outras Contingências Não Incluídas no Balanço

a) No âmbito das intervenções efetuadas na via pública, o Banco Português de Investimento prestou, em nome da **Águas do Porto, EM**, garantias bancárias à empresa Estradas de Portugal, no valor de €294.017,19.

Adicionalmente, o Banco Santander Totta prestou à ARH do Norte, em nome da **Águas do Porto, EM**, duas garantias bancárias no montante de €50.000 cada, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

b) Em março de 2017, a **Águas do Porto, EM**, foi notificada pela Autoridade Tributária do encerramento do processo de recolha de elementos referentes à não liquidação de IVA na faturação das tarifas de resíduos sólidos urbanos, em algumas áreas da cidade.

Este serviço foi prestado pela **Águas do Porto, EM**, ao Município do Porto até agosto de 2017, e à EMAP, EM, SA, a partir de setembro, ao abrigo de um contrato de prestação de serviços.

Este processo originou a abertura de ação inspetiva por parte da Inspeção Geral de Finanças, em sede de IVA, para os anos de 2014, 2015 e 2016.

Cumpre-nos informar, que relativamente a 2014 o processo está concluído, sem qualquer correção.



 **EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

1. ESTRUTURA DE GASTOS

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS	Valor Orçamentado para 2018	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
CMVMC					
Mercadorias	8 869 439,13	8 769 926,10	8 945 876,28	-99 513,03	98,88%
Matérias	746 320,00	667 539,15	754 142,64	-78 780,85	89,44%
FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	9 430 109,53	8 489 049,96	8 665 792,92	-941 059,57	90,02%
GASTOS COM PESSOAL					
Remunerações	8 459 791,12	8 933 595,67	7 800 837,51	473 804,55	105,60%
Encargos Sociais	2 871 076,83	3 084 983,10	2 745 292,11	213 906,27	107,45%
PERDAS POR IMPARIDADE:					
Em dívidas a receber	733 267,46	1 253 738,62	782 138,51	520 471,16	170,98%
Em inventários	0,00	0,00	18 256,01	0,00	n.a.
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	7 262 792,05	6 649 023,21	6 645 270,43	-613 768,84	91,55%
PROVISÕES	3 097,86	2 414,21	162 317,51	-683,65	77,93%
OUTROS GASTOS E PERDAS					
Impostos	58 765,00	43 202,61	50 968,41	-15 562,39	73,52%
Outros	385 096,30	230 007,48	359 903,58	-155 088,82	59,73%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0,00	88,12	2 534,38	88,12	n.a.
TOTAL	38 819 755,28	38 123 568,23	36 933 330,29	-696 187,05	98,21%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Valor Orçamentado para 2018	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Subcontratos	3 765 343,86	3 695 318,19	3 468 212,71	-70 025,67	98,14%
Energia	254 500,00	168 513,40	171 336,10	-85 986,60	66,21%
Trabalhos Especializados	2 414 771,50	1 868 235,50	2 227 211,90	-546 536,00	77,37%
Comunicação	929 774,00	898 105,96	872 300,38	-31 668,04	96,59%
Encargos de Cobrança	338 050,00	361 588,37	365 059,96	23 538,37	106,96%
Rendas e alugueres	544 500,00	451 521,00	520 326,40	-92 979,00	82,92%
Conservação e Reparação	256 631,85	138 334,81	134 915,83	-118 297,04	53,90%
Honorários	29 160,00	39 391,98	30 970,80	10 231,98	135,09%
Seguros	178 600,32	212 144,48	213 103,80	33 544,16	118,78%
Publicidade	192 500,00	188 356,01	205 748,74	-4 143,99	97,85%
Vigilância e segurança	158 000,00	152 408,21	122 359,94	-5 591,79	96,46%
Outros fornecimentos e serviços	368 278,00	315 132,05	334 246,36	-53 145,95	85,57%
TOTAL	9 430 109,53	8 489 049,96	8 665 792,92	-941 059,57	90,02%

GASTOS COM O PESSOAL	Valor Orçamentado para 2018	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Remunerações do Pessoal	8 459 791,12	8 933 595,67	7 800 837,51	473 804,55	105,60%
Pensões de Reforma e a Aguardar Aposentação	1 400,00	3 475,40	5 446,62	2 075,40	248,24%
Encargos sobre Remunerações	1 886 942,71	2 044 010,26	1 769 757,10	157 067,55	108,32%
Despesas de saúde	310 607,76	340 032,29	326 431,75	29 424,53	109,47%
Outros Custos com o Pessoal	672 126,37	697 465,15	643 656,64	25 338,78	103,77%
TOTAL	11 330 867,95	12 018 578,77	10 546 129,62	687 710,82	106,07%

2. ESTRUTURA DE PROVEITOS

COMPOSIÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor Orçamentado para 2018	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Tarifa de Disponibilidade água	6 832 913,39	6 901 551,79	6 743 157,99	68 638,40	101,00%
Tarifa Consumo de água	22 273 981,72	22 568 323,95	22 549 530,66	294 342,23	101,32%
Tarifa Saneamento	7 769 735,11	7 724 860,73	7 768 949,23	-44 874,38	99,42%
Tarifa Disponibilidade Saneamento	2 516 940,67	2 625 910,33	2 526 677,87	108 969,66	104,33%
Outras Vendas e Prestações de Serviço	2 017 558,44	2 425 873,17	1 633 415,99	408 314,73	120,24%
TOTAL	41 411 129,32	42 246 519,97	41 221 731,74	835 390,65	102,02%

COMPOSIÇÃO DOS RESTANTES RENDIMENTOS	Valor Orçamentado para 2018	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Trabalhos para a própria empresa	99 393,17	93 032,03	81 530,04	-6 361,14	93,60%
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.
Reversões de depreciações e amortizações	0,00	516,67	388,40	516,67	n.a.
Reversões de perdas por imparidade	0,00	11 023,87	8 447,16	11 023,87	n.a.
Reversões de provisões	0,00	103 063,22	183 005,12	103 063,22	n.a.
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS					
Rendimentos Suplementares	513 208,96	397 992,27	347 335,46	-115 216,69	77,55%
Rend. ganhos investim. não financeiros	0,00	41 080,24	24 155,00	41 080,24	n.a.
Outros	2 834 751,61	2 883 138,06	2 974 989,11	48 386,45	101,71%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	153 410,06	161 462,82	145 815,05	8 052,76	105,25%
TOTAL	3 600 763,80	3 691 309,18	3 765 665,34	90 545,38	102,51%

Porto, 27 de Março de 2019

A Contabilista Certificada

Silvia Barata Silva

O Conselho de Administração

Frederico Vieira Martins Fernandes

Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto

Ana Catarina da Rocha Araújo



 **RELATÓRIO E
PARECER DO
FISCAL ÚNICO
&
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 169.984.620,97 euros e um total de capital próprio de 134.811.884,17 euros, incluindo um resultado líquido de 5.878.844,55 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M., em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

O levantamento cadastral e referencial no SIG – Sistema de Identificação geográfica, dos principais ativos fixos tangíveis subjacentes ao negócio da Entidade está substancialmente concluído, com exceção dos ramais de água e saneamento e dos contadores, dada a dificuldade de referenciação técnica atual, no valor líquido de aproximadamente 7.026.000 e 1.592.000 euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2018, e da rede de águas pluviais entregue pelo Município do Porto em 2011, a qual aguarda a conclusão do levantamento cadastral, e cujo valor líquido contabilístico ascende a aproximadamente 6.699.000 euros naquela mesma data.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2019



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira (ROC n.º 945)
registado na CMVM com o n.º 20160562



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhámos a atividade da CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. (a Entidade), durante o exercício de dois mil e dezoito, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Em 13 de dezembro de 2018 foi por nós subscrito o competente parecer sobre os Instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2019, cujo conteúdo se dá aqui por reproduzido.

Não obtivemos o Contrato de Gestão Delegada para o período de 2017 por forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Não obstante, através do Contrato de Sociedade, a Câmara Municipal do Porto delegou na Entidade todos os poderes necessários ao cumprimento do objeto social, aprova anualmente os tarifários e tem conhecimento anualmente dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui também se dão por reproduzidos.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, damos nota que foi cumprida, pela Empresa, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 27 de março de 2019

RSM & ASSOCIADOS – SROC, Lda.

Representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira (Roc n.º 945)
registado na CMVM com o n.º 20160562